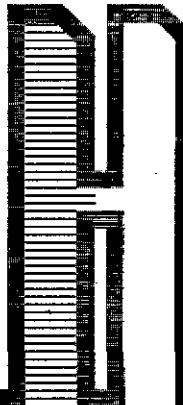




DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXXIX — Nº 127

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 12 DE OUTUBRO DE 1984

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 170^a SESSÃO, EM 11 DE OUTUBRO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Ofícios do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

Encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

— Projeto de Decreto Legislativo nº 19/84 (nº 54/84, na Câmara dos Deputados), que fixa os subsídios e as verbas de representação do Presidente e do Vice-Presidente da República, para o período de 15 de março de 1985 a 15 de março de 1991.

— Projeto de Lei da Câmara nº 160/84 (nº 4.025/84, na origem), que reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores da Câmara dos Deputados e dá outras providências.

1.2.2 — Pareceres encaminhados à Mesa

1.2.3 — Requerimento

— Nº 243/84, de autoria do Sr. Senador Fernando Henrique Cardoso, solicitando informações ao Poder Executivo — Secretaria de Planejamento da Presidência da República para instruir a tramitação do Projeto de Lei nº 13, de 1984-CN. Desferido.

1.2.4 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.2.5 — Discursos do Expediente

SENADOR JORGE KALUMÉ — Publicação do edital de concorrência para as obras de asfaltamento da BR-364, no trecho Porto Velho-Rio Branco.

SENADOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, como Líder do PMDB — Programa de governo do Dr. Tancredo Neves, candidato da Aliança Democrática à sucessão do Presidente João Figueiredo.

SENADOR LENOIR VARGAS — Notas dos Ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, referentes à atual conjuntura política.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei do Senado nº 139/84, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que revoga o Decreto-lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977. (Lei das Sublegendas). (Em regime de urgência). **Votação adiada** por falta de **quorum**.

— Projeto de Lei da Câmara nº 10/81 (nº 1.529/79, na Casa de origem) que dispõe sobre aposentadoria, com proventos integrais, dos ex-combatentes segurados da Previdência Social. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

— Projeto de Lei da Câmara nº 44/81 (nº 587/79, na Casa de origem), que veda aos veículos de comunicação de massa (rádio, televisão, cinema, jornais, revistas, cartazes, anuários ou qualquer outro tipo de publicação) aceitar a autorização ou a veiculação de anúncios e de comerciais que não sejam negociados, produzidos, criados, filmados, gravados, copiados — imagem e som — por profissionais e empresas brasileiras. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

— Projeto de Lei da Câmara nº 53/77 (nº 227/75, na Casa de origem), que dispõe sobre condições a observar na renovação de contratos de atletas profissionais, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

— Projeto de Lei da Câmara nº 65/79 (nº 4.257/77, na Casa de origem), que autoriza a alienação de imóveis residenciais da Rede Ferroviária Federal a seus ocupantes. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

— Projeto de Lei da Câmara nº 14/84 (nº 2.867/76, na Casa de origem), que introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para o fim de assegurar estabilidade provisória à mulher trabalhadora que contrair nupcias. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

— Requerimento nº 242/84, solicitando urgência para o Requerimento nº 160/84, de autoria do Senador Nelson Carneiro, sobre a criação de uma comissão especial mista, composta de 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, realizar estudos sobre a fabricação, comercialização e utilização de agrotóxicos no País. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

— Projeto de Lei da Câmara nº 79/79 (nº 1.511/75, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dis-

põe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, alterada pela Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973. (Apreciação preliminar da juridicidade). **Votação adiada** por falta de **quorum**.

— Projeto de Lei do Senado nº 13/80, de autoria do Senador Itamar Franco, que estabelece abatimento nos preços de derivados do petróleo e do álcool, quando destinados ao consumo próprio de motoristas profissionais autônomos. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

— Projeto de Lei do Senado nº 41/82, de autoria da Senadora Laélia de Alcântara, que acrescenta artigo ao Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, que institui a Loteria Esportiva Federal, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR MAURO BORGES — Problemas ligados aos aspectos fundiários.

SENADOR ITAMAR FRANCO — Telegrama recebido do Sr. Fábio Abramo, esclarecendo citação do nome de S. Ex^e em entrevista publicada no jornal Folha de S. Paulo, referente a fundação de um partido socialista.

SENADOR HUMBERTO LUCENA — Apelo ao Ministro do Interior em favor da criação da 6ª Diretoria Estadual do DNOCS, com sede em João Pessoa (PB).

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Palestra proferida pelo Ministro Saraiva Guerreiro, na Câmara de Comércio Brasil—Estados Unidos.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SÉSSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Humberto Lucena, proferido na sessão de 10-10-84.

— Do Sr. Almir Pinto, proferido na sessão de 10-10-84.

— Nº 69, de 1984.

3 — ATO DO PRESIDENTE

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL <p>AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>ALOISIO BARBOSA DE SOUZA Diretor Executivo</p> <p>LUIZ CARLOS DE BASTOS Diretor Industrial</p> <p>RUDY MAURER Diretor Administrativo</p>	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL <i>Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal</i> ASSINATURAS <i>Via Superfície:</i> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%;">Semestre</td> <td style="width: 50%;">Cr\$ 3.000,00</td> </tr> <tr> <td>Ano</td> <td>Cr\$ 6.000,00</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;">Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;">Tiragem: 2.200 exemplares</td> </tr> </table>	Semestre	Cr\$ 3.000,00	Ano	Cr\$ 6.000,00	Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00		Tiragem: 2.200 exemplares	
Semestre	Cr\$ 3.000,00								
Ano	Cr\$ 6.000,00								
Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00									
Tiragem: 2.200 exemplares									

Ata da 170ª Sessão, em 11 de outubro de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência dos Srs. Moacyr Dalla e Lenoir Vargas

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Fábio Lucena — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Alberto Silva — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Fernando Henrique Cardoso — Henrique Santillo — Mauro Borges — Affonso Camargo — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Pedro Simon

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A lista de presença acusa o comparecimento de 31 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIOS

Do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 19, DE 1984
(nº 54/84, na Câmara dos Deputados)

Fixa os subsídios e as verbas de representação do Presidente e do Vice-Presidente da República, para o período de 15 de março de 1985 a 15 de março de 1991.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam fixados o subsídio e a verba de representação do Presidente da República, no período de 15 de março de 1985 a 15 de março de 1991, em valores equivalentes aos efetivamente percebidos, a 15 de março de 1985, pelo atual Presidente da República, computados os reajustes previstos no art. 3º do Decreto legislativo nº 75, de 1º de dezembro de 1978.

Art. 2º Ficam fixados o subsídio e a verba de representação do Vice-Presidente da República, no período de 15 de março de 1985 a 15 de março de 1991, em valores correspondentes a 75% (setenta e cinco por cento) e 80% (oitenta por cento), respectivamente, do subsídio e da verba de representação do Presidente da República no mesmo período.

Art. 3º Os subsídios e as verbas de representação de que tratam os artigos anteriores serão reajustados, a partir de 15 de março de 1985, nas mesmas épocas e segundo as mesmas bases estabelecidas para os vencimentos dos funcionários públicos civis da União.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 160, DE 1984
(Nº 4.025/84, Casa de Origem)

Reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores da Câmara dos Deputados e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os valores de vencimentos, salários e gratificações dos servidores em atividade da Câmara dos Deputados, em decorrência da aplicação, no Poder Executivo, do Decreto-lei nº 2.130, de 25 de junho de 1984, ficam reajustados em 65% (sessenta e cinco por cento).

Parágrafo único. Ficam excluídos do disposto neste artigo os servidores de nível médio, cujos valores de vencimentos e salários passam a vigorar na forma do Anexo a esta lei.

Art. 2º Os proventos de inatividade ficam reajustados na forma do artigo anterior e de seu parágrafo único.

Art. 3º Fica elevado para Cr\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos cruzeiros) o valor do salário-família.

Art. 4º A Mesa da Câmara dos Deputados expedirá as normas complementares à execução do disposto nesta lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações constantes do Orçamento Geral da União para o exercício de 1984.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de julho de 1984.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO AO PROJETO DE LEI N° 4.025-A, DE 1984

Cargos e Empregos de nível médio	
Referência	Vencimento ou salário (Cr\$ 1,00) a partir de 1º-7-84
NM-1	100.000
NM-2	104.700
NM-3	109.800
NM-4	115.000
NM-5	120.600
NM-6	126.500
NM-7	131.500
NM-8	137.200
NM-9	143.200
NM-10	148.800
NM-11	154.500
NM-12	160.300
NM-13	166.600
NM-14	173.000
NM-15	179.000
NM-16	186.500
NM-17	192.700
NM-18	200.000
NM-19	207.700
NM-20	216.700
NM-21	227.400
NM-22	238.600
NM-23	250.400
NM-24	262.900
NM-25	275.900
NM-26	289.500
NM-27	303.900
NM-28	318.900
NM-29	334.600
NM-30	351.200
NM-31	368.500
NM-32	396.400
NM-33	432.000
NM-34	470.700
NM-35	512.800

LEGISLAÇÃO CITADA
Decreto-Lei Nº 2.130,
de 25 de JUNHO DE 1984

Reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo, bem como os das pensões, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55, item III, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo, bem como os das pensões, resultantes da aplicação do Decreto-lei nº 2.079, de 20 de dezembro de 1983, são reajustados em 65% (sessenta e cinco por cento), ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. Os vencimentos, salários e proventos relativos ao pessoal de nível médio passam a vigorar na forma do Anexo deste Decreto-lei.

Art. 2º Fica elevado para Cr\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos cruzeiros) o valor do salário-família.

Art. 3º O Departamento Administrativo do Serviço Público elaborará as tabelas com os valores reajustados na forma deste Decreto-lei e expedirá normas complementares para a sua execução.

Art. 4º Fica suspensa até 31 de dezembro de 1984, a concessão de novas excepcionalidades com base no Decreto nº 86.795, de 28 de dezembro de 1981.

Art. 5º Os Órgãos e Entidades, no corrente exercício, adotarão medidas para reduzir despesas, ajustando a sua execução orçamentárias à efetiva disponibilidade dos créditos autorizados.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto neste artigo, os Órgãos e Entidades reexaminarão a sua programação de trabalho, de forma a evitar quaisquer solicitações de créditos adicionais, bem como, rever os já encaminhados à Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Art. 6º A despesa decorrente da execução deste Decreto-lei correrá à conta das dotações do Orçamento Geral da União para o exercício de 1984.

Art. 7º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 1984, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de junho de 1984; 163º da Independência e 96º da República. — **JOÃO FIGUEIREDO** — Ibraim Abi-Ackel — Delfim Netto.

ANEXO

(Art. 1º, parágrafo único, do Decreto-lei nº 2.130, de 25 de junho de 1984)

Cargos e Empregos de Nível Médio

Referência	Vencimento ou Salário (Cr\$ 1,00) a partir de 1/julho/84
NM-1	100.000
NM-2	104.700
NM-3	109.800
NM-4	115.000
NM-5	120.600
NM-6	126.500
NM-7	131.500
NM-8	137.200
NM-9	143.200
NM-10	148.800
NM-11	154.500
NM-12	160.300
NM-13	166.600
NM-14	173.000
NM-15	179.000
NM-16	186.500
NM-17	192.700
NM-18	200.000
NM-19	207.700

Referência	Vencimento ou Salário (Cr\$ 1,00) a partir de 1/julho/84
NM-20	216.700
NM-21	227.400
NM-22	238.600
NM-23	250.400
NM-24	262.900
NM-25	275.900
NM-26	289.500
NM-27	303.900
NM-28	318.900
NM-29	334.600
NM-30	351.200
NM-31	368.500
NM-32	396.400
NM-33	432.000
NM-34	470.700
NM-35	512.800

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Finanças.)

PARECERES

PARECERES Nºs. 606, 607 E 608, DE 1984

PARECER Nº 606, DE 1984

Da Comissão de Legislação Social, Sobre a Mensagem nº 182, de 1983 (nº 353, de 1983, na origem), “do Senhor Presidente da República, encaminhando à apreciação do Senado Federal proposta do Senhor Ministro para Assuntos Fundiários, de reassentamento de ex-ocupante de áreas indígenas, através de alienação de terras de domínio da União, situada na Reserva Indígena de Parabubure, no Estado de Mato Grosso”.

Relator: Senador Jutahy Magalhães

O Senhor Presidente da República, nos termos do parágrafo único, do art. 171, da Constituição, submete à deliberação do Senado Federal proposta — consubstancial na Mensagem ora examinada — de reassentamento de ex-ocupante de áreas indígenas, através de alienação de terras de domínio da União, com área superior a 3.000 hectares.

2. A Mensagem presidencial vem acompanhada de Exposição de Motivos do Ministro do Estado Extraordinário para Assuntos Fundiários, na qual se esclarece que a citada alienação será concretizada a ex-ocupante da Reserva Indígena de Parabubure, localizada no Estado de Mato Grosso, dispensada licitação, nos termos do Decreto nº 84.832 (art. 1º), de 24-06-80, modificado pelo Decreto nº 85.210, de 29-09-80, nomeadamente o espólio de Iurdes Braga Torres, o qual, dentre os demais beneficiários incluídos nos referidos Decretos, especialmente na relação anexa do Decreto 85.210-80, foi o que, até o momento, cumpriu as exigências requeridas.

A área pertinente ao mencionado espólio, constante da relação anexa ao Decreto nº 85.210-80, é de 4.618 hectares, havendo o beneficiário optado no sentido de que tal área fosse destacada da Gleba “Belo Monte — A”, pertencente à União e situada no Município de Senador José Porfírio, no Estado do Pará.

Outrossim, informa-se que a alienação recebeu assentimento prévio da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, de acordo com o ofício nº 327/5-SC/1326, de 13-06-83.

3. A matéria observa, em todos os seus termos, o disposto nos arts. 171, parágrafo único, e 89, item IV, alínea a, da Constituição, e 407, § 1º, do Regimento Interno do Senado.

Ademais, consoante o disposto no art. 408 do referido Regimento Interno, cabe a esta Comissão formular o Projeto de Resolução, concedendo ou negando a medida pleiteada.

4. Considerando que a alienação está autorizada por Decretos do Poder Executivo e se ajusta, formalmente, aos requisitos constitucionais e legais para sua tramitação, somos pela aprovação da presente proposta do Senhor Presidente da República, na forma do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 65, DE 1984

Autoriza reassentamento de ex-ocupante de áreas indígenas, mediante alienação de terras de domínio da União.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É autorizado o reassentamento de ex-ocupante da Reserva Indígena de Parabubure, situada no Estado de Mato Grosso, mediante alienação de terras de domínio da União, pelo Poder Executivo.

Art. 2º A alienação de que trata o artigo anterior será feita ao espólio de Iurdes Braga Torres, com dispensa de licitação, observado o disposto no Decreto nº 84.832, de 24 de junho de 1980, alterado pelo Decreto nº 85.210, de 29 de setembro de 1980.

§ 1º A área a ser alienada é de 4.618 hectares e constitui parte da Gleba “Belo Monte — A”, de propriedade da União, situada no Município de Senador José Porfírio, no Estado do Pará.

§ 2º O Poder Executivo expedirá o título definitivo de domínio, pelo preço de terra nua, de acordo com os valores estabelecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA.

§ 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão, 20 de outubro de 1983. — Carlos Chiarelli, Presidente eventual — Jutahy Magalhães, Relator — Hélio Gueiros — José Ignácio — Gabriel Hermes — João Lúcio — Altevir Leal.

PARECERES Nºs 607 E 608, DE 1984

Sobre o Projeto de Resolução nº 65, de 1984, da Comissão de Legislação Social, que “autoriza reassentamento de ex-ocupante de área indígenas, mediante alienação de terras de domínio da União”.

PARECER Nº 607, DE 1984

(Da Comissão de Constituição e Justiça)

Relator: Senador Benedito Canelas

Através da Mensagem nº 353, de 26 de setembro de 1983, o Senhor Presidente da República encaminhou à apreciação do Senado a matéria que passamos a examinar, e já estudada pela dourta Comissão de Legislação Social desta Casa, que concluiu por Projeto de Resolução ali aprovado sem restrições.

Trata-se de reassentamento de ex-ocupante de áreas indígenas, com alienação de terras de domínio da União, a concretizar-se, em 4.618 hectares, em parte da Gleba “Belo Monte-A”, de propriedade da União, situada no Município de Senador José Porfírio, no Estado do Pará.

O beneficiário do reassentamento é o espólio de Iurdes Braga Torres, o único, dentre os demais beneficiários, que cumpriu as exigências legais.

A alienação ou concessão de terras públicas com áreas superiores a 3.000 hectares só se fará com a prévia aprovação do Senado (artigo 171, § único da Constituição), cabendo igualmente ao Conselho de Segurança Nacional dar assentimento prévio para a concessão de terras, em relação às áreas indispensáveis à segurança nacional (art. 89, IV, a da Constituição).

Todas essas formalidades foram cumpridas, inclusive a expedição dos Decretos nºs 84.832/80 e 85.210/80, que

regularam a dispensa de licitação para a alienação de glebas que reassentassem os colonos e sitiante que se fixavam na Reserva Indígena de Parabubure, no Estado de Mato Grosso. A proposição, por conseguinte, processou-se na conformidade do art. 407, § 1º, do Regimento Interno do Senado.

Nada obsta a aprovação do Projeto de Resolução que formaliza a proposta do Poder Executivo.

No texto da proposição da Comissão de Legislação Social do Senado, entretanto, consta um equívoco, seguramente datilográfico, que precisa ser corrigido: ao invés de se registrar a expressão, "pelo preço de terra nua", trocou-se, no § 2º do art. 2º, a palavra, "nua" pelo artigo indefinido "uma".

Isto posto, opino pela aprovação do Projeto de Resolução integrante do parecer da Comissão de Legislação Social, através da seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1-CCJ

No § 2º do art. 2º do Projeto de Resolução da Comissão de Legislação Social, leia-se, "pelo preço de terra nua" no lugar da expressão, "pelo preço de terra uma".

Este, o meu parecer.

Sala da Comissão, 11 de abril de 1984. — José Fragnelli, Presidente, em exercício — Benedito Canellas, Relator — Helvídio Nunes — Aderval Jurema — Hélio Gueiros — Guilherme Palmeiras — Almir Pinto — Passos Pôrto.

PARECER Nº 608, DE 1984

(Da Comissão de Agricultura)

Relator: Senador Benedito Canellas

Pelo projeto de resolução que vem ao exame deste Órgão Técnico, é o Poder Executivo autorizado a promover o reassentamento de ex-ocupante da Reserva Indígena de Parabubure, situada na Estado de Mato Grosso, mediante alienação de terras do domínio da União.

A alienação pretendida incidirá sobre 4.618 hectares que constituem parte da gleba, "Belo Monte — A", de propriedade da União, situada no Município de Senador José Porfírio, no Estado do Pará.

O projeto foi apresentado pela doura Comissão de Legislação Social, depois de exame da mensagem do Presidente da República, e considerado constitucional e jurídico pela doura Comissão de Constituição e Justiça.

A CCJ verificou a existência de erro datilográfico e, para que tal não fosse convalidado, formalizou emenda.

Entretanto, há que ser observado o seguinte: o art. 2º da proposição aparece, no original, com três parágrafos e sem o art. 3º. É que o mecanógrafo, por engano, grafou "§ 3º", em vez de "art. 3º".

Quanto à posição desta Comissão, o reassentamento preconizado, mediante a alienação dos 4.618 hectares proposta pelo Governo, parece abrir perspectivas de implantação de novo e secundo projeto agropecuário.

Pareceria desnecessária nova emenda à proposição, cabendo a correção aqui apontada à doura Comissão de Redação.

Entretanto, para que não se venha a incidir em lapso altamente prejudicial, do ponto de vista de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do presente projeto de resolução — que tem o objetivo de solucionar pendência de terra — com a seguinte

EMENDA Nº 2 — CA

Onde se lê, "§ 3º", leia-se, "Art. 3º".

Sala das Comissões, 27 de setembro de 1984. — Álvaro Dias, Presidente — Benedito Canellas, Relator — Mauro Borges — Galvão Modesto — João Castelo.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e deferido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 243, DE 1984

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 239, I, b do Regimento Interno do Senado Federal, e para os fins de instruir a tramitação do Projeto de Lei (C.N.) nº 13/84, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 1985, requeiro sejam solicitadas do Poder Executivo — Secretaria de Planejamento da Presidência da República, as seguintes informações:

a) quais as premissas usadas para a estimativa da receita da União para os exercícios de 1980, 1981, 1982, 1983, 1984 e 1985 (taxas de inflação prevista, nível de atividade econômica por setor, perda de arrecadação por incentivos fiscais etc...);

b) quais as razões para a diferença entre a receita prevista na lei de meios e a executada, em cada um desses anos;

c) qual a metodologia usada para a estimativa da receita para o exercício de 1985;

d) quais os programas, projetos e atividades, bem como os itens de receita constantes da proposta orçamentária, considerados para efeito do cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 24/83 (relacionar cada um deles).

Justificação

Não se pode desconhecer que as técnicas de projeção estatísticas e os instrumentos de previsão econômica permitem antever, com grande precisão os níveis da arrecadação federal.

Estranhamente, no entanto, a arrecadação da União tem excedido de muito a previsão orçamentária. No período 1980/1984 o ano em que esta variação foi menor, foi o ano de 1982 no qual foi arrecadado 20% (vinte por cento) a mais do que o previsto.

Em 1984, esta diferença será superior a 50% (cinquenta por cento) depois de já ter excedido 30% (trinta por cento) em 1983. E isto debaixo de séria recessão.

O orçamento, assim, perde totalmente a credibilidade necessária.

As informações solicitadas permitirão ao Legislativo analisar a proposta em tramitação e fazer as correções necessárias.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 1984. — Fernando Henrique Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência convoca os senhores Senadores para uma Sessão Conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à discussão do Projeto de Lei nº 14, de 1984-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Exército, o crédito especial de até Cr\$ 245.395.992.000 (duzentos e quarenta e cinco bilhões, trezentos e noventa e cinco milhões, novecentos e noventa e dois mil cruzeiros) para o fim que específica.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Há oradores inscritos.

Concede a palavra ao nobre Senador Moacyr Duarte, por cessão do Senador Almir Pinto.

O Sr. Moacyr Duarte — Declino da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concede a palavra ao nobre Senador Fábio Lucena. (Pausa.)

S. Exº não se encontra em plenário.

Concede a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume.

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Desde quando o homem passou a conscientizar-se, desde quando o homem evoluiu e procurou descobrir meios para vencer distâncias? Icaro fez a sua asa de cera e, posteriormente, os Incas abriram a Estrada do Sol. Mas, muito antes dos Incas, os Egípcios também fizeram uma grande estrada, sempre na ânsia de encurtar as distâncias.

Tirei do livro "A Estrada do Sol", o meu pensamento ou o assunto que estou abordando nesta ocasião.

Lerei, agora, um pequeno trecho daquele livro.

A MAIS GRANDIOSA ESTRADA DO MUNDO

Era o ano de 1548. À beira de uma estrada que se desenrolava através dos Andes escalados, um soldado jovem cumpria o seu juramento no sentido de registrar, por escrito, as "coisas maravilhosas destas Índias". Pedro Cieza de León olhou, de novo, para a estrada pavimentada de pedra, que havia percorrido por tantas e tantas léguas; e, depois, devagar, escreveu:

De conformidade com isso, o Inca construiu a mais grandiosa estrada que há no mundo, e que é, também, a mais longa, porquanto ela se estende de Cuzco a Quito, e estava ligada de Cuzco ao Chile — numa distância de 800 léguas. Acredito que, desde o começo da história escrita do homem, nunca houve outra narrativa de grandiosidade tamanha, como a que pode ser vista nesta estrada que passa por cima de vales profundos e por entre montanhas altaneiras, ao longo de alturas nevadas, sobre quedas de água, através da rocha viva e acompanhando as margens de rios tortuosos. Em todos esses lugares, a estrada é bem construída. Apresenta-se bem terracada nas faldas inclinadas das montanhas; através da rocha viva, está cortada, passando ao longo de barrancas de rio, barrancas estas amparadas por muros de escoria; compõe-se de degraus e intercaladas de pontos de descanso, nas alturas cobertas de neve; desampa-se desanuviadamente, desobstruída de qualquer entulho, ao longo de todo o seu comprimento — com postos de guarda militar, galpões de armazenagem e Templos do Sol erguendo-se a intervalos determinados, no desenrolar-se do seu curso.

Nos quatrocentos anos, transcorridos desde quando o moço viajor escreveu isto, muito desta grandiosidade se viu malbaratada pelas inclemências do tempo; grande parte se encontra em ruínas; numerosos dos pontos de parada, soberbamente erguidos, desta estrada, se reduziram a cômoros desformes. Aqui e acolá, durante os séculos que se passaram no intérregno, os arqueólogos-exploradores perambularam por cima das imensidades vazias do Peru, e empurraram para longe, penosamente, os detritos, a fim de desentocarem algumas das chaves que lhes permitissem a reconstrução de um império. Todavia, entre o que é conhecido e o que não é conhecido há um hiato imenso; e entre o que nós conhecemos das antigas cidades que existiram à margem da estrada, e o que nós não sabemos, permanece um grande abismo. Nós sabemos que o fio que unia comunidades largamente afastadas umas das outras era a Estrada — esta Estrada onipresente e dominante — que Cieza de León descreveu como sendo a "mais grandiosa e a mais comprida do mundo".

Que aconteceria, então, se esta estrada fabulosa fosse encontrada e palmilhada, de extremidade a extremidade? Que ocorreria se a gente empregasse as técnicas agora disponíveis nos campos científicos da Arqueologia e da Geografia, e se fizesse uso dos recursos mais adiantados de viagem, tais como o ca-

minhão de transmissão dupla e o aeroplano? Não seria, assim possível descobrir a rota seguida pelos vários ramos daquela estrada, tornando, por essa forma, acessíveis as suas elevações e as suas baixadas àqueles que se pusessem à procura das muitas cidades esquecidas? E, se tais cidades fossem encontradas, não poderiam elas revelar os segredos em torno de como os incas viviam, e de como eles, construindo as suas estradas admiráveis, se tornaram capazes de comunicar-se, com rapidez quase telegráfica, com os setores mais remotos do seu império?

Percorrer esta rota antiga, tratar de encontrar alguma luz quanto ao enigma da história do Homem nas Américas, éste era o meu sonho. Até agora, muito desta história tinha sido um mistério — um mistério com arcabouço, trama e fascínio. Havia chaves que deveriam ser encontradas, por meio das quais deduções teriam de ser feitas — havia o drama da expectativa ansiosa e da novidade contínua. Para onde conduziam as antigas estradas, e o que alguém encontraria, pelo caminho, se seguisse por elas?

O movimento é tão velho como a terra. E o Homem é da terra. Desde os tempos mais primitivos, o Homem tem sido um grande corre-mundo. Já no ano 10.000 antes de Cristo, o Homem, o Viajor, abriu um caminho para o Báltico, a fim de obter âmbar, "esse ato especial de Deus". As primeiras estradas feitas pelo homem foram construídas para buscar sal; a mais velha das estradas romanas era a Via Salaria — a, "estrada do sal", para Óstia.

A Pérsia primou em boas estradas, "apinhadas de homens a serviço do Rei". O comércio feito por meio de caravanas, abrindo caminho para dentro da Índia, encontrou estradas já construídas; porque, desde quando o homem inventou a roda veicular, no ano 3000 antes de Cristo, o tráfego rodou para fora das maiores aldeias indianas. Alexandre, o Grande, disse, destas mesmas estradas, que eram as melhores que ele jamais vira. Eram estradas construídas de tijolos de barro, com escadarias de degraus amplos, com baixas superfícies de marcha facilmente galgáveis por camelos carregados, e margeadas, "por toda espécie de árvores ostentando frutos".

Também o Egito teve suas estradas. Já no ano 3000 antes de Cristo, uma estrada de dez braças de largura havia sido construída pelo Rei Quéops, para o fim de possibilitar o transporte dos gigantescos blocos de pedra calcária, destinados à Grande Pirâmide. "A estrada — disse certo geógrafo grego — não era muito inferior, a meu juízo, à própria pirâmide". Houve antigas estradas de numerosas portas, na África, por meio das quais se viajava através do deserto. Senaquerib, o Assírio, construiu a sua estrada real, e fez com que "ela brilhasse como a luz do dia". Dario, o Persa, abriu outra estrada, de Susa à Babilônia, assinalando-a com marcos de pedra e postos militares. Em Creta, havia estradas para carroças, que iam desembocar no palácio de Knossos. Os gregos fizeram-se construtores sistemáticos de estradas, estendendo suas vias de comunicação para dentro de Esparta; e até mesmo nesses tempos remotos, eles preparam um manual sobre consertos de estradas. A maior parte daquelas vias antigas se constituía de estradas de luxo; e por elas se transportavam a obsidiana, o âmbar, o ouro, o jade, a prata, as esmeraldas; transportavam-se também, quanto a especiarias, frutas gregas, tais como azeitonas, figos, limões, amêndoas. As especiarias eram levadas para todos os destinos; as sêdas chegavam, procedendo pelas rotas das caravanas; e o mesmo acontecia com o ólfano e com os perfumes oriundos da Arábia.

Os romanos construíram o primeiro sistema de estradas. Foi por iniciativa deles que a, "estrada", pela primeira vez, se abriu a todos, sem cobrança de taxa, nem reconhecimento de prerrogativas. Nenhuma estrada, então, continuou a ser empregada exclusivamente para o comércio de luxo, nem reservada para viagens reais. Pompeu rasgou suas estradas por cima dos Alpes; a África foi atravessada por uma rede de estradas romanas, que ia de Gabes a Tebessa; o Imperador Cláudio construiu estradas na Inglaterra. Em todas essas vias de comunicação os marcos miliários eram coisa comum, enquanto que os postos militares proliferavam em todo o comprimento das estradas romanas. Na fase mais elevada do Império, a mais extensa das estradas contínuas corria da Muralha de Antonino, na Escócia, a Jerusalém, cobrindo uma distância de cerca de cinco mil quilômetros. Até mesmo durante o declínio de Roma, a sua construção de estradas prosseguiu na Espanha, na França e na África.

Depois do sétimo século, a conservação das estradas, por toda a Europa e ao longo da orla do Mediterrâneo, foi descurada; e, lá pelo século dezesseis, o viajante que desejasse chegar a Madrid precisava de, "olhos de falcão, ouvidos de burro, cara de macaco, palavra de mercador, dorso de camelo, boca de leitão e pés de corça". Durante uns mil anos, as estradas da Europa prosseguiram sendo atoleiros. Foi Napoleão que reconstituiu a Estrada Romana, no século dezenove.

Ainda assim, durante aqueles mesmos séculos, bem longe, do outro lado do mundo, um povo chamado Inca construiu um sistema de estrada que reunia numa só entidade todos os elementos discordantes da sua terra — o deserto, as montanhas, as florestas; e esse sistema era, sob muitos aspectos, superior a qualquer rede de vias de comunicação da Europa. "Nada, na Cristandade, se iguala a estas maravilhosas estradas do Peru" — disse um conquistador alfabetizado, — "A grande estrada incaica, de Quito a Cuzco, é tão utilizada quanto a estrada de Sevilha a Triana, e não posso dizer mais...".

Durante os meus muitos anos de exploração, pela América do Sul, tenho ouvido muita coisa a tal respeito, e tenho visto fragmentos daquelas fabulosas estradas reais dos incas. Agora, por fim, eu estava resolvido a procurar a realidade destas antigas artérias de pedra; e, fosse para onde fosse que elas conduzissem — para dentro de sertões, através de desertos, por cima de montanhas torreantes — eu me mostrava disposto a palmilhar, desde o ponto de partida até ao ponto terminal, este grande sistema incaico de estradas — aquelas estradas que, durante séculos, mantiveram unido o império inca, e que, à maneira das estradas persas, provocou a ruína de uma grande e antiga civilização.

Esta, pois, é a história de seis pessoas — de duas mulheres e de quatro homens — que integraram a nossa expedição, e que começaram, no inverno de 1952, a procurar os restos dos "trabalhos mais estupendos e mais úteis jamais executados pela mão do homem".

Assim que a bruma começa a erguer-se dos Andes, à maneira de um pano-de-bôca de teatro, a caravana da expedição abre lentamente o seu caminho através das alturas desérticas do Peru. Nem uma árvore, nem uma planta, nem uma voz de pássaro, anima este vazio; a única coisa que se move é a nossa caravana de dois carros, rodando por cima da *puna*, em direção ao lago de Titicaca.

Sr. Presidente, ainda ecoa, na selva da Amazônia, a grande estrada aberta e inaugurada há poucos dias pelo Senhor Presidente da República, a BR-364, entre Cuiabá e Porto Velho, embora a estrada vá até Rio Branco e termine em Cruzeiro do Sul, nos limites do Peru. Ela ecoa na selva, continua ecoando no pensamento e nos corações de todos os habitantes daquela área: Mato Grosso, Rondônia e Acre. Por que não dizer pelo Brasil inteiro?

Porque esta estrada tem o sentido da integração de um grande mundo de selva e água ao restante do Brasil, que dentro em breve estará, se Deus quiser, totalmente colonizado.

Quando Sua Excelência se preparava para essa inauguração, eu lhe dirigi a seguinte mensagem:

Sr. Presidente João Baptista Figueiredo Palácio do Planalto

Brasília — DF
NR — 1239 de 11-9-84

No momento em que vossa excelência viaja para inaugurar asfaltamento da grande rodovia BR. 364, no trecho Cuiabá-Porto velho cumprindo, assim, promessa do então candidato, além das minhas antecipadas congratulações, levo ao eminente chefe nação meu apelo no sentido de determinar ainda no seu Governo, o início do trecho da mesma BR-364 entre porto Velho-Rio Branco, no total de 500 KMS. Essa rodovia para nós do acre, representa nossa coluna vertebral para que seja alcançado o desenvolvimento acreano e a integração do acre as demais unidades da federação. Confiamos e esperamos ouvir, quando da solenidade inauguratorária, a proclamação de vossa excelência sobre o prosseguimento dos trabalhos até a capital acreana PT CDS SDS PT Senador Jorge Kalume.

Logo em seguida, Sua Excelência, ao retornar, me dirigiu a seguinte Mensagem, com data de 17 de setembro:

Senador Jorge Kalume
Senado Federal
Brasília DF

17/09/84 — Agradeço seu telegrama e aproveito para comunicar-lhe que será asfaltado vg ainda no meu governo VG o trecho da-364 entre porto velho — Rio branco PT cordialmente João Figueiredo

Sr. Presidente, foi com grande contentamento que li nos jornais brasileiros a concorrência nacional e internacional para o asfaltamento dos 500 quilômetros que estão faltando para a integração de todos os Estados brasileiros, porque o Acre é o único Estado que está fora do asfalto. Tenho aqui o edital que passarei à Taquigrafia, para que conste deste meu pronunciamento.

Ontem, numa visita que fiz a S. Ex^a o Sr. Ministro dos Transportes, o dinâmico Engenheiro Cloraldino Severo, robusteceu-se mais em mim a certeza de que, dentro em breve, estaremos iniciando o asfaltamento dessa rodovia que é ansiosa por todos nós que vivemos insucados naquela região, antes tão distante. Desta tribuna, além dos meus agradecimentos a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, pelo grande feito que executou, cumprindo a sua palavra, quero, também antecipadamente, agradecer a sua Excelência o asfaltamento que vai fazer do trecho entre Porto Velho e Rio Branco, bem como ao seu dinâmico Ministro Cloraldino Severo, que vem demonstrando uma preocupação constante pelas rodovias brasileiras, em especial, as da Amazônia.

Portanto, nesta oportunidade, em meu nome, em nome do povo que aqui represento e, por que não dizer, de toda a Amazônia, registro a nossa imensa gratidão — eu me sinto escravizado — diante desse gesto do Governo do Presidente João Figueiredo.

Muito obrigado a V. Ex^a (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JORGE KALUME, EM SEU PRONUNCIAMENTO:

O Globo
Rio, 08/10/84

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM											
AVISO EDITAL N° 157											
(Concorrência internacional para execução de obras rodoviárias no Brasil, referente a serviços de implantação, melhoramentos e pavimentação da ligação rodoviária PORTO VELHO — RIO BRANCO).											
O DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM, Autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes do Governo Federal da República Federativa do Brasil, com sede à Avenida Presidente Vargas nº 522, na cidade do Rio de Janeiro, Capital do Estado do Rio de Janeiro (Brasil), torna público para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar Concorrência Internacional, na forma da Legislação Brasileira, para a Execução de Obras Rodoviárias, conforme quadro abaixo.											
Poderão participar da Concorrência firmas Empreiteiras Nacionais ou Estrangeiras, sendo no último caso permitidas somente firmas de países membros do BID.											
2. Não será permitida a formação de Consórcio.											
3. O Governo Brasileiro solicitou empréstimo ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ora em fase de estudo, que se destinará ao pagamento parcial dos contratos resultantes da presente Licitação, mediante solicitação do Governo Brasileiro à aprovação do Banco, nos termos de Acordo de Empréstimo a ser firmado.											
4. A Concorrência será realizada em uma única etapa, devendo a entrega dos documentos correspondentes ser verificada em sessão pública que a Comissão de Licitação do DNER fará realizar às 9:00 horas do dia três (03) de dezembro de 1984, no auditório do DNER, à Avenida Presidente Vargas, 534 - 3º andar — Rio de Janeiro — RJ — BRASIL.											
5. Os interessados poderão obter o Edital e quaisquer outras informações no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — Grupo Executivo de Concorrências, Avenida Presidente Vargas, 534 - 4º andar — Rio de Janeiro.											
OBRAS DE IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO NA RODOVIA BR-364											
SUMÁRIO DOS SERVIÇOS											
LOTE	UF BR	TRECHO	EXT. KM	QUANT. DE TER- RAPLENAGEM		QUANTIDADE DE PAVIMENTAÇÃO					
				ESC. CARGA TRANSPORT. 10^3 m^3	DMT m	SUB- BASE	BASE	TSD	TSS	MOM. DE TRANSP.	OAE mL
				10^3 m^3	10^3 m^3	10^3 m^3	10^3 m^3	10^3 m^3	$10^3 \text{ m}^3 \text{ x km}$		
268.1	364/RO	km 30 km 77	47	495	250	152	92	310	94	2.156	-
268.2	364/RO	km 77 km 165	78	1.605	400	227	152	515	156	5.402	-
268.3	364/RO	km 155 km 223	68	1.280	800	187	126	449	136	6.310	-
268.1	364/RO	km 0 km 98	98	1.429	300	225	214	647	198	14.856	342
268.2	364/AC	km 98 km 163	90	1.734	280	207	196	594	180	18.445	60
269.3	364/AC	km 188 km 278	90	1.482	260	207	196	594	180	25.825	187
Observações:											
1. As quilometragens, extensões e quantitativos são aproximados.											
2. Para os lotes 268.1, 268.2 e 268.3 o km 0 corresponde a Porto Velho e o km 223 ao Rio Madeira (após Abunã).											
3. Para os lotes 269.1, 269.2 e 269.3 o km 0 corresponde ao Rio Madeira (após Abunã) e o km 278 à Cidade de Rio Branco.											
4. A camada de base será constituída de mistura de solos para os lotes 268.1, 268.2 e 268.3, de parte com solo in natura e parte com solo-cal para o lote 269.1, de solo, in natura para o lote 269.2 e de solo-cal para o lote 269.3.											
5. O prazo de execução, para todas as obras, é de 900 dias úteis.											
6. O Preço Global dos Serviços, estimado para cada lote de construção, consta no quadro que se segue:											
Lote de Construção		268.1	268.2	268.3	269.1	269.2	269.3				
Preço Global Estimado C\$ 10 ⁶		13.200	26.500	23.000	42.100	44.600	46.000				

(Of. nº 714/84)

Rio de Janeiro (RJ), 1º de outubro de 1984.
ENGº JOÃO CATALDO PINTO
DIRETOR-GERAL DO DNER

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, como Líder.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB — SP. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: Fui incumbido pela direção do meu Partido de trazer ao conhecimento deste Senado, e por intermédio do Senado à Nação, algumas considerações a respeito da momentosa questão relativa aos programas dos candidatos à Presidência da República, muito particularmente no que diz respeito ao programa do candidato do meu partido e da Aliança Democrática, o ex-Governador Tancredo Neves.

Tem havido nos últimos dias algumas manifestações por parte de vários setores da opinião, que merecem a nossa consideração baseados no fato de que, eventualmente, não haveria ainda um programa de Governo por parte do candidato Tancredo Neves. Gostaria, em primeiro lugar, em nome do PMDB, de reafirmar que as nossas teses programáticas não só existem como são muito antigas, existem há muito tempo. Nós, em mais de uma oportunidade, nos dirigimos à Nação para fazer ver nosso ponto de vista. Refiro-me, apenas, ao programa do Partido, que é algo impresso, difundido, conhecido,

mas especialmente aquilo que foi consubstanciado numa publicação cujo título é "Esperança e Mudança", por coincidência, título próximo do programa do candidato do PDS, que chamou de "Brasil Esperança" ao seu manifesto. De modo que a anterioridade até do título é nossa, não disputo a questão de anterioridade, porque não teria nenhum sentido neste Senado entrarmos nesta discussão. Mas naquele documento já existem não apenas teses gerais, mas até mesmo modos de como se deveria fazer para alcançar os objetivos ali propostos. Recordo-me que na época a crítica que nós ouvimos foi a de que precisamente havíamos entrado em questões de detalhes e que poderiam criar celeuma. Por exemplo, na questão relativa à distribuição de renda entre os Estados, em que, eventualmente, algumas pessoas, alguns líderes do meu Estado se queixaram de que o programa do PMDB era favorável à transferência de renda para o Nordeste. Isso é verdadeiro. E tanto é verdadeiro que tive a honra de ser, já como Senador, junto com o Senador José Lins, autor de uma proposta, de uma emenda à Constituição, transferindo rendas para o Nordeste, porque esse é o nosso pensamento. Além disso, desse programa já consubstanciado, ocorre que o Deputado Ulysses Guimarães, ano passado, fez um importante discurso chamado, "Travessia", no qual começou a arrolar alguns dos objetivos de uma transformação para o Brasil. No momento

em que foi selado o acordo entre a Frente Liberal e o PMDB, foi confirmado um compromisso, e esse compromisso, chamado, "Compromisso com a Nação", estipula dezenas de pontos que eu me abstenho de ler-los, porque são do conhecimento desta Casa.

Quais são as metas fundamentais a serem cumpridas? Essas metas fundamentais, naturalmente, não detalham o modo de as alcançar. Elas têm um papel equivalente ao das metas quando foram enunciadas pelo antigo Presidente Juscelino Kubitschek, que depois fez o Plano de Metas. Aqui são apenas as metas que constituem o compromisso fundamental, político, entre o PMDB e a Frente Liberal. São esses dezenas de pontos assinados por Ulysses Guimarães e Tancredo Neves de um lado, e por Aureliano Chaves e Marco Maciel de outro lado, que constituem o travejamento político da nossa ação. Ninguém poderá afastar-se desses pontos, que são pontos que vão desde a desconcentração do poder, a descentralização do processo decisório e a desburocratização, até o apoio à livre iniciativa, o fortalecimento das empresas nacionais, o tratamento favorecido às pequenas e médias empresas, passando pela questão da Constituinte, que deve ser convocada para a elaboração de uma nova Constituição, em 86.

Enfim, são esses pontos que são programáticos, são antigos pontos nossos, e muito deles, até, são pontos de alcance nacional, são aspirações de todo o País.

A partir daqui, o candidato Tancredo Neves tem feito uma série de pronunciamentos. Tenho aqui comigo alguns desses pronunciamentos, os últimos pronunciamentos de S. Ex^a, que praticamente constituiriam até mesmo um pequeno livro: fez um pronunciamento sobre a questão da informática, na Comissão pertinente deste Senado; fez um pronunciamento a respeito da questão da agricultura no Rio Grande do Sul; fez um pronunciamento sobre a questão do saneamento básico, numa reunião com um auditório composto de especialistas nessa matéria; fez um pronunciamento, ao qual assisti, verdade de que este não escrito, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, sobre a questão sindical; fez, mais recentemente, um pronunciamento num chamado, "Discurso aos Empresários em São Paulo." E essas metas estão sendo concretizadas, e nos pronunciamentos do candidato existe muito mais do que simplesmente uma definição de objetivos, e começa a existir uma definição de políticas.

O SR. MAURO BORGES — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Pois não, Senador Mauro Borges.

O SR. MAURO BORGES — Juntando a esse rol de pronunciamentos e definições programáticas do nosso candidato Tancredo Neves, há um discurso da maior importância, feito no Rio Grande do Sul, chamado, "Grito do Campo", em que S. Ex^a realmente estabelece as normas, o seu pensamento a respeito do crédito rural. É uma definição completa, que não precisa mais nada sobre esse setor. Na verdade, todos sabem que uma definição programática, nesta hora, não pode ir mais do que umas definições de prioridades, de normas gerais. Não se vai querer um programa completo de governo, porque para isso é preciso um mecanismo de dados uma parceria administrativa que seria totalmente inviável. E nem têm cabimento esses detalhes. O essencial é definir os rumos do Governo. E isso ele está fazendo, como diz muito bem V. Ex^a.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Existe, portanto, muito mais do que um objetivo a ser atingido; existe um pensamento maduro a respeito de como chegar até esses objetivos. Além disso, o PMDB estará realizando sete seminários. Ainda na semana entrante, teremos, em São Paulo, um seminário a questão da Previdência Social e outro sobre a questão sindical. Na mesma semana, e V. Ex^a, Senador Mauro Borges, estará presente, haverá um seminário no Paraná, em Curitiba.

tiba, a respeito do problema da agricultura. Teremos um outro no Rio Grande do Sul sobre saúde e educação; teremos um outro, ainda, no Rio de Janeiro, sobre questões de esporte e turismo. Na semana que vem, na sexta-feira, se encerra um outro seminário em Belo Horizonte, sobre a questão financeira e econômica. Na Bahia haverá um seminário a respeito das questões regionais. Por que isso? Porque nós estamos reafirmando teses e ouvindo novas teses, auscultando a sociedade. Como sabem V. Ex's. Eu sou sociólogo sei perfeitamente que o plano técnico não se faz pura e simplesmente em seminários. Não é o objetivo do seminário. O objetivo do seminário é recolher a voz da sociedade, ver se estamos afinados com aquelas aspirações nacionais. A partir daí, vamos corporificar essa série de propostas através, afim, de planos.

Existe uma secretaria técnica do candidato aqui em Brasília que recolhe as informações. As informações, para se transformarem em planos de Governo e depois em projeto, requerem muito maior conhecimento de dados oficiais. É uma etapa posterior e nós de nenhuma maneira queremos apresentar à Nação um documento apenas tecnoburocrático. Não é isso que a Nação espera de nós. A Nação espera um documento que tenha a força, a seiva, a vida, da sociedade um documento político e essas teses políticas existem. Não há nenhum ânimo, portanto, nesse meu pronunciamento no sentido de dizer que dispomos hoje de um programa de Governo acabado porque não seria correto dispor disto nesta altura dos acontecimentos. Mas dispomos, sim, de um quadro de referência.

O Sr. Jorge Kalume — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Jorge Kalume — É com muita alegria que estou aparteando o ilustre e eminentíssimo Senador de São Paulo e faço votos que o esclarecimento que V. Ex^a está nos fazendo venha satisfazer S. Ex^a, Sr. Vice-Presidente da República, hoje um dos líderes da Frente Liberal, porque leio, aqui, no Correio Braziliense de hoje se V. Ex^a permitir, um pequeno texto...

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Com o maior prazer.

O SR. JORGE KALUME

Vice causa constrangimento

As declarações do Vice-Presidente Aureliano Chaves, publicadas ontem, cobrando o programa do candidato Tancredo Neves, foram recebidas pela Frente Liberal com visível constrangimento. Somente o Senador José Sarney falou, minimizando o seu teor, mas solidarizando-se com as palavras do Vice-Presidente e defendendo também o debate em torno do programa. "Como a campanha já está ganha, é natural que se inicie os debates em torno do programa".

O Senador Jorge Bornhanusen (SC) recusou-se a fazer qualquer comentário sobre o assunto: "Não me pergunte nada sobre isso". Também o Deputado Saulo Queiroz evitou o tema, dizendo não ter lido os jornais. O Deputado Jayme Santana, ainda que de forma discreta, ponderou: "Não estou entendendo". O Senador Guilherme Palmeira, demonstrando surpresa, limitou-se a sorrir, ao ser indagado sobre as declarações do Vice-Presidente.

E assim por diante. Então, espero que diante dessas declarações de V. Ex^a o candidato Tancredo Neves apresente um programa à Nação, como já fez o eminentíssimo brasileiro Paulo Maluf.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — V. Ex^a fez comentários a partir de uma declaração na imprensa que eu, naturalmente, li e que vem do Vice-

Presidente Aureliano Chaves, que até hoje pertence ao partido de V. Ex^a e não ao meu, embora...

O Sr. Jorge Kalume — S. Ex^a pertence à Frente Liberal. É um híbrido, não pertence nem ao PDS, nem ao PMDB.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — ...seja membro da Frente Liberal, acredito que se o Vice-Presidente tomar conhecimento do que estou dizendo aqui, entenderá que existe um programa, existem metas definidas, existem declarações definidas e, mais ainda, que esse programa não é improvisado, é fruto de uma luta de muito tempo, é fruto de uma elaboração da sociedade. V. Ex^a me conhecem, não tenho espírito da polêmica menor, mas diria que não há diferença quanto ao nível de generalidade entre a proposta apresentada pelo candidato do PDS e o nível de generalidade das nossas propostas. Diria que estamos caminhando até com maior nível de concreção. Tive naturalmente o cuidado de ler a proposta apresentada à Nação pelo Deputado Paulo Maluf. Tenho até partes aqui e, se não fosse aborrecer o Senado, poderia ler amplos trechos onde, de fato, não há mais nada mais do que uma aspiração. Por exemplo, na questão relativa à greve. S. Ex^a diz que a greve é um direito dos trabalhadores. Perdão-me o francésismo hélas. Então, não se vai além disso. As frases são do seguinte teor:

"Com espírito científico e humanístico as empresas aferirão as mudanças tecnológicas a adotar em harmonia com as necessidades reais do País em desenvolvimento que ainda somos".

De novo: quem estaria em desacordo com isto? E, a partir daí, o que se deduz? Nada. É uma intenção.

Não critico e tenho aqui vários trechos e vários documentos. São todos desse nível de generalidade. Não critico, apenas digo que é assim mesmo, que no momento da fase em que estamos seria prematuro termos um real programa de governo, um real plano de governo e muito mais ainda ter projetos efetivos. Aqui há intenções.

Pois bem! Intenções nós as temos e estamos mais do que com as intenções, estamos realizando o nosso pensamento para o futuro governo na base da sociedade; não as apresentamos com nenhuma arrogância, nem em nome do futuro Presidente, que acredito venha a ser Tancredo Neves, mas em nome de uma aspiração nacional. É com este propósito, portanto, que pedi a palavra como Líder para manifestar ao Senado e, por seu intermédio, à Nação a nossa convicção de que estamos cumprindo absolutamente de forma coerente e escrupulosa com a nossa responsabilidade. Estamos trabalhando duramente na elaboração, não só de idéias, mas de modo de atender essas idéias e tenho certeza de que não será por falta de competência técnica, que, aliás, hoje em dia por sorte o Brasil dispõe abundantemente e, também, não ousaria pretender um monopólio para o nosso lado, desta competência técnica, mas não será por aí que a discussão poderá ser travada no sentido de emperrada. Já existe uma questão fundamental e importante que é a definição de uma vontade política e esta existe. Há, sim, diferenças, apesar do grau de generalidade da proposta do Dr. Paulo Maluf, há, na verdade, diferenças essenciais. Há várias diferenças de visão. Se não houvessem essas diferenças estariam todos no mesmo Partido e o grau de generalidade existente não dificulta a visualização dessas diferenças. Há diferenças, apesar da superficialidade com que foi apresentado o programa do candidato Maluf, em que realmente não há nenhuma quantificação, a mais mínima. E como se fosse o mundo das maravilhas em que todas as modificações pudessem ser feitas sem nenhum constrangimento da base de recursos materiais. E vejo, até com certa surpresa, que aquilo que foi objeto de uma campanha importante que travamos em São Paulo — eu tive a satisfação de ser o coordenador da campanha do então candidato e hoje Governador Franco Montoro — vejo com satisfação que o que pre-

gávamos na campanha contra Maluf hoje é proposta de Maluf para o Brasil, no sentido de que a descentralização administrativa e a desburocratização — a transferência de poderes da União para os Estados, dos Estados para os Municípios — estão aqui propostas e estas foram a espinha dorsal da nossa luta em São Paulo. Luta vitoriosa, como todos sabem, e que trabalho enorme nos custa hoje dar passos nessa direção, porque na administração Maluf o que houve foi o oposto do que aqui está proposto.

O Sr. Marcondes Gadelha — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Marcondes Gadelha — Senador Fernando Henrique Cardoso, para azar meu atrasei-me um pouco. Outras atividades me prenderam no caminho de modo que não tive a felicidade de alcançar o início do seu pronunciamento. Entretanto, gostaria de saber — e nesta pregunta não vai nenhum parti pris, nenhum juízo de valor, eu me posiciono, apenas, numa atitude de expectativa e de curiosidade e, naturalmente, de esperança, também, que é de toda a população brasileira, eu gostaria de saber se V. Ex^a tem uma idéia precisa de quando será apresentado o projeto de governo do candidato Tancredo Neves.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Porque não estava V. Ex^a presente, e em homenagem que tributo à sua ação e à sua figura neste Senado, vou repetir o que já disse.

Na verdade, partimos de uma base bastante sólida de embasamento programático, desde o PMDB, e existe o compromisso firmado com a Frente Liberal, que é uma espécie de programa de metas a serem atingidas. Já está publicado esse trabalho. São dezenas pontos bastante claros e consensuais entre a Frente Liberal e o PMDB. É a base do acordo da Aliança Democrática. Além disso, o nosso candidato tem feito pronunciamentos — tenho aqui alguns deles — sérios, sobre vários temas, muito específicos, como saneamento, como a questão agrária, como a questão do que fazer com a indústria, e que têm sido sucessivamente apresentados à Nação. Além disso, estamos fazendo uma série de seminários, já em marcha, em que esses tópicos são reavaliados, reanalizados. O que não temos, porque não achamos oportuno, e, aliás, ninguém tem, é o que eu acabava de dizer, é um programa de governo, nem projetos, porque isso só se pode ter no momento em que se tenha a informação que fluí da burocracia. Li, aqui, alguns trechos, para dizer que o que é apresentado como programa do candidato Paulo Maluf difere do que apresentamos, nos pontos essenciais, pelo grau de generalidade com que tudo é apresentado, sem nenhuma, sequer de leve, referência ao custo, à possibilidade de ser realizado e a compatibilização entre as várias metas.

O Sr. João Lobo — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Pois não

O Sr. João Lobo — Acompanhei o final da exposição de V. Ex^a, mas parece que essa carta-compromisso a que se refere o ex-Governador Tancredo Neves, na imprensa, como sendo o embasamento do seu programa de Governo, parece que não satisfaz muito a Frente Liberal. Porque o próprio Vice-Presidente Aureliano Chaves é o primeiro a cobrar-lhe esse programa de Governo, e a Frente Liberal se mostra também insatisfeita apenas com as generalidades expostas, ou o embasamento, ou a estruturas do programa de Governo exposta na carta-compromisso da Frente Democrática.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Eu esclareci aqui que não se trata apenas da carta-compromisso, porque isso é apenas um quadro de referência quanto a metas, mas que existem pronunciamentos efetivos do candidato sobre vários temas que se estão — processando de acordo com a nossa estratégia de apresentação desses temas. E eu, naturalmente, antes de expor a esse Senado esses argumentos, tive o cuidado de conversar com o Líder da Frente Liberal, conversei ontem com o Senador José Sarney e com o Senador Marco Maciel, dissesse-lhes o que diria aqui e estavam perfeitamente de acordo com o meu ponto de vista.

O Sr. Marcondes Gadelha — Senador Fernando Henrique Cardoso, fiz aquela pergunta porque o Governador Tancredo Neves fez referência a um ponto que reputo da maior importância e do maior interesse e que, no entanto, não foi suficientemente discutido. Passou, de certa forma, despercebido, como se fosse um aspecto menor da sua proposta, e tenho a impressão que esse é o aspecto mais abrangente, que seria a proposta de um novo pacto social para o Brasil, não apenas social mas, sobretudo, político, em face do problema da transição democrática, semelhante em tudo ao Pacto de Moncloa. V. Ex^e tem uma idéia sobre o cronograma desse pacto? Haveria, implícito nesse pacto, o sentido de que as propostas seriam montadas ao longo dessa discussão? E isso então dificultaria a apresentação de um programa mais concreto em termos administrativos?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Não. Veja, V. Ex^e diz que o pacto seria semelhante em tudo ao de Moncloa. Não pode ser. Nós não vivemos na Espanha, não temos o seu grau de organização sindical, não temos o rei, o rei faz uma falta enorme...

O Sr. Marcondes Gadelha — Não, eu usei a expressão do Governador...

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — ...eu sei, mas eu estou corrigindo... o rei faz uma falta enorme no país, desse tipo. Quer dizer, um Governo faz falta. De modo que não existem condições semelhantes, e...

O Sr. Marcondes Gadelha — Qual a idéia que V. Ex^e tem desse pacto para o Brasil?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Eu vou abordar esse tema, mas falo em meu nome, não mais em nome da Liderança, nem do candidato.

Acredito — o candidato tem repetido isso constantemente e está dito no pronunciamento feito aos empresários — que nós sabemos perfeitamente que na conjuntura em que vivemos a inflação é um problema da maior importância. E não nos aproximamos de uma situação de Governo com a irresponsabilidade de quem pensa que é possível acelerar o desenvolvimento, redistribuir a renda, fazer novos investimentos, pagar a dívida, e não cuidar da inflação. A inflação é uma preocupação central, ao lado das preocupações a que já me referi, da dívida externa, da dívida interna, da reativação da economia e da possibilidade da expansão do emprego e da luta contra a miséria neste País.

Ora, que eu saiba, as tentativas de controle da inflação têm sido feitas persistentemente no atual Governo. Nós acabamos de rever a legislação salarial, uma parte dela ainda está por ser revista por este Senado. Depois, vimos declarações reiteradas até o próprio Ministro do Planejamento, no sentido de que o processo inflacionário atual não está ligado à pressão salarial, e nós tivemos que engolir gôela abaixou um decreto-lei o ano passado que fazia crer que sim, que o modo fundamental para controlar a inflação seria um drástico corte nos salários. Pois bem, nós estamos percebendo que hoje vê-se que não é, que tal afirmação não é verdadeira, não é consistente. Mas nós sabemos perfeitamente, vimos a tentativa de controlar a inflação e temos visto o seu fracasso. A inflação continua

assolando duramente este País, 10, 11% ao mês, acumulado, isso vai 240% ao ano. E nós sabemos perfeitamente que quando a inflação atinge esse nível, para explodir e chegar a 1.000% é uma questão de um erro ou dois erros. Nós estamos atentos a esse problema. E estamos convencidos, e cheguei isso esta manhã com o Senador Roberto Campos, com quem tive um debate que será publicado no jornal *O Globo*, e não é a primeira vez que debato com o Senador, ainda outro dia debatemos na televisão sobre o mesmo ponto, estamos convencidos, e cheguei com o Senador, de que as medidas adotadas contra a inflação não são medidas eficazes, e ninguém dispõe da fórmula mágica de contê-la. Espremendo um pouco o raciocínio dos vários lados, resta como fator não controlado para explicar essa inflação a especulação financeira, e sabem-se as causas, e a falta de credibilidade, a imagem que se criou de que os preços vão subir.

Ora, a melhor maneira de controlar essa inflação, a melhor maneira de poder chegar a um plano que permita um crescimento do setor produtivo — e nós achamos que o setor empresarial já sofreu rudemente os golpes da recessão e que, legitimamente, é credor de uma chance de retomada — para que isso seja feito, sem que disso derive uma explosão inflacionária, parece-nos fundamental que exista uma clara negociação entre as partes envolvidas. Nós achamos que essa negociação é difícil, nós sabemos que ela é difícil. Nós não estamos dispostos a fazer uma negociação que diga aos trabalhadores, mais uma vez, "apertem o cinto", mesmo porque eles os tiveram apertados até agora. Temos que ter condições de dizer à Nação, e com o respaldo dela, de que tanto o setor público, no que couber — porque também não acreditamos que seja por aí que se possa conter a espiral inflacionária e que seja simplesmente equilibrando orçamentos, ade Mais em geral já equilibrados, no que diz respeito diretamente ao orçamento fiscal — achamos que a possibilidade, a chance que este País tem de uma retomada de crescimento, sem os riscos de uma explosão inflacionária, depende de um clima político de confiança. Esse clima político de confiança passa por um apelo aos vários participantes do bolo, participantes todos eles em posição desigual, e tomando em conta essa desigualdade, e tendo medidas claras que mostre que não é para penalizar apenas um setor, o que jamais sofre, é, portanto, essencial que haja uma condição política que permita isso.

É nesse contexto que nós estamos falando de trégua, é nesse contexto que estamos falando na possibilidade de um pacto, sabendo, entretanto, que pacto entre desiguais é uma árdua tarefa, e, que para não ser uma mistificação, ela implica em que se tenha uma ética de convicção, em que se diga claramente o que se vai fazer, em que se submeta ao debate os objetivos de um programa, que se mostre quais são os caminhos a serem percorridos, que tudo seja transparente e não que nós estejamos pura e simplesmente levando-os ao engodo através de meras manobras tecnocráticas.

Portanto, é neste contexto que vejo a necessidade de uma trégua e acredito que o esforço imenso que nós fazemos, e aqui foi referido pelo Senador Jorge Kalume como se fosse um balão, na verdade, não é um balão, é um tremendo esforço histórico, a despeito das diferenças, dada a gravidade da situação — eu conclamaria a todo o Senado se entender, se juntar nesse esforço — a despeito das diferenças que existem entre nós, entre os membros da Aliança Democrática e aqueles que não fazem parte dela, mas que estão com Tancredo Neves, e os muitos que ainda espero venham a estar, que entendemos que essas diferenças têm que ser hoje postas um pouco à margem para mudar em benefício de um Brasil melhor.

O Sr. João Lobo — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Com o maior prazer, Senador.

O Sr. João Lobo — Senador Fernando Henrique Cardoso, agrada-me muito escutar V. Ex^e pela compostura parlamentar com que discorre sobre este assunto, pela cultura que V. Ex^e demonstra sempre possuir, quando expõe os seus pontos de vista. Mas, parece-me, Senador Fernando Henrique Cardoso, que há um entendimento diferente em relação a esse problema específico de inflação. Várias economias mundiais, por exemplo, a economia americana mostrou que apesar dos déficits interno e externo monstruosos é possível se baixar a inflação naquele País. Já economias como a de Israel mostram que mesmo sem esse déficit interno e externo da sua sociedade, a inflação fica incontrolável. Então, o que resulta disso tudo é que parece haver um dado subjetivo e V. Ex^e pode ter razão, seria um dado de confiança, de credibilidade, etc. Mas eu perguntaria a V. Ex^e: não seria por que as armas usadas para o combate da inflação já estão obsoletas, já não servem mais para a atual estrutura econômica da sociedade? Essa inflação resiste a todos esses remédios, a todas as explicações não será por causa desses dogmas que continuam usando na economia e que já estão ultrapassados? A nossa sociedade não é mais a sociedade industrial, não é mais a sociedade de massa. Nós já passamos para uma outra fase da civilização. Será que não está aí a causa da persistência da inflação em nossa sociedade?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Eu não saberia responder a V. Ex^e, porque se trata de uma especulação complexa em saber se já ultrapassamos a fase da sociedade industrial e de massa, e os dados sensíveis não mostram isso. Mas eu concordaria com V. Ex^e, e foi o que disse aqui, que há inequivocadamente um dado de credibilidade. É por isso que estamos fazendo todo esse esforço para mostrar que é necessária uma política diferente, uma política aberta de diálogo direto com a sociedade.

V. Ex^e também tem razão quanto ao fato de que nos Estados Unidos, a despeito do enorme déficit, foi possível conter a inflação. Mas os Estados Unidos dispõem o que nós não dispomos: da capacidade de, via política monetária, transferir os custos, os ônus dos seus problemas internos para nós, no exterior, o que nos obriga a pagar taxas de juros elevadas e, com isso, financiam a possibilidade de um outro tipo de política dentro dos Estados Unidos. Os Estados Unidos têm uma posição de um país que controla a economia mundial. Recebi ontem, por gentileza do Senador Carlos Lyra, um interessantíssimo documento apresentado por Kissinger, nos Estados Unidos, no dia 24 de setembro último, onde esse problema é posto com certa clareza.

Ouvirei o nobre Senador Carlos Lyra, a respeito.

O Sr. Carlos Lyra — Apenas para dizer a V. Ex^e, nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, que, exatamente sobre esse problema da inflação americana, o que achei interessante, da última vez que lá estive, como observador do Senado, na reunião do Fundo Monetário Internacional, foi exatamente a luta filosófica por que os Estados Unidos, hoje, têm uma inflação de 4%, com uma economia em ótimo estado e, que de um lado, os monetaristas dizem que foi pelo aperto monetário e, por outro lado, os Keynesianos dizem que foi pelo déficit que os Estados Unidos têm? Está nestas condições, é uma grande indagação. Era este o aparte que desejava dar a V. Ex^e

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Agradeço o aparte de V. Ex^e. De fato, só que quem cobrem os déficits somos nós.

O Sr. Virgílio Távora — Permite V. Ex^e um aparte?

O Sr. Carlos Lyra — Agora, por que isso? Gostaria de fazer mais uma observação, eminentíssimo Senador! O que acontece — e nessa parte concordo com o nobre Senador Fernando Henrique Cardoso — é que existe a credibilidade que o mundo tem junto aos Estados Unidos. Acre-

dito que, com essa credibilidade, o capital do mundo vai para os Estados Unidos, e eles se financiam. Então, nessa equação é que acredito na realidade. Com a moeda-véu, nós não podemos nunca comparar a equação americana com a equação brasileira.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — É outra situação de dominação diferente.

O Sr. Carlos Lyra — São variáveis completamente distintas. Apesar disso, nós podemos conhecer, filosoficamente, uma coisa que eles mesmos estão em suspense porque há uma parte keynesiana que diz que com o déficit você tem inflação e ela diminui os empregos e a inflação diminui; e, por outro lado, o aperto financeiro porque os juros estão um absurdo!

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — E aqui o efeito foi o oposto.

O Sr. Carlos Lyra — Exatamente. Aqui o efeito foi o oposto.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — O que mostra que a aplicação da fórmula do Fundo Monetário aqui, automaticamente, é um equívoco.

O Sr. Carlos Lyra — Porque não trabalha...

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — É um equívoco, porque não trabalha nas variáveis estruturais e que nós não devemos aceitar o ponto de vista do Fundo Monetário, porque ele não nos interessa, não existe em Ciência Econômica um saber universal, não é como a Física. O que vai para os Estados Unidos não vai para o Brasil.

O Sr. Carlos Lyra — Não tem uma estrutura mecânica o universo. É muito mais quântica do que mecânica.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Exatamente.

O Sr. Carlos Lyra — Agora acredito que o artigo do Kissinger, que V. Ex^t deve ter lido ontem à noite — aliás, recebi aqui, eu não trouxe de lá, foi um amigo que me mandou, porque como V. Ex^t viu é um artigo que ainda não está publicado. É uma das coisas mais interessantes.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Muito interessante.

Senador Virgílio Távora, me sentirei honrado em ouvi-lo.

O Sr. Virgílio Távora — Meu caro Senador Henrique, lamentavelmente, estou chegando atrasado da sua terra, de São Paulo, onde fui tomar parte em um seminário. Não ouvi o início da sua oração. Mas, dá-me a impressão, diríamos, que essa inflação psicológica a que V. Ex^t se refere, não citou o nome, mas justamente disse da credibilidade... É uma inflação psicológica, e tanto faz, porque o adquirente de hoje pensa imediatamente no dia de amanhã, o preço será bem maior e se adianta no adquirir tal mercadoria. Deve ser tomado, também, com um certo cuidado quando se fala que será resolvida ou, como diz V. Ex^t, por um pacto em que a credibilidade aí seja básica. Não vamos entrar na parte política, vamos apenas na parte especulativa, pois temos opiniões políticas diferentes. Eu tenho um exemplo de um país vizinho, em que um governante, escolhido pela inequívoca vontade popular, enfrentou com muita coragem o problema inflacionário. A luta contra esse câncer que lhe corroía a economia pátria. E o que nós vimos depois, já de mais de ano e meio de governo, é que justamente a inflação lá atingiu picos que só no ano de 1976, tinha procurado beirar, isto é, a mais de 600%. De maneira que pedimos um pouco de precaução nessa euforia que V. Ex^t apresenta, quando deposita tanta confiança, que o problema

da restauração, ao ver de V. Ex^t, da credibilidade, será básico para a solução de toda a questão inflacionária. Oxalá V. Ex^t tivesse razão, oxalá todos nós não tivéssemos credibilidade, justamente se por um azar da sorte...

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — A ilação é de V. Ex^t, não é minha.

O Sr. Virgílio Távora — Nós, oxalá que V. Ex^t, cheios de credibilidade, assumissem e resolvessem o problema. Mas V. Ex^t tem o exemplo de uma nação bem perto da nossa, em que — vamos repetir — o governante assumiu com apoio de todos, isto é — e pede-me aqui o Senador João Lobo que decline a nação, é a Argentina — como o apoio de seus próprios adversários, foi contado em prosa e verso até um pacto feito com a lider maior do partido oposicionista, pacto nacional, vindo ela da Espanha, recebendo praticamente honras de Chefe de Estado; e o que vemos é que a inflação surda justamente a esses desejos do Governante e a esta boa-vontade da Nação, cresceu, sim, desmesuradamente. Óbvio! Estou de acordo com V. Ex^t de que a receita puramente monetária não resolve este problema. Está claro, contra fatos não há argumentos. O controle da base monetária apenas hoje não pode solucionar tal questão, mas não vamos também simplificar desta maneira o problema, eminent Senador. Óbvio que alguém tem que pagar pela queda dessa inflação.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Foi pena que V. Ex^t não tivesse assistido ao que eu disse, porque V. Ex^t está me julgando mais ingênuo do que sou.

O Sr. Virgílio Távora — Não. V. Ex^t se fosse ingênuo não seria Senador e logo por São Paulo.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — A bondade do povo paulista é incomensurável.

O Sr. Virgílio Távora — É porque V. Ex^t deposita tanta confiança na restauração da credibilidade como alavanca para resolver o problema da inflação; é que justamente ponderamos-lhe, respeitosamente, apresentamos-lhe um exemplo bem real, bem atual e bem próximo. Desculpe pelo alongado do aparte.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Foi um prazer ouvi-lo. Realmente, lamento que V. Ex^t não tenha estado desde o inicio aqui, porque veria que jamais teria dito que a inflação se resolve por uma questão de confiança apenas. Não foi o que eu disse.

O Sr. Virgílio Távora — Não. Eu não estou afirmado que deve ter dito isso, mas a confiança que V. Ex^t está depositando nesta restauração da credibilidade.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Eu disse outra coisa. Disse que estaríamos atentos à inflação, que essa inflação não deriva da pressão da demanda salarial, que o orçamento fiscal está equilibrado, que, portanto, seria ingênuo acreditar que deriva daí. Entretanto, existe uma pressão financeira muito forte que está ligada a causas externas e internas, a taxas de juros externas e internas e à especulação e que parte relativa à especulação é que pode ser mais drasticamente combatida, se tivermos uma base política que permita combatê-la. E essa base política se faz através de um amplo entendimento.

Foi, portanto, um raciocínio — perdoe-me a pretensão — um pouquinho mais complexo do que a crítica que V. Ex^t fez a ele.

O Sr. Virgílio Távora — Talvez a crítica não tivesse a altura do raciocínio, mas ela foi — permita-me dizer — absolutamente pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, o tempo de V. Ex^t está esgotado.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Estou terminando, Sr. Presidente.

Com relação à Argentina não há dúvida nenhuma de que o processo inflacionário não foi controlado. Mas não creio que o Brasil tenha uma situação equivalente a da Argentina. A desordem administrativa no Brasil — e veja como a Argentina estava mal — não é equivalente e tampouco a falta de possibilidade de ascender...

O Sr. Virgílio Távora — Muito bem! V. Ex^t acha que lá estava pior?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Acredito que sim.

O Sr. Virgílio Távora — Até que afinal faz-se uma justiça.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Perdão. Costumo fazer a nós próprios. Por outro lado, acredito que a reação da economia brasileira é muito mais rápida do que a da economia argentina, o desmantelamento do parque industrial foi muito poderoso. No Brasil, apesar dos golpes que têm sido dados, o parque é suficientemente rígido para aguentar-se e tem capacidade de recuperação. Portanto, não tenho pessimismo teórico com relação ao que vem pela frente.

Desculpo-me perante o Sr. Presidente por ter falado demais e o Senado. Meu objetivo aqui era muito mais modesto. Era simplesmente de dizer que dispomos de um programa, de que dispomos de metas de programa e de que francamente lendo a proposta Maluf me chocou pela falta de objetividade dela e por reduzir-se a mera declaração de intenções, sem nenhum momento tentar compatibilizar essas intenções com a base de recursos da nossa sociedade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao eminente Senador Lenoir Vargas, para uma breve comunicação.

O SR. LENOIR VARGAS (PDS — SC) Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Sr. Presidente, eu vinha incluindo nos Anais do Senado Federal algumas notas e manifestações dos ilustres representantes das Forças Armadas brasileiras, para que estes elementos ficassem nos nossos Anais para a posterioridade, a fim de que aqueles que venham a estudar esse período da nossa história tenham elementos capazes de influir a formação de sua opinião sobre esta fase da vida política brasileira.

Entretanto, Sr. Presidente, em virtude de eu ter viajado a Santa Catarina, para recepcionar o nosso candidato à Presidência da República, Deputado Paulo Maluf, tive que fazer uma interrupção nas minhas estadas na Casa, mas não desejava fazer uma interrupção nesses registros, a fim de que ficassem constando nos Anais do Senado. De modo que, Sr. Presidente, é o que desejo fazer neste momento, transcrevendo as notas da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, já conhecidas de todos e editadas no dia 21 de setembro de 1984.

"O Almirantado se reuniu hoje (ontem), pela manhã, sob a Presidência do Ministro da Marinha, tendo efetuado uma apreciação do quadro político nacional do momento, um dos itens previamente incluídos na agenda.

"Em decorrência das possíveis repercussões dessa apreciação, a Marinha se sente no dever de reafirmar junto à opinião pública sua posição de fiel cumprimento das atribuições constitucionais que lhe

competem e de estrita observância da orientação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, como sempre, afastada das atividades político-partidárias, em consonância com as demais Forças Armadas."

A nota do Exército é a seguinte:

Exército

"O Alto Comando do Exército esteve reunido na manhã de hoje (ontem) sob a Presidência do Ministro Walter Pires de Carvalho e Albuquerque para realizar uma avaliação da atual conjuntura política nacional.

"Foram analisados os seguintes aspectos:

"— A crescente e preocupante radicalização política, com o apoio ostensivo das organizações clandestinas de esquerda; — A utilização, na campanha presidencial, de calúnias, difamações e ofensas pessoais de toda natureza, numa escalada de âmbito nacional; — A campanha de descrédito contra as autoridades civis e militares, conduzida com o objetivo de desacreditá-las perante a sociedade e dividirlas; — A evidência dos riscos que a radicalização pode representar para a estabilidade do processo sucessório e para o próprio êxito do projeto de abertura política do Governo."

A nota da Aeronáutica é a seguinte:

Aeronáutica

"O Ministro da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar, Délia Jardim de Mattos, presidiu, na manhã de hoje (ontem) reunião do Alto Comando da Aeronáutica durante a qual foram tratados assuntos relativos à presente conjuntura política do País.

"Constaram da agenda, entre outros, os seguintes tópicos:

"— A crescente e preocupante radicalização política, com o apoio ostensivo das organizações clandestinas de esquerda; — a utilização, na campanha presidencial, de calúnias, difamações e ofensas pessoais de toda natureza, numa escalada de âmbito nacional; — a campanha de descrédito contra as autoridades civis e militares, conduzida com o objetivo de desacreditá-las perante a sociedade e dividirlas; — a evidência dos riscos que a radicalização pode representar para a estabilidade do processo sucessório e para o próprio êxito do projeto de abertura política do Governo.

"Ao concluir os trabalhos da reunião, o Ministro expressou os pontos de vista da Aeronáutica, entre os quais o entendimento de que há um empenho nacional de ver que os princípios e fundamentos da vida cristã e verdadeiramente democrática não sejam deturpados em proveito de atitudes e posições episódicas e transitórias que possam ser movidas por interesses estranhos às nossas aspirações nacionais.

"Alinhada com as diretrizes do Exmo. Sr. Presidente da República e com os elevados ditames da Constituição, a Aeronáutica reitera seu inarredável propósito de permanecer no desempenho de suas atribuições maiores e, junto com as demais Forças, manter-se atenta à defesa da ordem e da lei, eximindo-se de envolvimentos político-partidários."

Sr. Presidente, essas notas já foram editadas, como disse, há algum tempo, mas não tive oportunidade de inseri-las nos Anais do Senado. Faço a leitura para evitar o processo não-econômico de pedir a transcrição nos Anais. Isso representa a feitura de um processamento e pareceres etc até que o Plenário aprove. De modo que com a leitura fica feito o registro e a transcrição que era o meu propósito. (Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:
Galvão Modesto — Odacir Soares — Helvídio Nunes
— Moacyr Duarte — Albano Franco — Morvan Acayaba — Amaral Furlan — Severo Gomes — Carlos Chiarelli.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há quorum, em plenário, para deliberação.

Em consequência, as matérias da Ordem do Dia, todas em fase de votação, constituídas do Projeto de Lei do Senado nº 139/84, Projetos de Lei da Câmara nºs. 10/81, 44/81, 53/77, 65/79 e 14/84; Requerimento nº 242/84; Projeto de Lei da Câmara nº 79/79; e Projetos de Lei do Senado nºs. 13/80 e 41/82, ficam com a sua apreciação adiada para a próxima sessão ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Há oradores inscritos.

Concede a palavra ao nobre Senador Mauro Borges.

O SR. MAURO BORGES (PMDB — GO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Desde há muito venho tratando de assunto ligado à agricultura brasileira. Hoje, mais uma vez, volto a abordar esse palpitante tema da vida nacional, tratando especialmente dos problemas ligados aos aspectos fundiários.

A revista *Veja*, de 28 de março deste ano, publicou artigo baseado em estudos do Governo Federal, onde afirma que 86 milhões de brasileiros comem menos que as duas mil e duzentas calorias diárias prescritas pela FAO. Como dieta mínima, isto num país — acrescenta a revista — que produz, armazena e comercializa alimentos em nível razoavelmente satisfatório.

Não se deve deixar de registrar o fato de que o Governo Federal está atento a tal situação, demonstrando que a situação social no Brasil justifica um estado de alerta máximo. Em outros países mais avançados, uma crise das proporções em que vive nossa Pátria, fruto de deliberadas políticas econômicas do Governo, talvez houvesse provocado convulsões sociais. É de se louvar que o Governo Federal, através de seus órgãos de pesquisa e análise, gere informações de profundo valor estratégico que advertem os diversos setores da sociedade brasileira, inclusive os gestores dos negócios públicos, dos graves perigos que ameaçam a paz nacional.

A revista *Veja* está de parabéns por buscar veicular tais informações, que são patrimônio público do maior valor. Tanto no referido semanário, como em outros órgãos da mídia escrita e eletrônica, podemos observar o bom trabalho que nos dá uma noção clara dos problemas que afligem o nosso País.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, as primeiras sociedades humanas tiravam sua subsistência da caça e da colheita. Há cerca de 10 mil anos aparece, no Velho Mundo e no Novo, um conjunto de circunstâncias que propiciaram a domesticação de animais e o cultivo de diversas plantas.

Nos milênios seguintes, ocorreu a extinção de diversas espécies da fauna migratória do pleistoceno, que tinham sido a principal fonte de sustento dos caçadores do paleolítico superior. A humanidade tinha iniciado um longo período de sedentarização em locais bastante diversificados quanto a clima, flora e fauna.

A espécie humana ocupou, então, todo o ecômeno de nosso planeta, desde as regiões polares até as zonas equatoriais; adaptou-se às áreas desérticas, regiões montanhosas, florestas tropicais, ou tundras, ou taigas boreais. O único continente do globo terrestre que não conhecia a ocupação humana era a Antártida, onde a nossa geração presencia a instalação de estações permanentes

de pesquisa científica, esforço a que o Brasil, afortunadamente, se uniu.

De qualquer forma, é importante constatar que as civilizações têm suas origens nas remotas eras em que o homem abandonou o nomadismo e adquiriu hábitos sedentários. Alguns historiadores afirmam que a maior revolução cultural e técnica da humanidade foi a revolução neolítica, que marcou exatamente a sedentarização do homem. Por isso também podemos chamar a revolução neolítica de revolução agrícola, que se processou por um período de milênios, a rigor, a primeira das diversas revoluções agrícolas que ocorreram posteriormente.

As histórias das civilizações podem ser estruturadas do ponto de vista do desenvolvimento da agricultura. Os estudiosos dividem a agricultura em três etapas: a antiga, a moderna e a contemporânea.

A agricultura antiga caracterizou-se por diversos sistemas agrícolas, vários deles presentes até hoje. Um destes, o sistema de roças, é o mais extensivo do mundo, típico de povos que habitam as florestas tropicais e subtropicais úmidas, largamente utilizado no Brasil de nossos dias. O sistema é rudimentar e primitivo. Atende de forma limitada às necessidades de uma civilização, pois não tem capacidade de sustento de uma população que ultrapassa um determinado número de habitantes por quilômetro quadrado. O uso intensivo de roças leva à exaustão do solo, e esse sistema agrícola se torna predatório e irracional. Tal argumento fundamenta uma hipótese para o desaparecimento de três civilizações: a Maia, na América Central; Khmer, em Angkor, no atual Camboja, e Anura-dapura, no Ceilão.

Podemos estar seguros, Srs. Senadores, que a sobrevivência das civilizações está vinculada à relativa racionalidade e eficiência dos sistemas agrícolas em que se baseia. E mais, podemos afirmar que a agricultura rudimentar de subsistência é incompatível com as necessidades de uma sociedade com grandes concentrações urbanas, e que devem ser alimentadas por um excedente gerado pela agricultura.

A civilização greco-romana teve o seu lastro agrícola e sistema de rotação bienal. Vem à nossa memória o caso de Cincinato, que deixou o comando de legiões romanas para retornar à charrua, o que não foi um caso único na sua época. A agricultura romana progrediu até à era dos antoninos. O advento do imperialismo militar romano provocou a decadência da agricultura praticada na península itálica. As terras conquistadas foram distribuídas entre os patrícios e seus habitantes foram feitos escravos.

Os alimentos provenientes das terras conquistadas chegavam à sede do Império Romano quase de graça. A prática da agricultura em Roma tornou-se antieconómica, passando das atividades dos servos, quando pequenos proprietários e escravos, fugidos, se amontoavam nas cidades; isso devido a uma gradual concentração da propriedade fundiária que se transformou em domínio de poucos patrícios.

Plínio, o antigo, afirmou que os latifúndios puseram a Itália a perder. Apenas seis aristocratas possuíam a maior parte dos domínios no Norte da África. Nero mandou matá-los para se apoderar de suas terras.

Na etapa seguinte ocorreu o colapso econômico-social de Roma, com o advento de uma nova estrutura agro-pastoril nos domínios da Europa.

O Mundo Ocidental mergulhava nessa época na Idade Média. A agricultura antiga também conheceu três notáveis sistemas agrícolas: o egípcio, o chinês e o peruano. O sistema egípcio apareceu no quinto milênio antes de Cristo, no fim do período neolítico. A civilização egípcia assentou-se em uma agricultura altamente sofisticada, intensiva em trabalho humano; como dizia Heródoto, "o Egito é um presente do Nilo". Os egípcios tiveram muito engenho em superar os obstáculos e aproveitar as vantagens que o rio lhes oferecia.

Segundo um historiador de nosso Século, Arnold Toynbee, as civilizações surgem à medida em que a natu-

reza oferece às comunidades humanas desafios e, ao mesmo tempo, meios para superá-los. A agricultura era praticada no Egito sob o controle de uma burocracia clerical, que fornecia crédito para os agricultores, delimitava a cada ano a área de plantio de cada agricultor, comprova e estocava a safra. Muito parecido, no seu conjunto, com a forma de proceder, hoje, dos países modernos.

A agricultura chinesa tem as suas origens no começo do tempo Neolítico, no oitavo milênio antes de Cristo, bem mais antiga. Começou a ser praticada, tal agricultura, na planície dos baixos cursos dos rios Yangtsé e Hoang-ho, berço da civilização chinesa.

Como a egípcia, a civilização chinesa era diversificada, contudo, se os egípcios só praticavam a agricultura nas várzeas do Nilo, os chineses, além de cultivarem as várzeas de seus grandes rios, praticavam também as culturas secas nas encostas suaves; e a salvo das enchentes, que era um grande martírio para o povo, que levava muitas vezes à morte milhões de pessoas.

O sistema chinês difundiu-se para o Sul, dos vales do Tonquim e de Mekong para a Indochina, Coréia, Arquipélago do Japão, Malásia, Indonésia, Filipinas e Índia.

Na América pré-colombiana da região dos Andes peruanos a agricultura antiga conheceu talvez o seu mais alto grau de refinamento. Afirma-se que o agricultor moderno poderia morrer de fome em um meio tão adverso. As culturas eram irrigadas e adubadas em terraços artificiais ciclópicos, com solo, também, artificial. O desenvolvimento de tal sistema agrícola foi a solução adequada às peculiaridades do relevo peruano, que apresentava vales imensos e íngremes, cujos contrafortes ocidentais iniciavam a floresta amazônica. Há um zoneamento agrícola natural segundo as faixas de altitude. A primeira faixa tropical, com o predomínio de uma verdadeira mudança da baixa altitude até a altitudes elevadas, isto é, as mudanças climáticas não se processavam de forma das latitudes, mas, sim, das altitudes. A primeira faixa tropical, com o predomínio da mandioca, até dois mil metros acima do nível do mar, no vale do Urubamba; a faixa intermediária, até 3.500 metros de altitude, com o predomínio do milho; acima de 3.500 metros havia o cultivo da batata.

Muita gente não se lembra que a chamada "batata inglesa", que é uma das maiores fontes de alimento do homem moderno, é originária dos Andes.

Acima de 4 mil metros existia a criação de lhama e alpaca. Após a chegada dos europeus, passou-se também a criar bovinos e carneiros.

A agricultura é um tema fascinante. Poderíamos falar longamente sobre outros exemplos, como das civilizações da Mesopotâmia e tantas outras. Mas creio que é suficiente para os nossos propósitos rever dois sistemas agrícolas da agricultura antiga que persistem até hoje: o sistema de roça e o sistema chinês ou de jardinagem oriental.

Voltemos à Europa, onde temos grande parte das nossas raízes.

Durante a Idade Média estabeleceu-se entre os povos germânicos o sistema de rotação trienal; as terras eram divididas em três glebas em torno da aldeia. Uma gleba destinava-se às culturas de verão, uma outra às culturas de inverno e a terceira ficava em repouso. Assim havia um revezamento.

Era uma forma relativamente simples de não provocar a exaustão do solo. Esse sistema de roças foi largamente utilizado no nosso País e ainda o é até hoje. É o método mais arcaico que existe da exploração, sobretudo fazendo as grandes derrubadas, depois colocando fogo nas madeiras e lançando as sementes sobre as cinzas.

É extraordinária a atividade da agricultura, sobretudo na China, onde os parcelamentos de terra chagavam a limites inimagináveis pelo homem ocidental, em que cada família, às vezes, tinha 1/3 de hectare, devido à pressão da população chinesa. A irrigação era largamente utilizada e a experiência chinesa se propagou por todo o

Oriente. Ainda hoje é largamente utilizada, evidentemente porque a China, apesar de ter algumas semelhanças com o Brasil, um país muito grande, não tem ainda capacidade de mecanizar, de modernizar toda a sua agricultura. Entretanto, é uma das maiores produções agrícolas do mundo, cerca de 120 milhões de toneladas de arroz, com uma produção per capita muito superior à nossa de arroz, no Brasil.

Em 1948 a China dispunha de área cultivada de 85 milhões de hectares, para mais de 50 milhões de explorações rurais, cada uma com área média de 1,5 hectares.

Quanto mais fértil a terra mais braços eram necessários para cultivá-la, menor tornava-se o trato da terra.

Mesmo no Japão, apesar de ser uma nação altamente industrializada, há também um parcelamento excessivo, levando a um minusfúndio.

A FAO — Organização para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas, estimou em seu anuário de 1958 que a área global das terras aráveis sob cobertura florestal natural ou artificial era de 1 bilhão, 390 milhões de hectares e a área compreendida por pradarias e pastagens era de 2 bilhões, 494 milhões de hectares, que perfazem um total de quase 4 bilhões de hectares. A terra arável do mundo é distribuída de forma bastante desigual entre os países e continentes com relação às suas populações.

A Ásia, excluindo-se a União Soviética, em 1955 tinha mais da metade da população mundial e menos de 1/3 da terra arável global.

Em resumo, Deus não deu as terras na proporção da população; muitas vezes a população é muito grande e as terras disponíveis não são tantas.

Fato curioso é que tanto nos países de economia de mercado, como nos países socialistas, a tendência histórica é a urbanização das populações rurais com o decréscimo percentual da participação da população na agricultura. Este é um assunto muito interessante. Poderíamos até arriscar a dizer que quanto mais a agricultura utiliza, para a produção direta de empregos para a população ativa de um país, tanto menos eficaz será o setor agrícola de tal país. Isto é, quase que é possível estabelecer uma regra, a de que o progresso é inversamente proporcional à população existente no campo.

Poderíamos dizer ainda que uma sociedade agrária, isto é, com a maior parte de sua população empregada na agricultura, tende a ser mais pobre do que uma sociedade num país industrializado.

Em uma sociedade industrial a agricultura ocupa uma pequena fração da mão-de-obra, sem prejuízo da produção agrícola em larga escala e sem prejuízo da geração de empregos, pois uma agricultura moderna e altamente técnica, gera mais empregos indiretos no setor da economia do que uma agricultura do tipo labour intensive e, ainda, apresenta um desempenho global superior. Em resumo, a agricultura moderna ocupa pouca mão-de-obra. É o caso, por exemplo, dos Estados Unidos da América que têm cerca de 2% apenas de sua população no campo e têm a maior agricultura do mundo, uma agricultura gigantesca. As terras dos países que ocupam grande parte de sua população no campo têm uma riqueza menor.

A agricultura moderna não é o meio mais aconselhável para se colocar desempregados ou para ampliar faixas de empregos. Seria, realmente, mais interessante a capitalização intensiva, através de equipamentos, porque geraria mais produtos. A agroindústria, esta sim, é a que dá maior número de empregos e não a agricultura direta mente.

Em 1917, a União Soviética tinha 95% da sua população na agricultura. Vejam bem: 95%. A União Soviética era retardatária no contexto europeu, apresentando os maiores índices de subdesenvolvimento no Continente. Segundo o Anuário Estatístico da FAO, de 1958, a percentagem da população soviética na agricultura era de 57%, em 1937 e de 50%, em 1950. Quer dizer, a pró-

pria União Soviética está sofrendo progressivamente também a redução.

Atualmente, os soviéticos ocupam 14 por cento apenas da sua população ativa na agricultura. O mesmo percentual que ocorria no Canadá e nos Estados Unidos em 1950.

Tentaremos examinar a participação do setor agrícola, na economia, como um todo, em diversos países, capitalistas ou socialistas, industrializados ou não.

Em 1950, o Canadá e os Estados Unidos ocupavam 14 por cento de sua população ativa na agricultura. A agricultura canadense ocupa hoje 5 por cento apenas de seus trabalhadores. Ao passo que agricultura americana ocupa apenas 2 por cento, como já disse. A agricultura do Canadá produz 4 por cento do total de seu PNB, e, nos Estados Unidos, o setor agrícola participa com 3 por cento.

Tais valores não expressam o verdadeiro peso do setor agrícola na economia desses dois países, pois suas agriculturas se encontram entre as maiores do mundo.

Ocorre que a quase totalidade do produto e seus respectivos setores agrícolas são processados por suas indústrias, o que transfere tais valores para as rubricas dos setores industriais. É um problema apenas de computação.

O SR. ADERBAL JUREMA — V. Ex^t me concede um aparte?

O SR. MAURO BORGES — Com muito prazer.

O SR. ADERBAL JUREMA — Estamos ouvindo a análise que V. Ex^t, como homem interiorano, de um estado agrícola como Goiás, está fazendo sobre a agricultura mundial.

Quando V. Ex^t se refere à estatística do percentual das populações dos Estados Unidos e do Canadá que se encontram no campo, quanto ao Canadá, tenho a impressão, através de leitura, pois não conheço o Canadá, de que lá a mecanização da agricultura foi tão violenta que proporcionou um certo automatismo agrícola, fazendo com que muitos trabalhadores não encontrassem meio de vida na agricultura e emigrassem para as cidades, não provocando uma inflação de desemprego, porque eu considero o Canadá um dos países mais organizados do mundo.

O SR. MAURO BORGES — Exatamente, concordo com V. Ex^t.

O SR. ADERBAL JUREMA — Agora, quanto aos Estados Unidos, não sei se na estatística que V. Ex^t cita está incluída a contribuição dos trabalhadores mexicanos que, em grandes levas, na época do plantio e na época da colheita, atravessam as fronteiras do México e vão para os campos norte-americanos. Lá, eles são chamados até de "braceiros".

O SR. MAURO BORGES — Exatamente, são os "chicanos".

O SR. ADERBAL JUREMA — Os Estados Unidos, atentos aos filhos dos "braceiros", criaram, em toda a fronteira do México com os Estados Unidos, um ensino bilingüe, desde a escola primária até o último grau da escola secundária. Por isso é que os Estados Unidos também diminuíram o número de norte-americanos na agricultura, porque, se não fossem os "braceiros", que vão para lá ganhar os dólares, para comprar um automóvel, para voltar para sua terra, talvez, o percentual fosse menor. De maneira que eu estou apreciando o discurso de V. Ex^t.

O SR. MAURO BORGES — Agradeço, honradamente, o aparte de V. Ex^t que é muito esclarecedor. Realmente, concordo com V. Ex^t: a participação mexicana, sobretudo, na área da Califórnia, é tão grande que eu acredito que não esteja computado, porque, se fosse,

deveria ter um índice um pouco maior. É, exatamente, essa atividade sazonal; colheita de frutas, sobretudo, cítricas.

O Sr. Aderbal Jurema — E há um outro fenômeno sociológico, que um professor de uma Universidade norte-americana, que não me vem agora à memória o nome, mas que foi citado, já há mais de 20 anos, pelo sociólogo pernambucano Gilberto Freire, há um outro fenômeno muito curioso, nos Estados Unidos, que está começando a aflorar no Brasil. Eu chamaria a atenção dos estudiosos da vida rural e da vida urbana para o entrelaçamento, graças, sobretudo, ao automóvel — e, quando eu falo automóvel, abrange todos os meios de transporte do tipo do automóvel — que está proporcionando um cidadão que nem é urbano, nem é rural. E o sociólogo americano chamou de "rurbanos".

O SR. MAURO BORGES — "Rurbano", exatamente.

O Sr. Aderbal Jurema — Porque ele, por uma questão de conforto, mora no centro urbano, onde tem a escola, onde tem o cinema, onde tem uma série de opções diversionais, onde tem a igreja. Vai, todas as manhãs, para o campo trabalhar e, à noitinha, volta para a sua residência. De maneira que, se os Estados Unidos não fizerem um censo cuidadoso, a população que mora mesmo na área chamada rural cada vez mais diminui com esse fenômeno do rurbanismo: o campo emendando com a cidade, através dos transportes.

O SR. MAURO BORGES — Muito obrigado a V. Ex^a. A observação de V. Ex^a realmente é muito interessante. Isso ocorre aqui no Brasil em muitos lugares, nos canaviais, nas colheitas de laranja em São Paulo. Mas, infelizmente, sem o mesmo grau de segurança que tem nos Estados Unidos...

O Sr. Aderbal Jurema — Nem de padrão, nem de conforto, porque, em geral, o trabalhador norte-americano é dono da sua gleba. Em geral, eles têm aquelas cooperativas, aquelas pequenas fazendas, e, em geral, ele é o dono de sua gleba e a família toda é quem produz. Aqui há uma tradição: o império dos senhores de escravos que, em geral, o dono da fazenda não gosta de trabalhar; ele gosta de雇用 pessoas para que trabalhem para ele.

O SR. MAURO BORGES — Lá é a family farm. Infelizmente, aqui no Brasil, devido a uma série de distorções temos os bóias-friás, são os infelizes subempregados, etc., que são levados, não em veículos decentes, mas como verdadeira carga humana, verdadeiros paus-de-arara para trabalhar de uma forma muito desafortunada em certos setores da agricultura brasileira. Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Aderbal Jurema — Ainda completando o pensamento de V. Ex^a, no que se refere aos bóias-friás, ainda ontem eu dava uma entrevista, que deverá sair amanhã ou domingo, sobre o problema dos bóias-friás. Os bóias-friás, hoje, estão invadindo também os centros urbanos, por causa da carência dos transportes. Os trabalhadores urbanos não moram, com exceções junto das obras. Então, todas as manhãs, eles têm que vir trabalhar. O preço do transporte faz com que ele saia de manhã cedo e volte à noite, levando a comida fria, para poder fazer o seu lanche, o seu pequeno almoço. De maneira que o bóia-friá hoje está se transformando numa instituição nacional, rural e urbana.

O SR. MAURO BORGES — Exatamente! A apreciação de V. Ex^a é absolutamente exata. Aliás, eu acho que a tendência mundial vai ser generalizada: países socialistas e capitalistas. No campo, live oportunidade de ver isso recentemente, anda-se léguas e léguas, quilômetros e quilômetros nos campos e não se vê uma casa. Não se sabe onde estão os trabalhadores. Mas, no lugar favo-

rável, vê-se uma vila, é agrovila. Ali tem todo o conforto, e o homem, então, mora lá, com uma vida gregária, com uma vida social, uma vida comunal e não pode, absolutamente, se queixar de isolamento. Isso que é interessante e que nós devemos fazer. Não essa distribuição de terras, de lotes, para criar, depois, novas necessidades no futuro, quando as famílias começarem a queixar-se do isolamento, querendo estrada, querendo água, querendo, enfim, todos os serviços urbanos, que nunca poderão ser dados individualmente.

O Sr. Aderbal Jurema — E o lote, por si só, não fixa o homem ao campo.

O SR. MAURO BORGES — Exatamente. Eu tive essa experiência, fiz o combinado agrourbano de arraiais que, infelizmente, foi paralisado. Mas essa é uma tendência geral, e acredito que seja uma das metas das modificações na estrutura agrária do Brasil, não permitir que se lancem ao campo, em lotes individuais, milhares ou milhões de pessoas que devem ser concentradas em lotes urbanos, e que, depois de trabalharem no campo, ao voltarem para suas casas, tenham todo o conforto da civilização.

Os países europeus, em 1950, ocupavam, em média, 32% de sua população ativa na agricultura, exceto a Rússia. Vejamos como tal quadro evolui em alguns países europeus com maior ou menor industrialização.

A França, em 1980, apresentava uma renda per capita de 11.730 dólares, com 8% de sua população ativa na agricultura. É de se dizer que a França é um país vitícola, e não há como mecanizar a viticultura. Portanto, quem trata deste tipo de cultura há de ter sempre uma certa percentagem maior no campo, como a cultura do sumo também.

O Sr. Aderbal Jurema — É a cultura que exige o carinho das mãos.

O SR. MAURO BORGES — Perfeitamente.

A Finlândia ocupa 11% de seus trabalhadores na agricultura, e tem uma renda per capita de 9.720 dólares; a Suécia tem 5% de seus trabalhadores na agricultura, e apresenta uma renda per capita de 13.520 dólares; a Dinamarca ocupa 7% de seus trabalhadores na agricultura, e tem uma renda anual per capita de 12 mil dólares; a Tchecoslováquia, País socialista, tem 9,2% de sua população ativa na agricultura, apresentando uma renda anual per capita de 5.820 dólares; Alemanha Ocidental, 4% dos trabalhadores na agricultura, e renda per capita de quase 14 mil dólares; Alemanha Oriental, com 10% de sua população ativa na agricultura, e renda anual per capita de 7 mil e tantos dólares. A Alemanha Oriental faz turismo fora de sua Pátria. A Albânia — esse é um aspecto marcante — tem 65% de sua população ativa na agricultura, e renda per capita de 154 dólares. É uma baixa renda. A Bulgária, com 23% dos trabalhadores na agricultura, apresenta uma renda de 4.500 dólares. A Espanha, 15% da população ativa na agricultura, e renda per capita de 5.400 dólares. E por aí vai.

Dentro do próprio Continente Europeu, observamos países que, com menor percentagem de suas populações na agricultura, possuem maior volume de produção por habitante e maior renda global em muitos casos. As populações dos países mais industrializados gozam de melhor...

O Sr. Moacyr Duarte — Permit-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAURO BORGES — Com prazer, nobre Senador Moacyr Duarte.

O Sr. Moacyr Duarte — Eminente Senador Mauro Borges, pelo discurso que V. Ex^a está pronunciando, chega-se à constatação que quanto mais desenvolvido o país menos percentual de sua população tem atividades

no setor primário. Os países em vias de desenvolvimento tem um maior percentual porque, neste caso, é o setor primário que absorve o maior contingente de mão-de-obra. É dentro das diferenciações regionais, as regiões menos desenvolvidas absorvem um contingente maior de mão-de-obra porque afinal é que se caracteriza o subemprego. O Nordeste, por exemplo, deve ter cerca de 60% de sua população prestando serviços à área agrícola. Quantos mais desenvolvidos o quanto mais industrializados o país, menor absorção de mão-de-obra no setor das atividades primárias.

O SR. MAURO BORGES — Exatamente.

O Sr. Moacyr Duarte — É o que se constata...

O SR. MAURO BORGES — É verdade.

O Sr. Moacyr Duarte — ...através das conclusões a que V. Ex^a está chegando no seu discurso oportuno e que, se constitui sobretudo, numa análise profunda da agricultura em diversos países do mundo. V. Ex^a há de verificar também que parece um paradoxo, mas a mecanização da agricultura exacerbá a produtividade e, ao mesmo tempo, contribui para diminuir o contingente de mão-de-obra absorvido por essa mesma atividade. Existem até analistas que desaconselham, na situação em que o nosso País se encontra, a mecanização para o setor primário, porque se, por um lado, essa mecanização provoca não apenas a ampliação da fronteira agrícola, como também o aumento da produção e da produtividade, por outro lado, diminui o braço humano que presta serviços à agricultura. Então, há analistas, economistas, estudiosos dos nossos problemas, que hoje engrossam a corrente daqueles que advogam que a mecanização de certas regiões do nosso País deve ser contida, e não estimulada, justamente porque a mecanização provoca o desemprego e o êxodo das populações rurais, em busca de atividades nas cidades, atividades que jamais correspondem às necessidades de absorção desse contingente humano.

O SR. MAURO BORGES — Muito obrigado. O aparte de V. Ex^a é muito interessante. Entretanto, isso que parece lógico, não nos leva a uma solução boa para o nosso problema. É evidente que não se deve, não se pode mesmo fazer uma mecanização violenta e rápida. Mesmo que quiséssemos, não teríamos condições por deficiência de capital, por deficiência de preparação de pessoal.

O que acontece é que não podemos ser exportadores de matéria-prima, mas de produtos beneficiados. A agroindústria, que transforma os produtos agrícolas, absorve praticamente a quantidade de pessoas que são retiradas do campo pela mecanização. Portanto, se nos basearmos nessa tese, permaneceríamos sempre um País atrasado, com uma produção pequena. Admito, sim, que se deve ter cuidado para não provocar um impacto violento. Enquanto não se instalarem as agroindústrias, levaremos efetivamente uma população grande para a periferia das grandes cidades. Mas, deve-se fazer isso de uma forma equilibrada. Vou até apresentar um projeto nesse sentido. Devemos ter uma situação intermediária como organizar toda a população rural, à medida que isso é viável, nas agrovilas. Um conjunto de agrovilas induz à criação de um centro de agroindústrias. Mas, na região do campo, de onde se levariam apenas 40, 50, 60 km, de caminhão. Não retirar, digamos, a soja ou o milho do meio-norte de Goiás e andar mais de 1.000 quilômetros, para levar para uma grande cidade, em São Paulo. Isso é totalmente errado; onera a produção, faz inchar as grandes cidades, mas dentro da organização nacional que se deve fazer, realmente, a produção deve ser em bases de cooperativas e depois industrializado o mais próximo possível da região. E assim, nós vamos ter uma população, ao final, absolutamente urbana, bem menor do que aparenta, porque nós vamos levar para a região rural cidades agroindustriais, mas que estão intimamente

ligadas à vida das comunidades rurais. Como diz aqui o nosso Senador Aderbal Jurema: "são os rurbanos".

O Sr. Carlos Chiarelli — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. MAURO BORGES — Com prazer, Senador Carlos Chiarelli.

O Sr. Carlos Chiarelli — V. Ex^e faz uma brilhante dissertação sobre a problemática agrária e agrícola brasileira, a nível comparativo, e nos traz à consideração e à lembrança algumas questões que têm sido levantadas nos brilhantes apertos do Senador Aderbal Jurema e do Senador Moacyr Duarte, e que nos faz ponderar a nível de Rio Grande do Sul. Por exemplo, vivemos, num quadro peculiar, a presença crescente da mecanização, determinando os acréscimos de produção mais do que isso de produtividade, mas ao mesmo tempo tendo uma contrapartida extremamente dolorosa no aspecto humano, que é, de um lado, a concentração crescente da propriedade agrícola, isto é, um mapeamento menos adequado da estrutura fundiária. E, por outro lado, o estímulo crescente a um êxodo rural que decorre da substituição do homem pela máquina, e o cortejo quase interminável, que talvez até tenha tido a possibilidade de dar alguma contribuição eficiente no desenvolvimento da colonização brasileira no processo migratório que determinou essa leva de colonização que atingiu o Oeste de Santa Catarina, o Sudoeste do Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás, Rondônia, hoje em Roraima, etc. Então, tem a sua contrapartida, mas uma contrapartida com um custo humano extremamente dramático. E é neste particular que me parece que há a necessidade imperiosa de uma espécie de equilíbrio, de um balanceamento, num País como o nosso, onde nós temos um mercado de trabalho extremamente desnivelado na área urbana, onde a presença da máquina no campo determina o êxodo, onde esse êxodo faz com que o inchaço urbano ainda desnivele mais o mercado de trabalho citadino, e onde a não presença da máquina determina um outro problema: faz com que a pobreza se mantenha, com a baixa produção e a baixa produtividade. E se não pressionamos o mercado de trabalho urbano, pressionamos erroneamente o mercado de trabalho rural. Então, esse quadro de dificuldades, esse dilema, à luz da presença da máquina, da substituição que ela determina no trabalho humano, no processo migratório e das suas consequências na área urbana, dos problemas sociais que ela acarreta, me parece necessário um exame muito importante. Porque se, no Brasil, de 1940 a 80, passamos de uma população que era praticamente 2/3 no campo e 1/3 na cidade, para 2/3 na cidade e 1/3 no campo, nós ainda estamos evidentemente longe dos 2% na área rural como tem os Estados Unidos. E falo nos Estados Unidos porque, afinal de contas, em termos de dimensão geográfica e de idade histórica é o país que mais se aproxima de nós, inclusive pela estrutura de organização político-federativa. E é nesse sentido que me parece que a análise que V. Ex^e faz é extremamente pertinente, como um alerta, sobretudo depois de tanto tempo, para a montagem real, continuada e permanente de uma política agrícola e de uma política agrária que nem sempre se traçou no Brasil. Nós temos tido, digamos assim, projetos isolados, programas esparsos para essa ou para aquela região que vão sendo trocados, muitas vezes, à medida que troca o executor e que, na verdade, acaba não tendo a continuidade exigida, porque a economia do País, mesmo com a expansão da área industrial, ainda, não sei se responde, mas pelo menos tem uma parcela substancial, de alicerce na atividade do setor primário.

O SR. MAURO BORGES — Sem dúvida. Agradeço muito o aparte muito esclarecedor de V. Ex^e e sou testemunha, por ter vivido no Rio Grande do Sul, onde tenho laços familiares, e acompanho de perto o que se passa naquele Estado. É um fenômeno social da mais alta significação esse da migração acelerada que se passa hoje

no Rio Grande do Sul. São milhares e milhares de pessoas que migram. Aqui mesmo, perto de Brasília, na região de Formosa onde temos cerca de seiscentas famílias gaúchas: em Gurupi, no médio norte, temos cerca de mil famílias. É um fenômeno incrível. O Rio Grande do Sul está migrando mais do que os Estados do Nordeste, ultimamente. É realmente impressionante.

Aliás, sob certos aspectos, é uma sorte para nós que recebemos esses migrantes...

O Sr. Carlos Chiarelli — Nossos eleitores estão vindo todos de Goiânia.

O SR. MAURO BORGES — Exato, porque eles são portadores de uma cultura mais avançada do que a nossa do campo e têm, sobretudo, um mentalidade cooperativista que é da maior importância, porque eles se organizam logo em cooperativas. Agora eu creio, permitam-me não divergir mas ponderar ao nobre Senador Chiarelli, que talvez não seja essa migração em massa decorrente apenas da migração. O Rio Grande do Sul tornou suas terras muito caras e não tem muita oportunidade, muito minifúndio. É um Estado de população antiga e há bastante minifúndios. Eles sem oportunidade e vendo terras baratas, muitas vezes 1/7, 1/8 das terras do Rio Grande do Sul, vêm procurar essa oportunidade. Em geral, trazem consigo recursos, máquinas, é uma verdadeira corrida para o Norte, para o Noroeste, como têm os americanos a corrida para o Oeste.

O Sr. João Lobo — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. MAURO BORGES — Com muito prazer, Senador João Lobo.

O Sr. João Lobo — Eu acompanhei o discurso de V. Ex^e do meu gabinete. Como sempre, V. Ex^e fala com conhecimento de causa...

O SR. MAURO BORGES — Obrigado.

O Sr. João Lobo — ... e com muita sabedoria, principalmente quando V. Ex^e se permite abordar esses problemas da terra. Quero ser testemunha de que o meu Piauí e o Estado do Maranhão estão sendo descobertos e colonizados por gaúchos. As terras, principalmente as do Sul do extremo Sul do Estado do Piauí e do Maranhão estão sendo desbravadas e colonizadas por gaúchos. E valorizadas! Eles descobriram naquele extremo Sul do Maranhão e do Sul do Estado do Piauí, que lá se repete o cerrado goiano, o cerrado mato-grossense e as terras se prestam otimamente para a cultura da soja. Dizem eles que, devido ao grande período de incidência do sol e das chuvas que são regulares naquela parte, a produtividade do solo é muitas vezes superior a do Paraná e a do Rio Grande do Sul para a cultura da soja.

Eu queria referir-me a outro problema: não sou daqueles que têm medo da mecanização do solo, da agricultura mecanizada, acho que é indispensável que se mecanize o campo para se ter uma rentabilidade que dê competitividade às terras. Sou daqueles que acha que a automação das indústrias não gera desemprego — a informática está aí para mostrar que os países mais automatizados do mundo têm pleno emprego. Então, eu não tenho medo da mecanização dos campos. O que acontece, e eu tive ocasião de verificar recentemente, viajando pelos Estados Unidos, eu visitei os Estados da Califórnia, Arkansas e Arizona, o que está acontecendo no Brasil me parece semelhante ao que aconteceu no início da colonização americana, na grande era agrícola americana. Porque a grandeza dos Estados Unidos é a grandeza agrícola, muitas vezes superior à grandeza industrial. Ninguém tenha dúvida de que o potencial agrícola dos Estados Unidos é que os torna imbatíveis e primus inter pares.

O SR. MAURO BORGES — É a maior agricultura do mundo.

O Sr. João Lobo — É a maior agricultura do mundo. Mas, no início eles tiveram o mesmo problema que nós estamos tendo, o despovoamento dos campos. A era industrial levou as fábricas para os centros urbanos e essas fábricas tinham melhor remuneração para o trabalho. Com a iniciante mecanização do solo a mão-de-obra foi liberada e inchou as cidades. Quando eles atentaram para o problema fizeram exatamente isso que V. Ex^e está propondo no seu brilhante discurso, trataram de criar condições para fixar o homem no campo; não deixando de mecanizar a indústria, mas introduzindo agroindústrias ao longo de suas estradas. Todas as grandes estradas dos Estados Unidos são autênticas cidades. V. Ex^e viou pelos Estados Unidos e sabe que, por exemplo, de Washington para Nova Iorque é como se fosse uma cidade só; é como se não se saísse da cidade, das ruas; as casas, as habitações se sucedem, todas bem atendidas por estradas, por energia elétrica, por água encanada, por escolas, por redes hospitalares. Então os Estados Unidos trataram de gerar condições capazes de transformar a habitação nos campos em local atrativo, muito mais atrativo do que nos centros urbanos.

O SR. MAURO BORGES — Exatamente.

O Sr. João Lobo — A verdadeira promiscuidade, os guetos, nos Estados Unidos, estão na cidade, em Nova Iorque, em São Francisco, nas grandes cidades, no campo não. A qualidade de vida do campo nos Estados Unidos é muitas vezes superior à qualidade de vida das cidades. Isso, naturalmente, para a faixa mais pobre, de mais baixa renda. Então nós, no Brasil, devemos atentar especialmente para esse aspecto. Se não criarmos as agrovilas de que V. Ex^e fala, se não tratarmos de dar condições atrativas de vida no campo, com assistência hospitalar, com assistência em termos de educação, escolas, de energia elétrica, de bem-estar social, os campos vão continuar a ser despovoados.

O SR. MAURO BORGES — Exatamente.

O Sr. João Lobo — Quero mesmo narrar um fato que, há poucos anos atrás, presenciei numa de minhas cidades, em que eu interpelava um amigo meu sobre por que a produção estava baixando, a produção de arroz e de algodão estavam caindo, mesmo a produção de amêndoas de babaçu, que é uma cultura secular estava caindo. E ele, com essa sabedoria do nosso homem do campo, do nosso homem rude, olhou para mim e disse: "Olha, Deputado, a culpa disso é da escola". Por causa da escola nós estamos ficando com os campos despovoados. A juventude vai estudar nos centros das cidades e não volta mais, e nos campos ficam só os velhos, e a força do velho é uma coisa limitada e decrescente; e, assim, cada vez mais diminui a produtividade dessas famílias fixadas, ao longo das roças. Desculpe V. Ex^e o longo aparte.

O SR. MAURO BORGES — Agradeço muito a honra de ter recebido de V. Ex^e esse aparte, aparte realmente esclarecedor e que retrata a realidade, não estabelecendo nenhuma contradição ao nosso ponto de vista; pelo contrário, eles são confluentes. Agradeço portanto a V. Ex^e.

Realmente, para o futuro devemos lutar por isso, não copiar o que ocorreu, historicamente, com nações que se industrializaram há poucos anos.

Quem sabe se nós, com a nossa inventividade, com a nossa capacidade de criar coisas novas, como foi criada, aqui, uma cidade como Brasília, não poderemos criar um novo modelo, uma população intermediária urbana, que não seja nem rural nem urbana. Acho que essas pessoas sim é que serão as mais felizes, porque há uma tendência generalizada do homem fugir das grandes cidades. É quase que um anseio generalizado, por uma vida mais amena.

O Sr. João Lobo — Permite V. Ex^e só mais uma pequena interrupção?

O SR. MAURO BORGES — Com prazer.

O Sr. João Lobo — Agradeço a oportunidade que V. Ex^e está me dando, mas eu saltei a minha preocupação em meu aparte. Li, há dias atrás, num desses jornais de Brasília, não lembro bem se foi no *Correio Braziliense* ou no *Jornal de Brasília*, uma matéria que me deixou preocupado. Era de um técnico agrícola, um cidadão cujo nome não gravei bem, mas que pertencia a uma das entidades, não sei se EMATER ou EMBRAPA, enfim, qualquer um desses órgãos. Ele muito preocupado dizia que nós estávamos atravessando um dilema muito grave, porque o solo brasileiro era de péssima qualidade; que, de modo geral, o solo brasileiro não se prestava para a agricultura, e nós estávamos correndo o risco de retirar do solo quantidade menor, em grãos, do que a quantidade de adubo que tínhamos que colocar. Eu, naturalmente, não comungo com esse ponto de vista.

O SR. MAURO BORGES — Essa pessoa está falando sem saber das coisas.

O Sr. João Lobo — Queria apenas levar esse fato ao conhecimento de V. Ex^e, porque sei que com o conhecimento que V. Ex^e tem, do solo brasileiro, vai certamente refutar essa argumentação. Eu considerei isso um absurdo, quando percebi o que ele dizia, não me lembrei de guardar a notícia, mas vou procurar, ainda, o jornal para dar a V. Ex^e, onde ele chega mesmo a dizer que temos que procurar outros caminhos, não o da agricultura.

O SR. MAURO BORGES — Os problemas que interferem com a agricultura, evidentemente, não são apenas os aspectos de fertilidade do solo, mas os aspectos físicos do solo, a sua topografia, a sua contextura, o clima, a latitude, o fotoperiodismo, quer dizer, a presença do sol; enfim, há todo um conjunto de fatores, como os ventos, a periodicidade das chuvas, tudo isso forma um contexto global que gera a cobertura vegetal e, evidentemente, vai influir nas culturas.

Mas o cerrado é um exemplo típico. O cerrado, até há pouco tempo, era maldito, ninguém dava a menor importância ao nosso cerrado. Comprava-se uma área de terra de cultura, que chamamos aqui, no centro do País, de mata, quer dizer, de floresta, a floresta era derrubada, ela é muito rica, e se tem árvores grossas é porque o solo, realmente, não é da decomposição do arenito, é de rochas mais nobres, que contém sais. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, no Paraná o solo é muito rico, porque há diabásio, que é uma rocha decorrente de um derrame grande de lavas, que existe em toda a bacia do Paraná e do Uruguai, que são as melhores terras que nós chamamos de *Trapps paranaense*; são solos muito bons. Entretanto, aqui no cerrado, o solo é decorrente da desagregação do arenito. O arenito é uma rocha sem sais minerais. Entretanto, verifica-se que, apesar da baixa fertilidade, de não ter quase nitrogênio, não ter fósforo, não ter potássio, mesmo assim o cerrado está fazendo uma revolução.

E aqueles que estudam a agricultura brasileira estão dizendo, e com muita certeza, que por volta do ano 2.000 a maior agricultura do Brasil será a agricultura do cerrado, exatamente na zona de mais baixa fertilidade do País.

Mas, é preferível ter uma baixa fertilidade, quer dizer, uma composição química relativamente pobre, mas ter esses planaltos, essas planícies, que facilitam a mecanização. O cerrado é frisável, ele recebe água como uma esponja, estoca água. Nós temos abundância de água mesmo nos períodos de estio. Quer dizer, a única deficiência que temos é exatamente a pobreza — digamos — química do solo. Mas isso é profundamente remediável, é facilímo. E Deus nos colocou aqui perto, na região do Paranaíba, pois toda essa região tem muito fosfato, que é a deficiência maior, e o macroelemento mais assinalável às nossas lavouras. De maneira que tendo fósforo, já que a deficiência do potássio não é tão grande, e nós temos, aí,

as jazidas de Carmópolis que, como V. Ex^e sabe, tem grandes possibilidades de suprir as deficiências de fosfato no Brasil. O nitrogênio sim, deriva da indústria do petróleo, sob a forma de uréia ou de sulfato de amônio, que é um macronutriente relativamente caro, e que é hoje surpreendido pela própria alternância das culturas. Planta-se soja, com a inovação — e o Senador Carlos Chiarelli, que é do Rio Grande do Sul, embora não seja agricultor, já deve ter ouvido falar muito nisso — e com a soja corrige o solo; ela, através das bactérias nitrificadoras, absorve o ar atmosférico, sintetiza e deixa, talvez, uma base de 200 quilos de amônio ou de nitrogênio por hectare, que é uma coisa extraordinária.

Portanto, essa opinião é realmente disparatada. Acho que a nossa possibilidade de evolução é total. E com os anos, à medida em que o terreno é trabalhado, é ajudado, ele fica cada vez mais fértil. A prova disso é que os terrenos de Brasília, com a correção de calcário, etc. estão dando uma produção de soja de 30% superior à do Rio Grande do Sul e do Paraná. Portanto, compensa colocar o calcário para correção da acidez, e o adubo, talvez um pouco mais que no Paraná ou no Rio Grande do Sul, 30% a mais de produção, e os grãos colhidos aqui dão 25% de óleo a mais do que os grãos produzidos no Sul, exatamente por influência do nosso clima. Quer dizer, o clima tem uma influência decisiva. Portanto, muito obrigado a V. Ex^e, Senador João Lobo, pelo aparte.

E vou prosseguir, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Importante é frisar o fato de que não é prudente em um planejamento econômico, utilizar-se o setor agrícola como fonte de empregos diretos para a população, em larga escala. É discutível a eficácia social da agricultura intensiva em mão-de-obra. Exatamente o que falamos.

A agricultura mecanizada gera menos empregos diretos, mas, em contrapartida, gera uma quantidade bem maior de empregos indiretos no setor industrial, o que aumenta o nível global de empregos, baixa o custo de produção de alimentos, aumenta o desempenho geral da economia, com visíveis reflexos na melhoria do padrão de vida das populações rurais e urbanas.

Tal debate é importante no Brasil, em que os setores rurais e urbanos da economia se encontram em um ponto de estrangulamento, e onde se farão necessárias reformas político-estruturais, se é que desejamos que o País continue a se desenvolver dentro dos cânones da economia de mercado. É claro que tal análise deve levar em conta as circunstâncias de formação histórica de cada país.

A República de Bengala ocupa 74% de sua população ativa na agricultura, com renda per capita de 130 dólares anuais apenas.

A Índia tem na agricultura 63% da sua força de trabalho, e uma renda anual de 241 dólares.

As Filipinas têm na agricultura 45% de sua população ativa, e uma renda de 690 dólares.

A China Popular, que tão grandes progressos tem feito, com 59% de sua força de trabalho na agricultura, possui renda de 290 dólares.

Sri Lânska, o Céilão, tem 53% de sua população ativa na agricultura e 270 dólares de renda per capita. E por aí vai, sempre mostrando essa mesma linha, indicando que quanto mais intenso o trabalho humano na agricultura, em geral são piores as condições do país.

Verificamos que, como na Europa, os países do Terceiro Mundo com menor contingente da sua população ativa na agricultura, devido a maiores índices de mecanização agrícola, têm uma economia com melhor desempenho e maior eficiência, obtendo o maior volume de produção.

Não devemos, contudo, confundir eficiência com eficácia. Exemplos de uma possível confusão seriam a China Popular e a Índia. Tanto um quanto o outro país têm aproximadamente o mesmo perfil de distribuição populacional quanto à ocupação pelo setor agrícola. Suas rendas per capita são mais ou menos da mesma grandeza, a

China Popular com 290 dólares e a Índia com 241 dólares. A agricultura nos dois países é a maior fonte de emprego. Poderíamos dizer, então, que suas economias têm a mesma eficiência? Em termos quantitativos, talvez, se tomarmos os seus PNB's per capita como indicador absoluto de eficiência.

Contudo, a economia chinesa tem mais eficácia que a indiana, pois satisfaz a um elenco bem maior de objetivos. Exemplos: a saúde pública na China é razoável, o que não ocorre na Índia. A alimentação do povo chinês é mais adequada que a do povo indiano. Na China existe pobreza, mas com um austero padrão de bem-estar social, não existe miséria das castas inferiores. A cultura Hindu, se bem que riquíssima, tem na miséria dos párias um dos seus componentes sistêmicos. O sistema social de casta na Índia é mais um daqueles itens que têm a ver com as peculiaridades históricas de um dado povo.

Por isso, não podemos com os indicadores econômicos aqui utilizados, fazer afirmações categóricas, independentes do contexto cultural, histórico e socioeconômico de cada país.

Evitei citar os países da OPEP. Os países exportadores de petróleo apresentam aspectos curiosos; o Kuwait, por exemplo, tem renda per capita de quase 20 mil dólares anuais, a maior do mundo. Evidentemente que isso não significa um distributivismo social, é um dado meramente matemático. Sua agricultura é praticamente inexistente.

A Arábia Saudita possui 60% de sua força de trabalho na agricultura e tem uma renda per capita de 11.260 dólares. Isto se deve ao fato de os sauditas subsidiam o setor agrícola com os excessos de sua indústria petrolífera, a um custo altíssimo. Seria muito melhor importar, mas o povo ia ficar à toa, pois não haveriam empregos. Mas, mesmo assim, foi a solução encontrada para prover empregos à população saudita, pois é mínima a vocação agrícola da Península Arábica.

O que desejamos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é propor algumas reflexões sobre temas debatidos em nosso País, temas que reconhecemos estratégicos para o nosso futuro. Referimo-nos ao longo debate sobre reforma agrária. Por que utilizei um preâmbulo longo para entrar em tal assunto, que é o objetivo central deste discurso? Porque não existe planejamento econômico possível para o Brasil sem que deslindemos de forma adequada o nó górdio que sufoca o nosso desenvolvimento agrícola e industrial. Nosso desenvolvimento agrícola não será eficaz se não o dotarmos de uma estrutura fundiária eficiente. O setor urbano de nossa economia, nossas indústrias e o setor de serviços não se desenvolverão sem que o setor primário lhes ofereça insumos em grande escala. E, no setor primário, a atividade agrícola é vital e estratégica, pois é aí que obteremos alimentos para a nossa população e é aí que movimentaremos uma enorme gama de indústrias subsidiárias da agricultura ou fornecedoras de insumos essenciais para a realização de uma agricultura técnica e moderna.

Toda a economia brasileira será revitalizada se construirmos uma agricultura forte e sólida. A reforma agrária democrática é indispensável para a consecução de tal objetivo. A racionalidade fundiária é vital até para a sobrevivência da economia e da livre iniciativa no País.

Já discutimos aqui o problema das agrovilas, que, sem dúvida nenhuma, é uma das mais expressivas manifestações da necessidade da reforma agrária. A reforma agrária provoca em muitos, ou em cada um, idéias diferentes, mas na verdade é uma modernização da atividade rural, não implica, absolutamente, em distribuição de terras, seja a baixo preço ou seja de graça, que seria a forma mais arcaica e inconveniente de se proceder uma reforma agrária. Não é isso que procuramos e nem desejamos. O que queremos é exatamente estabelecer bases de organização e de oportunidade de usar a terra, mas não esse espírito elementar de simplesmente distribuir terras.

O Sr. Passos Pôrto — V. Ex^e permite um aparte?

O SR. MAURO BORGES — Com muito prazer, nobre Senador Passos Pôrto.

O Sr. Passos Pôrto — Nobre Senador Mauro Borges, V. Ex^e faz um discurso da maior importância. Há muitos anos que eu venho pregando também o que considero o fato fundamental da ruptura do atual sistema existente no Brasil, que é a frágil estrutura agrária que nos mantém. Criou-se no País, que é sobretudo um País de sincetismo religioso, o mito de que reforma agrária é revolução, que reforma agrária é tomar terra de quem lutou, de quem herdou, de quem recebeu por vários motivos, com o objetivo apenas de a usurpar daqueles que trabalharam, quando ela é o caminho lógico de um País capitalista, para fazer, primeiro, um mercado interno de consumo. Segundo, resolver o problema social brasileiro que evitaria inchar as grandes cidades, etc. Então, considero a reforma agrária o capítulo primeiro e fundamental de qualquer governo que queira realmente modernizar o Brasil.

O SR. MAURO BORGES — Perfeitamente.

O Sr. Passos Pôrto — Isto é muito grave, sobretudo no Nordeste. Num Estado como o de V. Ex^e, ainda há fronteira agrícola, ainda há expansão, ainda há uma fase de ocupação da fronteira agrícola, com objetivos também econômicos. Mas, a reforma agrária é sobretudo um problema social. Sabe muito bem V. Ex^e que 80% dos produtos alimentares no Brasil, são todos feitos na pequena propriedade. Ninguém pense que a grande propriedade vai se dedicar à produção de alimentos, por que ela se dedica sobretudo a produtos de exportação, a produtos industriais, a servir de insumos, como por exemplo, a agroindústria canavieira, a indústria do café, etc. Mas, a produção de alimentos no Brasil está vinculada à pequena propriedade, à propriedade familiar. Mas, isso não significa que vá se tomar a terra de quem a tem. O Governo tem que assumir o ônus de uma nova distribuição de terras no Brasil, por processos pacíficos, porque sem criar esse mercado interno para essas populações não qualificadas do interior que só sabem trabalhar a terra, se o Governo não resolver este problema, não tenha dúvida o Brasil marcha para um impasse social. Acho que qualquer Governo que se dedicar à solução desse problema — fique ciente V. Ex^e — estará fazendo a infra-estrutura do futuro Brasil que todos almejamos. Quero então me solidarizar com V. Ex^e pelo amplo e abrangente discurso que vai buscar, inclusive, exemplos em países que, já resolvem esse problema, através da reforma agrária. Muito obrigado.

O SR. MAURO BORGES — Sou eu quem agradece a V. Ex^e

É exatamente isso. A reforma agrária não significa choque e às vezes se diz reforma agrária radical, quando seria melhor dizer-se reforma agrária democrática, porque o radicalismo, muitas vezes, só leva à violência.

Continuando, Sr. Presidente, Já vimos, com longos exemplos, que a geração de empregos diretos através da agricultura é economicamente ineficaz. Não entendo que reforma agrária adequada seria repartição da terra nos clássicos módulos considerados de tamanho mínimo para a subsistência de uma família de tamanho considerado ideal para a zona rural. Isto seria condenar nossa população campesina à marginalidade dos benefícios da civilização. Não entendo, tampouco, por reforma agrária a entrega de títulos de enorme glebas de terra a uns poucos indivíduos, a título de realizarem uma agricultura empresarial, quando isto na verdade não ocorre. Na verdade, tal medida seria apenas a continuidade do, muitas vezes centenário, método de concessão de cartas de sesmaria, origem das distorções fundiárias existentes, hoje, no Brasil.

Não existe uma política fundiária homogênea a ser aplicada para todo o Brasil, tem que ser regionalizada.

Nosso País, de dimensões continentais, possui 4 grandes macrorregiões agrícolas: o Centro-Sul (Regiões Sul e Sudeste), e Nordeste, o Centro-Oeste e o Norte-Noroeste. Tal macrozoneamento agrícola comporta uma infinidade de subzoneamento microrregionais, que requerem uma política direcionada. A EMBRAPA tem diversos centros de pesquisa específicos para cada uma das grandes zonas agrícolas acima mencionadas. Existe o Centro de Pesquisas do Cerrado, que tem produzido grandes resultados para nós com pesquisas interessantíssimas, localizado no DF, o Centro de Pesquisas do Brasil Semi-árido, no Nordeste, um Centro de Pesquisas para a região tropical úmida, na Amazônia, e um Centro de Pesquisas para o Centro-Sul, em São Paulo. Quatro grandes centros de pesquisas agrícolas, conforme as quatro grandes regiões agrícolas que existem.

Todavia, antes de recomendarmos medidas concretas para o desenvolvimento agrícola de nosso País, gostaria de levantar alguns aspectos de nossas formação histórica, que explicam nossa atual estrutura de posse da terra.

Diferente dos Estados Unidos, onde o Presidente Abraham Lincoln realizou uma reforma agrária por antecipação através do Homestead Act, o Brasil nunca promoveu uma ocupação e colonização ordenada de seu território. Até nossa Independência, o nosso País foi mantido como uma valiosa autarquia territorial do vasto império lusitano. Portugal não teria mesmo condições de ocupar e colonizar sua vasta possessão no Novo Mundo, pois à época dos descobrimentos a população lusa era de apenas um milhão e seiscentos mil habitantes.

De qualquer forma, a instituição das Capitanias Hereditárias foi a primeira iniciativa do reino português para tentar a ocupação brasileira. O soberano português tentava estimular empresários particulares no desenvolvimento de sua nova possessão colonial. Tal regime foi pobre de resultados. Foi revogado e instituiu-se o Governo Geral, não tendo as Capitanias Hereditárias influenciado nosso sistema de posse e uso da terra.

O mesmo não ocorreu com o instituto de Sesmarias, que marcou de forma definitiva a primeira fase de nossa estrutura fundiária. As Cartas de Sesmaria, com fundamento na Lei Régia de 26 de junho de 1375, segundo à expressão "terra devoluta", ou seja, nos dizeres de Zanatta, "terra que, tendo sido transferida ao sesmeiro, retorna ao patrimônio da Coroa por inadimplemento das condições a que o beneficiário da concessão se obrigara a cumprir". O Regente D. Pedro, atendendo a pedido de um posseiro, determinou a suspensão de todas as sesmarias até a convocação de uma Assembléia Geral Constituinte e Legislativa. Durante os próximos 28 anos o País viveu o que foi conhecido como império da posse, pois neste período não havia normas para aquisição de terras.

O Brasil, do ponto de vista dominial, tomou aspectos caóticos até que, em 18 de setembro de 1850, o Governo Imperial promulgou a Lei nº 601, que, pela primeira vez, entre nós, tratou da forma apropriada o instituto das terras devolutas e disciplinou a legitimidade das posses mansas e pacíficas. Em 1854 criou-se o Registro Paroquial, ao qual nossa jurisprudência não confere qualquer direito imobiliário.

Com o advento da Constituição de 1891, a União ficou apenas com uma faixa de terra contígua às fronteiras, necessárias à defesa nacional, faixa de 66 quilômetros de largura, e com os terrenos de marinha. Conforme a doutrina ultra federalista de então, as terras devolutas passaram ao patrimônio dos Estados. Os governos estaduais não souberam fazer bom uso do enorme patrimônio que passaram a ter, em parte devido à inexistência, até 1934, de normas que limitassem as concessões de terras a particulares. Não é raro encontrarem-se títulos expedidos antes de 1930, concedendo áreas de 400.000 ha.

O Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, regulou a discriminação de terras, disciplinou as formas de acesso à propriedade de terras públicas e definiu o que

era terra devoluta da União. Nem 1956, a Lei nº 3.081 disciplinou o processo discriminatório das terras federais, estaduais e municipais. Tal lei, contudo, não teve eficácia posto que imprimiu grandes complexidades aos ritos processuais.

Em 30 de novembro de 1964, foi promulgada a Lei nº 4.504, conhecida como Estatuto da Terra.

Devo dizer que antes o Estatuto da Terra, como Governador do Estado de Goiás, criei o Instituto de Desenvolvimento Agrário — IDAGO, que foi verdadeiramente, um documento que antecipou o Estatuto da Terra.

O Estatuto da Terra teve a maior importância; criou-se o IBRA, o INDA e agora, o INCRA.

Tamanha é a relevância da questão agrária e dos problemas fundiários para o nosso futuro que o Presidente João Figueiredo julgou oportuno instituir o Programa Nacional de Política Fundiária e criar o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, através do Decreto nº 87.457, de 16 de agosto de 1982.

A atuação do Ministério para Assuntos Fundiários busca, nas palavras de seu titular, o Ministro Danilo Venturini, "assegurar o cumprimento do princípio constitucional da função social da propriedade e contribuir para o aumento da produtividade rural". O Ministro Venturini afirmou no I Encontro Nacional do Sistema Fundiário que, "nos últimos 5 anos (de 1979 a março de 1984), foram titulados 645 mil novos proprietários, correspondendo a uma área de 47 milhões de hectares, ou seja, praticamente duas vezes a área do Estado de São Paulo".

Vejam bem o problema que isso irá dar, no futuro, para essa população dispersa. O que não teria sido para o Brasil se não se fizessem, pelo menos, os embriões das agrovilas, que estabelecessem a possibilidade posterior da organização das cooperativas? É quase certo que essa população toda, que recebeu os títulos, passará para frente e os grandes proprietários os comprarão, advindo daí um latifúndio dentro de muito pouco tempo.

No pronunciamento do Ministro Venturini não há informações do tamanho das novas propriedades e de que forma essas vêm sendo incorporadas ao processo produtivo. O fato é que a agricultura é vital para a revitalização da economia nacional e nossa agricultura só realizará o seu potencial — é bom que repisemos — se a estrutura fundiária brasileira sofrer uma reforma eficaz.

Seria injusto acusar o Governo Figueiredo de ter produzido o atual estado de coisas no Brasil. Nem foi o regime de 64 que gerou as atuais estruturas sócio-econômicas do País. O Brasil sempre foi um País rico, mas sua oligarquia, desde os tempos coloniais, exerce o poder de forma tacanha e, às vezes, até brutal. Não somente fomos o último país do Hemisfério Ocidental a abolir a escravidão, o Brasil pós-abolição manteve um sistema econômico perverso e socialmente insíquo. A República Velha era conhecida como "a república dos conselheiros do Império."

Mesmo a Revolução de 30, o primeiro e talvez único movimento político com grande participação popular, ficou sob o comando da mesma oligarquia conservadora, que sempre se renovava para melhor manter o poder, mas que nunca prepara o povo para o exercício do autogoverno, que é essencial se ainda quisermos ter democracia no Brasil.

Não estou fazendo acusação a nenhum setor em particular, são as doenças do nosso povo.

A Era Vargas finalizada pelos anos JK, deu ao país grande impulso modernizador, a estrutura sócio-econômica permanecia intacta. O Presidente Juscelino Kubitschek foi um modernizador para o País.

O regime instaurado em 64, buscou manter o impulso modernizador iniciado na Era Vargas, e favorecido pelo crescente comércio internacional.

É verdade, as exportações brasileiras cresceram muito nos últimos 20 anos. E, hoje, grande parte de nossa exportação não é matérias-primas, mas de manufaturados.

De qualquer forma não devemos nos esquecer que as exportações brasileiras não cresceram mais do que os índices de crescimento do comércio internacional. Não houve apenas o milagre brasileiro.

Além do que isso não alterou as seculares estruturas do poder que marginalizam dois terços da população brasileira. Na verdade, a situação das populações carentes piorou com o regime de 64.

Segundo o Ministro Delfim Netto, em 64 a economia brasileira era a 48ª do mundo, e hoje é a 8ª maior economia do mundo. Isto é verdade. Também é verdade que o Brasil é o 4º maior exportador agrícola do mundo. Tais fatos apenas agravaram alguns fatos que exponho a seguir.

Em 74 o IBGE e a FAO, elaboraram o ENDEF, Estudo Nacional de Despesa Familiar. Na pesquisa foram visitados 56 mil domicílios espalhados por áreas rurais e urbanas de todo o País, em diversas faixas de renda. As conclusões já são do conhecimento público, mas vale a pena repeti-las mostrando a sua gravidade. Em 74 tivemos a sexta maior população mundial com grave desnutrição. Segundo Ricardo Abramovay só perdíamos nessa triste competição para a Índia, a Indonésia, o Bangladesh, Paquistão e Filipinas. Treze e meio milhões de brasileiros consumiam menos de mil e seiscentas calorias diárias. Por volta de 55 milhões sofriam subnutrição crônica. No total, o Brasil possuía 69 milhões de subnutridos, perfazendo um total de 67% de sua população.

O que ocorreu no Brasil em 10 anos? A situação se agravou. Temos hoje 86 milhões de subnutridos, o que é uma vergonha para o nosso País. O fazendeiro, no Brasil, muitas vezes tem oportunidade de tratar melhor o seu gado, do que está sendo tratado o povo.

Pela letra da Lei os escravos se emanciparam dos seus senhores em 1888, mas na prática os senhores se recusam a se emancipar dos seus escravos.

A maioria da população brasileira está sob tutela de uma oligarquia, que se recusa a administrar o Brasil de forma competente como era de se desejar. Dessa forma, não comprometemos o futuro de uma sociedade democrática, livre, pluralista e que ainda podemos construir em nossa Terra.

A situação é tão grave que o próprio Ministro Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Brigadeiro Waldyr de Vasconcelos, declarou à Revista *Veja* que dos 765 mil jovens convocados a prestar serviço militar, apenas 53%, isto é, 405 mil foram considerados aptos no serviço médico.

Isso é um desastre, esse é um fato atentatório contra a segurança nacional. Os homens não têm condições de ser nem soldados!

Ora, sabemos que as Forças Armadas convocam menos da metade dos jovens que alcançam 18 anos. E tais jovens são convocados das áreas que gozam de melhor padrão sócio-econômico no País. E, mesmo assim, 43% do contingente sofre de problemas como subnutrição, deficiência dentária ou insuficiência de peso ou altura. Dentre os um milhão e cem mil jovens de 18 anos não convocados a situação de saúde deve ser mais precária. Aquelas que tem formação militar sabem que um homem subnutrido pouco contribui para a nossa segurança.

É uma situação, realmente, desastrosa.

O Ministro Waldyr de Vasconcelos julga, com razão, que as deficiências de saúde da maior parte da juventude brasileira compromete a segurança e o futuro de nossa Pátria. É alentador que nossas autoridades militares tenham conciênciade de tais fatos, pois não é comum um ministro militar fazer considerações tão graves, de moto próprio, sobre assuntos que são abordados com toda a franqueza, mesmo assim por questões, muitas vezes, de impossibilidade de falar. Entre os militares os que falam são, geralmente, aqueles que são autorizados.

As palavras do Ministro do EMFA representam fatos de que o estamento militar tem consciência da realidade nacional.

É claro que as causas de tal quadro é a pauperização crescente da população brasileira, à qual já nos referimos. Mas vale a pena adiantar mais exemplos. Segundo estudo recentemente realizado, cerca de dois terços da nossa força de trabalho ganha até dois salários mínimos. O salário mínimo, legalmente, deveria representar a renda necessária para a alimentação, habitação, transporte, vestuário, saúde, educação e lazer. Estima-se que, em nossos dias, o salário mínimo vigente não seja suficiente para prover as necessidades legais de alimentação básica para uma única pessoa.

Segundo estudos do DIEESE o custo de ração essencial, alimento considerado necessário a uma única pessoa exigia 87,3 horas de trabalho por mês em dezembro de 1965, de uma pessoa ganhasse o salário mínimo. Seis anos depois, em dezembro de 1971, esta cifra passou a 113,4 horas. Em dezembro de 1981, eram necessárias 120,4 horas de trabalho mensal para se comprar a cesta básica de alimentos. Em outubro de 1983 os salários mínimos tinha seu poder de compra de tal forma erodido que eram necessários 262,3 horas para se comprar a ração essencial. Ora, a jornada normal de trabalho em um mês é de 240 horas, o que torna o salário mínimo insuficiente. É claro que se dois terços de nossa força de trabalho percebe rendimentos na faixa de dois salários mínimos, a subnutrição é uma consequência inevitável para as populações brasileiras.

O que pode ser feito? Recriminações não serão o caminho mais prudente. Os erros do passado sem qualquer demagogia remontam a séculos. Já vimos também que o processo brasileiro de urbanização ainda não acabou. Ainda temos 30% de nossa força de trabalho no campo. Se o Brasil prosseguir em seu desenvolvimento industrial a população rural ainda vai diminuir. É importante frisar isto por ser muito difícil ruralizar populações já urbanizadas.

Depois que o homem está na cidade fazê-lo voltar não é fácil!

Segundo estudos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República o programa PROVÁRZEAS nacional identificou três milhões de hectares irrigáveis somente em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Desses três Estados, só Goiás tem mais de 3 milhões de hectares de várzeas.

É possível incorporar-se, até 1985, 1,22 milhão de hectares ao processo produtivo. Segundo o estudo, em várzeas drenadas e irrigadas, consegue-se duas colheitas por ano, podendo chegar até três, quando bem preparada a exploração. Nos projetos já implantados, a produtividade média de arroz é de 5 toneladas por ha, a do feijão é de 2,5 t/ha e a do milho 5t/ha, enquanto a média nacional é de 1,2 t/ha para o arroz, 0,8 t/ha para o feijão e 1,5t/ha para o milho. Prossegue o estudo: se o PROVÁRZEAS fosse dirigido exclusivamente para a produção de alimentos e acelerada sua implantação, poder-se-ia alcançar grande parte do volume necessário de alimentos e erradicar o déficit nutricional.

Entretanto, se os problemas fundiários constituem obstáculos, constituem impedimento da agricultura, em poucas áreas do Brasil, na maior parte elas não constituem obstáculo fundamental, o caso do crédito agrícola está constituindo, realmente, uma obstrução, porque só pode fazer agricultura quem tem recursos próprios. E, quem tem recursos próprios? São muito poucos.

Para tanto, bastaria destinar 50% da área total prevista para o cultivo de arroz, 30% para o feijão e 20% para o milho. Com isto, em uma única safra, teríamos 3,05 milhões de toneladas de arroz, 925 mil toneladas de feijão e 1,22 milhão de toneladas de milho. Tal esquema ainda permitiria num mesmo ano agrícola, produzir uma forrageira (por exemplo, aveia) em quantidade suficiente para alimentar um rebanho leiteiro por toda a entressafra, aumentando a produção de leite em 30%.

O Brasil está jogando leite fora. Não há consumo. Cada vez que aumenta o preço do leite diminuem aque-

les que o tomam. A média de consumo do brasileiro é uma colher de sopa por dia.

Além do que, criar-se-iam 549 mil empregos diretos. "Esta é uma boa proposta de governo e sua origem são estudos de técnicos do próprio governo federal.

Podemos ainda adiantar que, se existe fome no Brasil, é por incompetência das classes dirigentes brasileiras. A verdade é que não estamos administrando bem nossos recursos humanos e econômicos. A proposta referida acima diz respeito a uma área de apenas 3 milhões de ha situada em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, que corresponde a uma fração da área irrigável de todo o País.

Segundo o Ministério da Agricultura o Brasil possui um estoque de terras agricultáveis de 450 milhões de ha., de uma área total aproximada de 850 milhões de ha. Alguns sustentam que uma parcela maior do território brasileiro é seja agricultável. O Brasil tem incorporado à produção 150 milhões de ha, dos quais aproximadamente 45 milhões são destinados à agricultura, e 105 milhões se destinam à pecuária. Segundo uma estimativa conservadora do Ministério da Agricultura, ainda temos um estoque de 300 milhões de hectares a serem incorporados ao processo produtivo — quer dizer, a expansão da fronteira agrícola ainda vai durar muitos anos, em condições diversificadas de clima e a requerer tecnologia diversificada de exploração.

Se as estimativas dos técnicos do Governo consideram que a exploração racional de 1 milhão e pouco de hectares pode produzir mais de 500 mil empregos diretos, a agricultura nacional pode fornecer empregos diretos a toda população brasileira rural subaproveitada, o que revitalizaria os setores urbanos de nossa economia. É evidente que aí vai envolver os empregos da agroindústria.

Por todos esses fatos podemos afirmar, sem medo de errar, que a agricultura brasileira é a saída para a nossa crise econômica. Através da agricultura poderemos redirecionar o processo de urbanização brasileira, que tem ocorrido de forma caótica. Poderemos distribuir as cidades brasileiras de forma mais equilibrada em nosso espaço geográfico, evitando a formação irracional de megalópolis, como Rio de Janeiro e São Paulo. Não devemos nos esquecer que é a má organização da exploração agrícola que gerou tais monstros urbanos e que os urbanistas da ONU julgam ser impossível de ser administrada de forma adequada. Tais técnicos consideram como limite tolerável da grande cidade, aquela que tenha 750 mil habitantes, com serviço para um milhão de pessoas.

Joelmir Beting, jornalista famoso, afirmou que apenas Estocolmo se enquadra nesses parâmetros; a única cidade do mundo. Quer dizer, a quantidade de serviços é superior às necessidades da população. Nós sabemos que os dados de São Paulo são de arrepia; mas da metade da população não tem esgoto, na Cidade de São Paulo, e uma grande parte da população não tem água.

Além disso não devemos nos esquecer que as maiores concentrações de pobreza do País não são mais as zonas rurais do Nordeste, mas sim as periferias das grandes metrópoles do Centro-Sul.

O Sr. Passos Pôrto — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. MAURO BORGES — Com muito prazer.

O Sr. Passos Pôrto — V. Ex^e faz um discurso muito bom, amplo, e sei que ele está quase ao final. E vê V. Ex^e o que é um País depois de quatro séculos de colonização, de acertos e erros, de avanços e de recuos, o que é uma colonização portuguesa, que não transferiu uma nação, transferiu um Estado para o Brasil. Quer dizer, começamos mal, ao invés de se ter transferido para o Brasil uma nação, a nação portuguesa, eles transferiram realmente o estado português, com toda aquela superestrutura administrativa e burocrática, que até hoje persiste como defeito, como distorção da administração pública brasileira.

Vê V. Ex^a que nós estamos chegando ao final deste século, um País que é a oitava economia do mundo, mas flagrantemente injusto no tratamento ao seu povo. Mais de 80% da população ganha menos de 5 salários mínimos, mais da metade ganha um salário mínimo, o que equivale dizer, metade vive na miséria, e uma pequena elite econômica, de capital, em torno de 5%, vive num País civilizado. Vê V. Ex^a a complexidade deste País que nós vamos entregar no dia 15 de março ao futuro Presidente da República. Uma Nação que realmente cresceu nestes vinte anos, os números absolutos são fantásticos. Se V. Ex^a for comparar o Brasil de 64 ao Brasil de 84, V. Ex^a vai ver que desde os índices de exportação, produção de petróleo, energia elétrica, todos os índices da macroeconomia, o Brasil cresceu, mas os objetivos fundamentais, a sociedade brasileira que deveria ser a beneficiária de todo esse processo, lamentavelmente o que V. Ex^a diz afi é uma grande verdade. Agora, como sair disto? A reforma agrária é uma reformulação total no processo educacional brasileiro, também, porque o povo brasileiro não está qualificado para a produção. Então, não há como essa massa de analfabetos, não só os analfabetos de natureza instrucional, mas os chamados analfabetos profissionais, que são aquelas pessoas que têm o curso primário, mas não sabem fazer nada, são aquelas pessoas que têm o curso ginásial e não sabem fazer nada. Ele tem o curso ginásial, mas não tem nenhuma informação de natureza técnica qualificada, para produzir, com rendimento, para o desenvolvimento do Brasil. O Brasil está dirigido com uma economia de mercado, com as multinacionais, que todos reclamam mas que têm prestado um grande serviço ao Brasil no sentido de trazer informações tecnológicas, e bens tecnológicos que são do consumo geral, indústrias de bens duráveis, indústrias de consumo. Então, é este o Brasil. Falou-se muito no milagre brasileiro, mas eu falaria mais no chamado mistério brasileiro, aquilo que Octávio Mangabeira diagnosticou, ao assumir o Estado da Bahia: — Bahia, o Estado mais rico do Brasil era, no entanto, o da população mais pobre. Dizia ele: "Há um mistério na Bahia". Então, é este mistério brasileiro que tem que ser repensado pela sua chamada elite intelectual e dirigente e não através de ideologia de poder. Mas como reformular, como restringir aquela maioria que está sendo creditada a essa pequena elite, que é a beneficiária do sistema, e como drenar isso? Através de quais capilares nós poderemos fazer uma reestruturação da vida econômica e social do Brasil? Mas tenho certeza de que está inserida a reforma da estrutura agrária à nova educação brasileira e os meios de comunicação devem desviar a sociedade para os objetivos fundamentais e permanentes do País, porque vivemos, hoje, na superficialidade das informações alienígenas, numa sociedade completamente distorcida, o que causa desalento, sobretudo para V. Ex^a e para mim, porque somos da mesma geração, daquela geração que sonhou, porque desde aquele tempo são esses os objetivos de fazer deste País, pelo menos, um País mais democrático sob o ponto de vista econômico. Mas o discurso de V. Ex^a é amplo. Tenho a impressão de que ele exaure todos os aspectos do problema. Deve ser lido por todos nós e deve, sobretudo, ser executado pela Nação brasileira. Receba V. Ex^a as minhas congratulações.

O SR. MAURO BORGES — Muito obrigado, fico muito honrado com o aparte de V. Ex^a. Realmente é tarefa para gigante e envolve a todos nós, sem distinção de partidos.

O melhor exemplo de colonização e estrutura fundiária nos países capitalistas é o dos Estados Unidos da América.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Peço aos Srs. Senadores que não aparteiem mais o orador, pois S. Ex^a já está com tempo esgotado.

O SR. MAURO BORGES — Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou concluir com brevidade.

Em 1960 o tamanho médio da fazenda americana era de 118 ha. Em 1984 o tamanho médio da exploração agrícola americana é de 165 ha.

Vejam, houve um aumento da propriedade e não diminuição. Isso, evidentemente, por causa da cultura mecanizada, os minifundios não convivem bem com a grande mecanização.

Para termos uma noção comparativa de tais valores, no Brasil em 1975 os latifundios com mais de 1.000 ha. ocupavam 43% da área do país incorporada à produção. Tais propriedades contribuíram com apenas 14% do valor da produção.

Os pequenos e médios estabelecimentos com menos de 100 ha., apesar de ocuparem apenas 21% da área em produção, formaram 53% do valor da produção agropecuária.

É o que falou o nobre Senador João Lobo.

As unidades de exploração entre 100 e 1.000 ha. contribuíram com o restante de nossa produção agropecuária, isto é, 26%. Observamos, portanto, que também no Brasil o latifundio se correlaciona com baixa produtividade rural.

Não sou contra a grande propriedade bem administrada e produtiva. Não há limitação de área de atividade no campo, desde que seja realmente aproveitada. Somos contra, a própria Constituição diz, a propriedade que não tem função social.

Já existem estudos extensos comparando os modelos de colonização dos Estados Unidos e do Brasil, e apontam com acuidade as razões do desenvolvimento mais rápido da nação americana. Uma das causas do maior avanço americano foi terem os dirigentes dos Estados Unidos conseguido estabelecer uma estrutura fundiária mais equilibrada e racional. Um bom exemplo da legislação americana foi a lei promulgada por Abrão Lincoln em 20 de maio de 1862, há mais de 120 anos. Esta lei é conhecida como "Homestead Act". Tal lei baseou-se na presunção de que o domínio público era patrimônio de todo o povo. E que um chefe de família sendo proprietário de uma casa ou fazenda, tal bem não poderia ser arrestando por dívidas. A lei promulgada por Lincoln previa que qualquer cidadão americano ou estrangeiro que desejasse a cidadania, se maior de 21 anos ou chefe de família, ou se veterano por pelo menos 14 dias em uma guerra a serviço das forças armadas americanas, ou se nunca tivesse lutado contra os Estados Unidos em uma guerra, tal indivíduo poderia reclamar a posse e o domínio de 65 ha de terra, desde que a cultivasse por 5 anos.

Tal propriedade não poderia ser reclamada por credor em pagamento de dívida previamente contraída.

Um dos objetivos da lei promulgada por Lincoln era suavizar as pressões por empregos nas grandes cidades americanas de então. Mesmo naquela época, já se via que era muito difícil fazer reverter o processo de urbanização. Só um estado totalitário dispõe de meios para deslocar grandes populações dentro de seu espaço geográfico. De qualquer forma, a "Homestead Act" não teve êxito quanto a este objetivo, ou seja, conter a jda das populações para a cidade.

Considera-se, contudo, que o mercado de terras americano ganhou estabilidade em virtude de tal instituto jurídico. Tal garantia para os agricultores americanos coibiu de forma razoavelmente eficaz a ação de especuladores, que não viam os imóveis rurais como bem de produção e sim como reserva de valor.

A Reforma Agrária não é uma invenção marxista, como às vezes algum ignorante apressado pode ser levado a crer. A Reforma Agrária é, no Brasil, uma condição indispensável para o pleno desenvolvimento de nosso potencial agropecuário e única forma de darmos segurança e garantirmos a sobrevivência da economia de livre empresa em nosso País. A Reforma Agrária no Brasil é um imperativo, se é que desejamos continuar no sistema ocidental de produção a longo prazo.

Em vista dos fatos acima expostos estou encaminhando, à Mesa, oportunamente, Sr. Presidente e Srs. Senadores, projetos de lei que terão por objetivos:

I — congelamento das terras devolutas de União para que em tais terras sejam assentados colonos aptos à produção agropecuária;

II — disciplinar os mecanismos oficiais de crédito para beneficiar os empresários rurais dispostos a produzirem a percentagem julgada necessária aos produtos de consumo popular;

III — estimular os empresários rurais com propriedades parcialmente ociosas, ociosas ou com área superior a 200 ha, através de estímulos fiscais e creditícios a arrendarem glebas de terras a pequenos agricultores por prazo nunca inferior a 5 (cinco) anos.

IV — estimular com mecanismos fiscais e creditícios a organização de cooperativas de consumo, produção e comercialização por parte dos pequenos agricultores, como forma de promover o exercício da mais evoluída agricultura capitalista;

V — estimular através de estímulos creditícios e fiscais o zoneamento agrícola do País para proteger as culturas necessárias ao abastecimento interno bem como o equilíbrio ecológico de nossos recursos naturais.

É claro que muitas das medidas acima expostas já foram tentadas em outras ocasiões. Os governos que as tentaram falharam por não conseguirem engajar adequadamente o empresariado, as populações a serem beneficiadas e os diversos setores da sociedade brasileira. Também eu sou empresário agropecuário. Tenho certeza de que todos os empresários do setor agrícola responderão de forma afirmativa a um apelo do Governo se entenderem que se não colaborarmos para o desenvolvimento do País nossa pátria conhecerá um ciclo de violências e desordens civis como nunca houve em nossa história. E tampouco poderemos preservar nossos tão decantados valores ocidentais e cristãos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, e peço desculpas aos Srs. Senadores pela extensão do meu discurso. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. MAURO BORGES EM SEU DISCURSO:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a revista *Veja*, de 28 de março deste ano, publicou artigo baseado em estudos do Governo Federal onde afirma que 86 milhões de brasileiros comem muito menos que as 2.240 calorias diárias prescritas pela FAO, como dieta mínima. Isso num país, acrescenta a revista, "que produz, armazena e comercializa alimentos em nível razoavelmente satisfatório".

Não se deve deixar de registrar o fato de que o Governo Federal está atento a tal situação demonstrando que a situação social no Brasil justifica um estado de alerta máximo. Em outros países mais avançados uma crise das proporções que vive nossa pátria, fruto de deliberadas políticas econômicas do governo, talvez houvessem provocado convulsões sociais. É de se louvar o Governo Federal, através de seus órgãos de pesquisa e análise, gerar informações de profundo valor estratégico que advertem os diversos setores da sociedade brasileira, inclusive os gestores dos negócios públicos, dos graves perigos que ameaçam a paz nacional. Veja está de parabéns por buscar e veicular tais informações, que são patrimônio público do maior valor. Tanto no referido semanário como em outros órgãos da mídia escrita e eletrônica podemos observar um bom trabalho que nos dá uma noção clara dos problemas que afligem nosso País.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

As primeiras sociedades humanas tiravam sua subsistência da caça e da colheita. Há cerca de 10.000 anos aparecem no Velho e no Novo Mundo um conjunto de circunstâncias que propiciaram a domesticação de animais e o cultivo de diversas plantas. Nos milênios seguintes ocorreu a extinção de diversas espécies da fauna mi-

gratária do Pleistoceno que tinham sido a principal fonte de sustento dos caçadores do Paleolítico Superior.

A humanidade tinha iniciado um longo período de sedentarização em locais bastante diversificados quanto a clima, flora e fauna.

A espécie humana ocupou então todo o ecuménio de nosso planeta, desde regiões polares até as zonas equatoriais.

Adaptou-se a áreas desérticas, regiões montanhosas, florestas tropicais ou tundras e taigás boreais.

O único continente do globo terrestre que não conhecia ocupação humana era a Antártida, onde nossa geração presencia a instalação de estações permanentes de pesquisa científica, esforço a que o Brasil afortunadamente se uniu.

De qualquer forma é importante constatar que as civilizações têm suas origens nas remotas eras que o homem abandonou o nomadismo e adquiriu hábitos sedentários.

Alguns historiadores afirmam que a maior revolução cultural e técnica da humanidade foi a revolução neolítica, que marcou exatamente a sedentarização do homem.

Por isto, também podemos chamar a revolução neolítica de revolução agrícola, que se processou por um período de milênios, a rigor, a primeira de diversas revoluções agrícolas que ocorreram. Pois o homem se sedentarizou em função da agricultura.

As histórias das civilizações podem ser estudadas do ponto de vista do desenvolvimento da agricultura.

Os estudiosos dividem a agricultura em três etapas: Agricultura antiga, moderna e contemporânea.

A agricultura antiga caracterizou-se por diversos sistemas agrícolas, vários deles presentes até hoje.

Um destes, o sistema de roças, é o mais extensivo do mundo, típico dos povos que habitam as terras florestais dos trópicos e subtropicais úmidos.

É largamente usado no Brasil de nossos dias.

O sistema é rudimentar e primitivo. Atende de forma limitada às necessidades de uma civilização, pois não tem capacidade de sustento de uma população que ultrapasse um determinado número de habitantes por quilômetros quadrado. O uso intensivo de roças leva à exaustão do solo e este sistema agrícola se torna predatório e irracional. Tal argumento fundamenta uma hipótese para o desaparecimento de três civilizações: maia, na América Central, khmer (em Angkor), no atual Camboja, e a de Anuradapura, no Sri Lanka. Podemos estar seguros, senhores, que a sobrevivência das civilizações está vinculada à relativa racionalidade e eficiência dos sistemas agrícolas em que se baseiam. E mais, podemos afirmar que a agricultura rudimentar de subsistência é incompatível com as necessidades de uma sociedade com grandes concentrações urbanas e que devem ser alimentadas, por um excedente gerado na agricultura.

A civilização greco-romana teve seu lastro agrícola em sistema de rotação bienal. Vem à nossa memória o caso de Cincinato, que deixou o comando de legiões para retornar à charrua, o que não foi caso único na época. A agricultura romana progrediu até a era dos Antoninos. O advento do imperialismo militar romano provocou a decadência da agricultura praticada na península itálica. As terras conquistadas foram distribuídas entre os patrícios e seus habitantes foram feitos escravos.

Os alimentos provenientes das terras conquistadas chegavam à sede do império quase que de graça. A prática da agricultura em Roma tornou-se antieconômica, passando a atividade servil. Pequenos proprietários e escravos fugidos se amontoavam nas cidades. Isto devido a uma gradual concentração da propriedade fundiária que se transformou em domínio de poucos patrícios. Plínio, o Antigo, afirmou que os latifundiários puseram a Itália a perder. Apenas seis aristocratas possuíam a maior parte dos domínios do norte da África. Nero mandou matá-los para se apoderar de suas terras.

Na etapa seguinte ocorreu o colapso econômico e social de Roma, com advento de uma nova estrutura agro-pastoril nos domínios Europeus, e O Mundo Ocidental mergulhou na Idade Média.

A agricultura antiga também conheceu três notáveis sistemas agrícolas: o egípcio, o chinês e o peruano.

O sistema egípcio apareceu no quinto milênio A.C., no fim do período neolítico. A civilização egípcia assentou-se em uma agricultura altamente sofisticada, intensiva em trabalho humano. Como dizia Heródoto, um presente do Nilo. Os egípcios tiveram muito engenho em superar os obstáculos e aproveitar as vantagens que o grande rio oferecia. Segundo um historiador de nosso século, Arnold Toynbee, as civilizações surgem na medida em que a natureza oferece às comunidades humanas desafios e ao mesmo tempo meios para superar desafios. A agricultura era, no Egito, praticada sob o controle de uma burocracia clerical, que fornecia crédito para os agricultores, delimitava a cada ano a área de plantio de cada agricultor e comprava e estocava as safras.

A agricultura chinesa tem suas origens no começo dos tempos neolíticos, no oitavo milênio A.C. Começou a ser praticada, tal agricultura, na planície entre os baixos cursos dos rios Yangtze e Huang Ho, berço da civilização chinesa. Como a egípcia, a agricultura chinesa era diversificada. Contudo, se os egípcios só praticavam a agricultura nas várzeas do Nilo, os chineses, além de cultivarem as várzeas de seus grandes rios, praticavam também culturas secas nas encostas suaves, a salvo das enchentes. O sistema chinês difundiu-se para o sul, nos vales do Tonquim e do Mekong, para a Indochina, Coréia, arquipélago do Japão, Malásia, Indonésia, Filipinas, e Índia.

Na América pré-colombiana, na região dos Andes peruanos, a agricultura antiga conheceu, talvez, seu mais alto grau de refinamento. Afirma-se que um agricultor moderno poderia morrer de fome em um meio tão adverso. As culturas eram irrigadas e adubadas em terraços artificiais ciclopicos como solo também artificial. O desenvolvimento de tal sistema agrícola foi a solução adequada às peculiaridades do relevo peruano, que apresentava vales imensos e ingremes em cujos contrafortes ocidentais se iniciava a selva amazônica. Há um zoneamento agrícola natural, segundo as faixas de altitude: 1) tropical, com o predomínio da mandioca, até 2.000m acima do nível do mar, no vale do rio Urubamba; 2) faixa intermediária, até 3.500m de altitude, com predomínio do milho; 3) acima de 3.500m de altitude havia o cultivo de batata (hoje é área de plantio de trigo). Acima dos 4.000m existia a criação de lhama e alpaca. Após a chegada dos europeus, passou-se também a criar bovinos e carneiros.

A agricultura é tema fascinante. Poderíamos falar longamente sobre outros exemplos como o das civilizações da Mesopotâmia e tantas outras. Mas creio que é suficiente para os nossos propósitos rever dois sistemas agrícolas da agricultura antiga, que persistem até hoje: o sistema de roças (ou agricultura nômade) e o sistema chinês (ou de jardinagem oriental).

Mas voltemos à Europa, onde temos grande parte de nossas raízes. Durante a Idade Média estabeleceu-se entre os povos germânicos o sistema de rotação trienal. As terras eram divididas em três glebas em torno da aldeia. Uma gleba se destinaria às culturas de verão, a segunda se destinaria às culturas de inverno e a terceira ficaria em pouso, ou repouso, onde haveria pasto para o gado comunal. Cada uma das três glebas atenderia à três finalidades em rodízio, o que evitava a exaustão do solo. O sistema de rotação trienal estendeu-se da Europa Central para a Europa Ocidental, e, depois, para a parte Oriental daquele continente. Era um sistema autárquico e conservador, pois praticava-se uma agricultura de subsistência. Não havia o objetivo de se produzir excedentes a serem fornecidos para um mercado consumidor.

Já vimos que o sistema de roças é insuficiente para o sustento de uma sociedade com grandes concentrações urbanas. A nossa coívara, ou roça, visa tão-somente a

subsistência de rarefeitas populações camponesas que adotam tal método. Tem importância histórica para o Brasil, pois nossas populações pioneiras na ocupação de nosso território tinham na roça sua principal fonte de sustento.

A agricultura chinesa merece muito a nossa atenção devido a sua importância histórica. Foi sempre um sistema do tipo labour intensive: a força humana tem sido a principal fonte de energia deste sistema agrícola. A sua difusão por todo o extremo oriente, marcou profundamente as sociedades que o adotaram. Se considerarmos o total da população que utiliza tal sistema, ele é seguramente o utilizado em mais larga escala. A partir da Índia, o extremo oriente forma uma vasta região do planeta com um mesmo sistema agrícola.

O parcelamento das unidades de produção conforme a evolução do sistema chinês chegou a valores quase inviáveis para os ocidentais. Da mesma forma que os egípcios, os chineses cedo descobriram a irrigação. A ajuda mútua, não por coerção mas por necessidade dos difíceis trabalhos da lavoura irrigada, criou hábitos comunitários.

O camponês do Extremo Oriente aprendeu a usar o adubo de diversas qualidades: vegetal, vasas de rios e canais, resíduos de toda espécie, mas sobretudo esterco humano, cuidadosamente guardado. Tudo é economizado na vida desse agricultor parcimonioso, com exceção de sua força de trabalho, que é envolvida aos limites extremos da resistência humana.

Para se ter uma idéia de como é intensivo em mão-de-obra o sistema chinês é útil comparar alguns rendimentos com os do mesmo produto, nos EUA há algumas décadas. Enquanto nos Estados Unidos, com mecanização agrícola uma lavoura de trigo de inverno requeria 26 horas de trabalho humano, o mesmo produto na China seria alcançado com 600 horas de trabalho o equivalente a 1,1 kg de milho ou 1,6 kg de trigo, ao passo que o lavrador estadunidense produzia 45,5 kg de milho ou 39,4 de trigo. Isto é, em algumas culturas, o rendimento médio por trabalhador nos Estados Unidos é de 30 a 40 vezes maior que o rendimento alcançado na China, devido à mecanização.

Em 1948, a China dispunha de área cultivada de 85 milhões de ha para mais de 50 milhões de explorações rurais, cada uma com área média de 1,5 ha. Quanto mais fértil a terra, mais braços eram necessários para cultivá-la, menor tornava-se o trato de terra: em regiões rizícolas com o baixo Yang-tze Kiang a área média da exploração agrícola baixava para 30 acres.

No Japão, de 5 milhões de agricultores, 2,5 milhões têm menos de 50 acres, 1,2 milhão tem de 50 acres a 1 ha e 900.000 agricultores nipônicos ocupam de 1 a 3 ha. Em 1938, na Coréia, a superfície cultivada era de 4,3 milhões de ha e o número de explorações rurais era de 3,3 milhões: pouco mais de 1 ha por unidade de produção.

Tentaremos agora dar alguns dados sobre a agricultura mundial de nossos dias, e como o Brasil se situa neste quadro.

A FAO (Organização para a Agricultura e Alimentação das Nações Unidas) estimou em seu anuário de 1958 que a área global de terras aráveis ou sob cobertura florestal artificial era de 1.390.000.000 de ha e a área compreendida por pradarias e pastagens era de 2.494.000.000 de ha, o que perfazia um total de 3.884.000.000 de ha. A terra arável do mundo é distribuída de forma bastante desigual entre os países e continentes e com relação às populações. A Ásia, excluindo-se a URSS, em 1955 tinha mais da metade (55,6%) da população mundial e tinha menos de um terço (30,6%) da terra arável global. A América do Norte e Central, por outro lado, tinham 8,9% da população do mundo e detinham 18,6% das terras aráveis. Na África e na União Soviética as percentagens da população global eram da

mesma grandeza que as dos dois continentes citados do Novo Mundo (8,3% e 7,2%, respectivamente) e o mesmo ocorria com as percentagens de terras aráveis (16,9% e 15,9%, respectivamente).

Em 1950, a população mundial era de dois bilhões, quinhentos e três milhões, dos quais 1 bilhão 467 milhões, ou 59%, estavam engajados na agricultura. O mais baixo percentual da população engajada na agricultura ocorria na América do Norte (14%) seguida pela Oceania (31%) e Europa (32%).

Um fato curioso é que tanto nos países de economia de mercado como nos países socialistas a tendência histórica é a urbanização das populações rurais, com o decréscimo percentual da participação da população na agricultura. Poderíamos até arriscar dizer que tanto mais é a agricultura utilizada para a produção direta de empregos para a população ativa de um país, tanto menos eficaz será o setor agrícola de tal país. Poderíamos dizer ainda mais: uma sociedade agrária, isto é, com maior parte de sua população empregada na agricultura, tende a ser mais pobre que um país industrializado. Em uma sociedade industrial, agricultura ocupa uma pequena fração da mão-de-obra ativa sem prejuízo da produção agrícola em larga escala, e sem prejuízo da geração de empregos, pois uma agricultura moderna e altamente técnica gera mais empregos indiretos no setor urbano da economia do que uma agricultura do tipo labour intensive, e ainda apresenta um desempenho global superior (mais empregos e maior produção).

— Em 1917, a URSS tinha 95% de sua população na agricultura. A União Soviética era retardatária no contexto europeu, apresentando os maiores índices de subdesenvolvimento do continente. Segundo o anuário estatístico da FAO de 1958, a percentagem da população soviética na agricultura era de 57% em 1937 e de 50% em 1950. Atualmente os soviéticos ocupam 14% de sua população ativa na agricultura, o mesmo percentual que ocorria no Canadá e Estados Unidos da América em 1950.

— Tentaremos examinar a participação do setor agrícola na economia como um todo de diversos países, capitalistas ou socialistas, industrializados ou não.

— Em 1950, o Canadá e os Estados Unidos ocupavam 14% de sua população ativa na agricultura. A agricultura canadense ocupa hoje 5% de seus trabalhadores, ao passo que a agricultura americana ocupa 2% da população ativa do país. A agricultura do Canadá produz 4% do total de seu PNB e nos EUA o setor agrícola participa com 3%. Tais valores não expressam o verdadeiro peso do setor agrícola na economia destes dois países, pois suas agriculturas se encontram entre as maiores do mundo. Ocorre que a quase totalidade do produto de seus respectivos setores agrícolas são processados por suas indústrias o que transfere tais valores para as rubricas dos setores industriais. A renda per capita do Canadá é de 10.130 dólares e dos EUA é de 11.360 dólares (dados de 1980). O nível de vida dos povos dos EUA e Canadá está entre os mais elevados do mundo.

— Os países europeus, em 1950, ocupavam em média 32% de sua população ativa na agricultura (exceto URSS). Vejamos como tal quadro evolui em alguns países europeus mais e menos industrializados.

— A França, que em 1980 apresentava uma renda per capita de 11.730 dólares, ocupa 8% de sua população ativa na agricultura. A Finlândia ocupa 11% de seus trabalhadores na agricultura e tem uma renda per capita de 9.720 dólares anuais. A Suécia tem 5% de seus trabalhadores na agricultura e apresenta uma renda anual per capita de 13.520 dólares. A Dinamarca ocupa 7% de seus trabalhadores na agricultura e tem renda anual per capita de 12.950 dólares. A Tchecoslováquia tem na agricultura 9,2% de sua população ativa, apresentando renda anual per capita de 5.820 dólares. A Alemanha Ocidental, 4% dos trabalhadores na agricultura e renda per capita de 13.590 dólares. A Alemanha Oriental, com 10% de

sua população ativa na agricultura e renda anual per capita de 7.180 dólares. A Albânia tem 65% de sua população ativa na agricultura e renda per capita de 854 dólares. A Bulgária, com 23% dos trabalhadores na agricultura, apresenta 4.150 dólares de renda anual per capita. A Espanha, com 15% da população ativa na agricultura, apresenta renda anual per capita de 5.400 dólares. A Grécia, com 37% dos trabalhadores na agricultura, tem renda anual per capita de 4.380 dólares. A Itália, com 11% de sua população ativa na agricultura, possui renda per capita de 6.480 dólares. O Reino Unido, com 2% de seus trabalhadores na agricultura, possui renda per capita de 9.386 dólares. A Iugoslávia, com 29% dos trabalhadores na agricultura, tem 2.620 dólares de renda anual per capita. A Polônia, com 30% de seus trabalhadores na agricultura, tem renda anual per capita de 2.370 dólares. Portugal, com 26% de sua população ativa na agricultura, possui renda per capita de 2.370 dólares.

— Dentro do próprio continente europeu observamos que os países com menor percentagem de suas populações na agricultura possuem maior volume de produção por habitante e maior renda global em muitos casos. As populações dos países mais industrializados gozam de melhor padrão de vida. E para demonstrar isto poderíamos utilizar outros indicadores. E isto ocorre, vale a pena salientar, independentemente do fato de serem os países capitalistas ou socialistas.

Podemos tomar dentre os países europeus de economia de mercado exemplos extremos como o da Grécia, cuja população rural é 37% do total, e a Dinamarca, com 7% de seus trabalhadores na agricultura. O desempenho global da economia dinamarquesa é bem superior aos resultados apresentados pela economia grega. Do lado socialista, novamente dois exemplos extremos: a Albânia, com 65% de sua população na agricultura apresenta resultados econômicos bem mais modestos que os atingidos pela Alemanha Oriental, com apenas 10% de sua população ativa na agricultura.

— Importante é frisar o fato de que não é prudente em um planejamento econômico utilizar-se o setor agrícola como fonte de empregos diretos para a população em larga escala. É discutível a eficácia social da agricultura intensiva em mão-de-obra. A agricultura mecanizada gera menos empregos diretos mas em contrapartida gera uma quantidade bem maior de empregos indiretos no setor industrial, o que aumenta o nível global de empregos, baixa o custo de produção de alimentos, aumenta o desempenho geral da economia com visíveis reflexos na melhoria do padrão de vida das populações rurais e urbanas. Tal debate é importante no Brasil, em que os setores rural e urbano da economia se encontram em um ponto de estrangulamento, e onde se farão necessárias reformas político-estruturais se é que desejamos que o país continue a se desenvolver dentro dos cânones da economia de mercado. Voltaremos ao Brasil mais tarde.

— É claro que tal análise deve levar em conta as circunstâncias de formação histórica de cada país. O Japão, por exemplo apesar de pesadamente industrializado, possui 12% de sua força de trabalho na agricultura, o que é alto para os padrões dos países industrializados do Ocidente. Nem por isso deixa de ser prodigiosa a técnica agrícola nipônica. O fato é que os japoneses usam o método agrícola de "jardinagem oriental", herdado aos chineses, e que é intensivo em mão-de-obra. A renda per capita do Japão é de 9.890 dólares.

Para corroborar a tese de que o uso da agricultura como fonte direta de empregos reduz produção global de um país por habitante, podemos citar diversos exemplos do Terceiro Mundo.

A República da Bengala ocupa 74% de sua população ativa na agricultura, com renda per capita de 130 dólares anuais. A Índia tem na Agricultura 63% de sua força de trabalho, e uma renda anual per capita de 241 dólares. As Filipinas têm na agricultura 46% de sua população ativa e uma renda anual per capita de 690 dólares. A Chi-

na Popular, com 59% de sua força de trabalho na agricultura, possui renda de 290 dólares. (Dados de 1979). Sri Lanka (o Ceilão) tem 53% de sua população ativa na agricultura e 270 dólares de renda per capita. A Síria, com 33% de sua força de trabalho na agricultura, possui 1.340 dólares de renda per capita. O Egito, com 50% de sua população ativa na agricultura, possui renda anual per capita de 580 dólares. Guiné-Conakry, com 82% de sua população ativa na agricultura, possui 290 dólares de renda per capita. O Zaire, com 75% de sua força de trabalho na agricultura possui renda per capita de 220 dólares. A Colômbia, com 26% de sua força de trabalho na agricultura tem 1.180 dólares de renda anual per capita. Honduras, com 62% de sua força de trabalho na agricultura, possui renda per capita de 560 dólares. O Chile, com 19% da população ativa na agricultura, possui 2.150 dólares de renda per capita. A Argentina, com 13% de sua força de trabalho na agricultura possui renda per capita de 2.390 dólares. O Brasil, com 30% de sua população ativa na agricultura, possui uma renda per capita de 2.390 dólares. O Brasil, com 30% de sua população ativa na agricultura, possui uma renda per capita de 2.050 dólares anuais.

Verificamos que, como na Europa, os países do Terceiro Mundo com menor contingente de sua população ativa na agricultura, devido a maiores índices de mecanização agrícola, têm uma economia com melhor desempenho e maior eficiência, obtendo um maior volume de produção. Não devemos, contudo, confundir eficiência com eficácia.

Exemplos de uma possível confusão seriam a China Popular e a Índia. Tanto um quanto outro país têm aproximadamente o mesmo perfil de distribuição populacional quanto à ocupação pelo setor agrícola. Suas rendas per capita são da mesma grandeza, a China Popular com 290 dólares e a Índia 241 dólares. A agricultura nos dois países é a maior fonte de emprego. Poderíamos dizer, então, que suas economias têm a mesma eficiência? Em termos quantitativos, talvez, se tomarmos os seus PNBS per capita como indicador absoluto de eficiência. Contudo a economia chinesa tem mais eficácia que a indiana, pois satisfaz a um elenco bem maior de objetivos. Exemplos: a saúde pública na China é razoável, o que não ocorre na Índia. A alimentação do povo chinês é mais adequada que a do povo indiano. Na China existe pobreza, mas com um austero padrão de bem estar social. Na Índia, o fausto dos marajás convive com a miséria das castas inferiores. A cultura hindu, se bem que riquíssima, tem na miséria dos párias um de seus componentes sistêmicos. O sistema social de castas na Índia é mais um daqueles itens que têm a ver com as peculiaridades históricas de um dado povo.

Por isso, não podemos, com os indicadores econômicos aqui utilizados, fazer afirmações categóricas, independentes do contexto cultural, histórico e sócio-econômico de cada país.

— Evitei citar os países da OPEP. Os países exportadores de petróleo apresentam aspectos curiosos. O Kwait, por exemplo, tem renda per capita de quase 20.000 dólares anuais, a maior do mundo. Sua agricultura é praticamente inexistente. A Arábia Saudita possui 60% de sua força de trabalho na agricultura e tem uma renda per capita de 11.260 dólares. Isto se deve ao fato de os sauditas subsidiarem o setor agrícola com os excedentes de sua indústria petrolífera, a um custo altíssimo. Mas mesmo assim, foi a solução encontrada para prover empregos à população saudita. Pois é mínima a vocação agrícola da península Arábica.

O que desejamos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é propor algumas reflexões sobre temas debatidos em nosso País, temas que reconhecemos estratégicos para o nosso futuro. Referimo-nos ao debate sobre Reforma Agrária. Por que utilizei um preâmbulo longo para entrar em tal assunto, que é o objetivo central deste discurso? Porque não existe planejamento econômico possível para o Brasil sem que deslindemos de forma adequada o

nó górdio que sufoca o nosso desenvolvimento agrícola e industrial. Nosso desenvolvimento agrícola não será eficaz se não o dotarmos de uma estrutura fundiária eficiente. O setor urbano de nossa economia, nossas indústrias e o setor de serviços não se desenvolverão sem que o setor primário lhes ofereça insumos em grande escala. E no setor primário, a atividade agrícola é vital e estratégica. Pois é aí que obteremos, alimentos para a nossa população e é daí que movimentaremos uma enorme gama de indústria subsidiárias da agricultura ou fornecedores de insumos essenciais para a realização de uma agricultura técnica e moderna. Toda a economia brasileira será revitalizada se construirmos uma agricultura forte e sólida. A reforma agrária democrática é indispensável para a consecução de tal objetivo. A racionalidade fundiária é vital até para a sobrevivência da economia e de livre iniciativa no Brasil.

Já vimos com longos exemplos que a geração de empregos diretos através da agricultura é economicamente ineficaz. Não entendo que reforma agrária adequada seria repartição da terra nos clássicos módulos considerados de tamanho mínimo para a subsistência de uma família de tamanho considerado ideal para a zona rural. Isto seria condenar nossa população camponesa à marginalidade dos benefícios da civilização. Não entendo, tampouco, por reforma agrária a entrega de títulos de enorme glebas de terra a uns poucos indivíduos a título de realizarem uma agricultura empresarial, quando isto na verdade não ocorre. Na verdade, tal medida seria apenas a continuidade do muitas vezes centenário método de concessão de cartas de sesmaria, origem das distorções fundiárias existentes hoje no Brasil.

Não existe uma política fundiária homogênea a ser aplicada para todo o Brasil. Nossa país, de dimensões continentais, possui 4 grandes macro-regiões agrícolas: o Centro-Sul (regiões Sul e Sudeste), o Nordeste, o Centro-Oeste e o Norte Noroeste. Tal macro-zoneamento agrícola comporta uma infinidade de sub-zoneamento micro-regionais, que requerem uma política direcionada. A EMBRAPA tem diversos centros de pesquisa específicos para cada uma das grandes zonas agrícolas acima mencionadas. Existe o Centro de Pesquisas no Cerrado, localizado no DF, o Centro de Pesquisas do Brasil Semi-árido, no Nordeste, um centro de pesquisas para a região tropical úmida, na Amazônia, e um Centro de Pesquisas para o Centro-Sul, em São Paulo. Quatro grandes centros de pesquisas agrícolas, conforme as quatro grandes regiões agrícolas que existem. Além disso, mantém diversos outros centros de pesquisa.

Todavia, antes de recomendarmos medidas concretas para o desenvolvimento agrícola de nosso País, gostaria de levantar alguns aspectos de nossa formação histórica, que explica nossa atual estrutura de posse da terra.

Diferente dos Estados Unidos, onde o Presidente Abraham Lincoln realizou uma reforma agrária por antecipação através do Homestead Act, o Brasil nunca promoveu uma ocupação e colonização ordenada de seu território. Até nossa Independência, em 1822, o nosso país foi mantido como uma valiosa autarquia territorial do vasto império lusitano. Portugal não teria mesmo condições de ocupar e colonizar sua vasta possessão no Novo Mundo, pois à época dos descobrimentos a população lusa era de apenas um milhão e seiscentos mil habitantes.

De qualquer forma, a instituição das Capitanias Hereditárias foi a primeira iniciativa do reino português para tentar a ocupação brasileira. O Sóberano português tentava estimular empresários particulares no desenvolvimento de sua nova possessão colonial. Tal regime foi pobre de resultados. Foi revogado e instituiu-se o governo geral, não tendo as Capitanias Hereditárias influenciado nosso sistema de posse e uso da terra.

O mesmo não ocorreu com o instituto de sesmarias, que marcou de forma definitiva a primeira fase de nossa estrutura fundiária. As Cartas de Sesmarias, com fundamento na Lei Régia de 26 de junho de 1375, segundo a

origem a expressão "terra devoluta", ou seja, nos dizeres de O Zanatta, "terra que, tendo sido transferida ao sesmeiro, retornava ao patrimônio da Coroa por inadimplemento das condições a que o beneficiário da concessão se obrigara a cumprir". O Regente D. Pedro, atendendo a pedido de um posseiro, determinou a suspensão de todas as sesmarias até a convocação de uma Assembléa-Geral Constituinte e Legislativa. Durante os próximos 28 anos o país viveu o que foi conhecido como império da posse, pois neste período não havia normas para aquisição de terras.

O Brasil, do ponto de vista dominial, tomou aspectos caóticos até que, em 18 de setembro de 1850, o Governo Imperial promulgou a lei nº 601, que, pela primeira vez entre nós, tratou da forma apropriada o instituto das terras devolutas e disciplinou a legitimidade das posses mansas e pacíficas. Em 1854 criou-se o Registro Paroquial, qual nossa jurisprudência não confere qualquer direito imobiliário.

Com o advento da Constituição de 1891, a União ficou apenas com uma faixa de terra contígua às fronteiras, necessárias à defesa nacional, faixa de 66 quilômetros de largura, e com os terrenos de marinha. Conforme a doutrina ultra-federalista de então, as terras devolutas passaram ao patrimônio dos estados. Os governos estaduais não souberam fazer bom uso do enorme patrimônio que passaram a ter, em parte devido à inexistência, até 1934, de normas que limitassem as concessões de terras a particulares. Não é raro encontrar-se títulos expedidos antes de 1930, concedendo áreas de 400.000 ha.

O Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, regulou a discriminação de terras, disciplinou as formas de acesso à propriedade de terras públicas e definiu o que era terra devoluta da União. Em 1956, a Lei nº 3.081 disciplinou o processo discriminatório das terras federais, estaduais e municipais. Tal lei, contudo, não teve eficácia posto que imprimiu grandes complexidades aos ritos processuais.

Em 30 de novembro de 1964 foi promulgada a Lei nº 4.504, conhecida como Estatuto da Terra. A questão agrária, da qual um dos aspectos é a questão fundiária, ganhou novos relevos em amplitude e eficácia. É verdade, a nova lei estabeleceu doutrinas e conceitos, formulou princípios e critérios para reger as relações pertinentes à zona rural, introduzindo alterações no regime de uso e posse da terra. Consagrou-se o princípio da Constituição de 1946, de que o uso da propriedade rural ficaria condicionado à função social.

Através do Estatuto da Terra foram criados o IBRA — Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e o INDA — Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, órgãos encarregados de promover a política agrícola mediante o emprego de medidas que propiciassem a harmonização das atividades agropecuárias com o processo de industrialização do país, de modo a fortalecer a economia rural. Tenho a satisfação de lembrar aos senhores que o primeiro organismo brasileiro com as finalidades acima descritas foi criado em Goiás, em 1962, quando estava eu à frente do governo goiano. De certa forma o Estatuto da Terra é um diploma jurídico sobre aquilo que o governo vinha executando na prática.

Em 9 de julho de 1970, editou-se o Decreto-lei nº 1.110, criando o atual Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, cujas atribuições abrangiam aquelas dos órgãos que lhe antecederam, funções estas que se expandiram consoante legislação subsequente.

Em 1º de abril de 1971, com a edição do Decreto-lei nº 1.164, declarou-se indispensável à segurança e ao desenvolvimento nacional as terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de cada lado do eixo das rodovias federais construídas ou projetadas na Amazônia Legal. Foi atribuída ao INCRA a tarefa de discriminar e arredondar terras devolutas em área aproximada de 2,2 milhões de quilômetros quadrados, conferindo-se à autor-

quia poderes para reconhecer e regularizar as posses legítimas ali existentes e dar destinação às áreas desocupadas.

Tamanha é a relevância da questão agrária e dos problemas fundiários para o nosso futuro que o Presidente João Figueiredo julgou oportuno instituir o Programa Nacional de Política Fundiária e criar o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, através do Decreto nº 87.457, de 16 de agosto de 1982.

A atuação do Ministério para Assuntos Fundiários busca, nas palavras de seu titular, o ministro Danilo Venturini, "assegurar o cumprimento do princípio constitucional da fundação social da propriedade e contribuir para o aumento da produtividade rural". O ministro Venturini afirmou no I Encontro Nacional do Sistema Fundiário que, "nos últimos 5 anos (de 1979 a março de 1984), foram titulados 645 mil novos proprietários, correspondendo a uma área de 47 milhões de hectares, ou seja, praticamente duas vezes a área do Estado de São Paulo". Existe para 1984 a previsão de 230.000 novas propriedades rurais.

No pronunciamento do Ministro Venturini não há informação dos tamanhos das novas propriedades e de que forma estas vêm sendo incorporadas ao processo produtivo. O fato é que a agricultura é vital para a revitalização da economia nacional. E nossa agricultura só realizará seu potencial, é bom que repisemos, se a estrutura fundiária brasileira sofrer uma reforma eficaz.

Seria injusto acusar o Governo Figueiredo de ter produzido o atual estado de coisas no Brasil. Nem foi o regime de 64 que gerou as atuais estruturas sócio-econômicas do País. O Brasil sempre foi um país rico. Mas sua oligarquia, desde os tempos coloniais, exerce o poder da forma mais tacana e brutal, é caracterizado pela profunda desigualdade na distribuição das rendas. Não só somos o último País do hemisfério ocidental a abolir a escravidão. O Brasil pós-abolição manteve um sistema econômico perverso e socialmente iníquo. A República Velha era conhecida como a "república dos Conselheiros do Império".

Mesmo a Revolução de 30, o primeiro e talvez único movimento político com grande participação popular, ficou sob o comando da mesma oligarquia conservadora, que sempre se reinava para melhor manter o poder, mas que nunca prepara o povo para o exercício do autogoverno, que é essencial se ainda queremos ter democracia no Brasil.

A Era Vargas, finalizada pelos "anos JK", deu ao País um grande impulso modernizador. A estrutura sócio-econômica permanecia intacta. O Presidente Juscelino Kubitschek foi um furacão modernizador para o País.

O regime instaurado em 64 buscou manter o impulso modernizador iniciado na Era Vargas e favorecido pelo crescente comércio internacional. É verdade, as exportações brasileiras cresceram muito nos últimos vinte anos. E hoje grande parte de nossa parte de exportações não é de matérias-primas, mas de manufaturas. De qualquer forma não devemos nos esquecer de que as exportações brasileiras não cresceram mais do que os índices de crescimento do comércio internacional. Além do que, isto não alterou as seculares estruturas de poder que marginalizam dois terços da população brasileira.

Na verdade, a situação das populações carentes piorou com o regime de 64. Segundo o ministro Delfim Netto, em 64 a economia brasileira era a 48º do mundo e hoje é 8º maior economia do mundo. Isto é verdade. Também é verdade que o Brasil é o 4º maior exportador agrícola do mundo. Tais fatos apenas agravam alguns fatos que expõndo a seguir.

Em 1974 o IBGE e a FAO — Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas — elaboraram o ENDEF — Estudo Nacional de Despesa Familiar. Na pesquisa foram visitados 56 mil domicílios espalhados por áreas rurais e urbanas de todo o País, em di-

versas faixas de renda. As conclusões já são do conhecimento público, mas vale a pena repeti-las aqui devido à sua gravidade.

Em 1974, tínhamos a sexta maior população mundial com grave desnutrição. Segundo Ricardo Abramovay, só perdíamos nesta triste competição para a Índia, a Indonésia, o Bangladesh, o Paquistão e as Filipinas. Treze e meio milhões de brasileiros consumiam menos de 1.600 calorias diárias. Por volta de 55,5 milhões sofriam de subnutrição crônica. No total o Brasil possuía 69 milhões de subnutridos, perfazendo um total de 67 por cento de sua população.

O que ocorreu ao Brasil em 10 anos? A situação se agravou. Temos 86,1 milhões de subnutridos, o que é uma vergonha para o nosso país. Um fazendeiro no Brasil trata melhor seu gado do que os governos tratam seu povo.

Pela letra da lei os escravos se emanciparam de seus senhores em 1888. Mas na prática, os senhores se recusam a se emanciparem de seus escravos. A maioria da população brasileira está sob a tutela de uma oligarquia tacanha, que se recusa a administrar o Brasil de forma competente. Desta forma, nós comprometemos o futuro de uma sociedade democrática, livre e pluralista que ainda podemos construir em nossa terra.

A situação é tão grave que o próprio ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Brigadeiro Waldir de Vasconcelos, declarou à revista *Veja* que dos 765 mil jovens convocados a prestar o serviço militar apenas 53%, isto é, 405 mil foram considerados aptos no exame médico. Ora, sabemos que as Forças Armadas convocam menos da metade dos jovens que alcançam 18 anos. E tais jovens são convocados das áreas que gozam de melhor padrão sócio-econômico no País. E, mesmo assim, 43% do contingente sofre de problemas como subnutrição, deficiência dentária ou insuficiência de peso ou altura. Dentre os um milhão e cem mil jovens de 18 anos não convocados a situação de saúde deve ser mais precária. Aqueles que tem formação militar sabem que um homem subnutrido pouco contribui para a nossa segurança.

O ministro Waldir de Vasconcelos julga, com razão, que as deficiências de saúde da maior parte da juventude brasileira compromete a segurança e o futuro de nossa pátria. É alentador que nossas autoridades militares tenham consciência de tais fatos. Pois não é comum um ministro militar fazer considerações tão graves de moto próprio. As palavras do ministro do EMFA representam fatos de que o estamento militar tem consciência.

É claro que as causas de tal quadro é a pauperização crescente da população brasileira, à qual já nos referimos. Mas vale a pena adiantar mais exemplos. Segundo estudo recentemente realizado, cerca de dois terços da nossa força de trabalho ganha até dois salários mínimos. O salário mínimo, legalmente, deveria representar a renda necessária para a alimentação, habitação, transporte, vestuário, saúde, educação e lazer. Estima-se que, em nossos dias, o salário mínimo vigente não seja suficiente para prover as necessidades legais de alimentação básica para uma única pessoa.

Segundo estudos do DIEESE o custo da ração essencial, alimento considerado necessário a uma única pessoa, exigia 87,3 horas de trabalho por mês em dezembro de 1965. Seis anos depois, em dezembro de 1971, esta cifra passou a 113,4 horas. Em dezembro de 1981, eram necessárias 120,4 horas de trabalho mensal para se comprar a cesta básica de alimentos. Em outubro de 1983 o salário-mínimo tinha seu poder de compra de tal forma erodido que eram necessários 262,3 horas para se comprar a ração essencial. Ora, a jornada normal de trabalho em um mês é de 240 horas, o que torna o salário-mínimo insuficiente. É claro que se dois terços de nossa força de trabalho percebe rendimentos na faixa de dois salários-mínimos, a subnutrição é uma consequência inevitável para as populações brasileiras.

O que pode ser feito? Recriminações não serão o caminho mais prudente. Os erros do passado sem qualquer demagogia remontam a séculos. Já vimos também que o processo brasileiro de urbanização ainda não acabou. Ainda temos 30% de nossa força de trabalho no campo. Se o Brasil prosseguir em seu desenvolvimento industrial a população rural ainda vai diminuir. É importante frisar isto por ser muito difícil ruralizar populações já urbanizadas.

Segundo estudos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o programa PROVÁRZEAS NACIONAL identificou três milhões de hectares irrigáveis somente em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. É possível incorporar-se até 1985 1,22 milhão de hectares ao processo produtivo. Segundo o estudo, em várzeas drenadas e irrigadas, consegue-se duas colheitas por ano, podendo chegar a 3 colheitas quando bem preparada a exploração. Nos projetos já implantados, a produtividade média de arroz é de 5 toneladas por ha, a do feijão é de 2,5 t/ha e a de milho 5 t/ha, enquanto a média nacional é de 1,2 t/ha para o arroz, 0,8 t/ha para o feijão e 1,5 t/ha para o milho. Prossegue o estudo: se o PROVÁRZEAS fosse dirigido exclusivamente para a produção de alimentos e acelerada sua implantação, poder-se-ia alcançar grande parte do volume necessário de alimentos a erradicar o déficit nutricional. Para tanto, bastaria destinar 50% da área total prevista para o cultivo de arroz, 30% para feijão e 20% para o milho. Com isto, em uma única safra, teríamos 3,05 milhões de toneladas de arroz, 925 mil toneladas de feijão e 1,22 milhão de toneladas de milho. Tal esquema ainda permitiria num mesmo ano agrícola, produzir uma forrageira (por exemplo, aveia) em quantidade suficiente para alimentar um rebanho leiteiro por toda a entressafra, aumentando a produção de leite em 30%. Além do que, criar-se-ia 549 mil empregos diretos. Esta é uma boa proposta de governo e sua origem são estudos de técnicos do próprio governo federal.

Podemos ainda adiantar que, se existe fome no Brasil, é por incompetência das classes dirigentes brasileiras. A verdade é que não estamos administrando bem nossos recursos humanos e econômicos. A proposta referida acima diz respeito a uma área de apenas 3 milhões de ha situada em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, que corresponde a uma fração da área irrigável de todo o país.

Segundo o Ministério da Agricultura, o Brasil possui um estoque de terras agricultáveis de 450 milhões de ha, de uma área total aproximada de 850 milhões de ha. Alguns sustentam que uma parcela maior do território brasileiro é seja agricultável. O Brasil tem incorporados à produção 150 milhões de ha, dos quais aproximadamente 45 milhões são destinados à agricultura e 105 milhões se destinam à pecuária. Segundo uma estimativa conservadora do Ministério da Agricultura ainda temos um estoque de 30 milhões de ha a serem incorporados ao processo produtivo, em condições diversificadas de clima e a requerer tecnologias diversificadas de exploração. Se as estimativas dos técnicos do governo consideram que a exploração racional de 1,22 milhão de ha pode produzir mais de 500 mil empregos diretos, a agricultura nacional pode fornecer empregos diretos a toda a população brasileira rural subaproveitada, o que revitalizaria os setores urbanos de nossa economia.

Por todos esses fatos podemos afirmar sem medo de errar que a agricultura brasileira é a saída para nossa crise econômica. Através da agricultura poderemos redirecionar o processo de urbanização brasileira, que tem ocorrido de forma caótica. Poderemos distribuir as cidades brasileiras de forma mais equilibrada em nosso espaço geográfico, evitando a formação irracional de megalópoles como o Rio de Janeiro ou São Paulo. Não devemos nos esquecer que é a má organização da exploração agrícola que gerou tais monstros urbanos que urbanistas da ONU julgam impossíveis de serem administrados de forma adequada. Tais técnicos consideram

como limite tolerável de grande cidade aquela que tenha 750 mil habitantes com serviços para um milhão de pessoas. Uma vez, Joelmir Beting afirmou que apenas Estocolmo se enquadra nestes parâmetros.

Além disso, não nos devemos esquecer que as maiores concentrações de pobreza no país não é mais a zona rural do Nordeste, mas sim as periferias das grandes metrópoles do Centro-Sul.

O melhor exemplo de colonização e estrutura fundiária nos países capitalistas é o dos Estados Unidos da América. Em 1960, o tamanho médio da fazenda americana era de 118 ha. Em 1984 o tamanho médio da exploração agrícola americana é de 165 ha. Para termos uma noção comparativa de tais valores, no Brasil em 1975 os latifúndios com mais de 1000 ha ocupavam 43% da área do País incorporada à produção. Tais propriedades contribuíram com apenas 14% do valor da produção. Os pequenos e médios estabelecimentos com menos de 100 ha, apesar de ocuparem apenas 21% da área em produção, formaram 53% do valor da produção agropecuária. As unidades de exploração entre 100 e 1000 ha contribuíram com o restante de nossa produção agro-pastoril, isto é, 26%. Observamos, portanto, que também no Brasil o latifúndio se correlaciona com baixa produtividade rural.

Já existem estudos extensos comparando os modelos de colonização dos Estados Unidos e do Brasil, e apontam com acuidade as razões do desenvolvimento mais rápido da nação americana. Uma das causas do maior avanço americano foi terem os dirigentes dos Estados Unidos conseguido estabelecer uma estrutura fundiária mais equilibrada e racional. Um bom exemplo da legislação americana foi a lei promulgada por Abraham Lincoln em 20 de maio de 1862, há mais de 120 anos. Esta lei é conhecida como "Homestead Act". Tal lei baseou-se na presunção de que o domínio público era patrimônio de todo o povo. E que um chefe de família sendo proprietário de uma casa ou fazenda, tal bem não poderia ser arrestado por dívidas. A lei promulgada por Lincoln previa que qualquer cidadão ou estrangeiro que desejasse a cidadania, se maior de 21 anos ou chefe de família, ou se veterano por pelo menos 14 dias em uma guerra a serviço das forças armadas americanas, ou se nunca tiver lutado contra os Estados Unidos em uma guerra, tal indivíduo poderia reclamar a posse e o domínio de 65 ha de terra, desde que a cultivasse por 5 anos. Tal propriedade não poderia ser reclamada por credor em pagamento de dívida previamente contraída.

Um dos objetivos da lei promulgada por Lincoln era suavizar as pressões por empregos nas grandes cidades americanas de então. Mesmo naquela época já se via que é muito difícil fazer reverter o processo de urbanização. Só um estado totalitário dispõe de meios para deslocar grandes populações dentro de seu espaço geográfico. De qualquer forma, o "Homestead Act" não teve êxito quanto a este objetivo. Considera-se, contudo, que o mercado de terras americano ganhou estabilidade em virtude de tal instituto jurídico. Tal garantia para os agricultores americanos coibiu de forma razoavelmente eficaz a ação de especuladores, que não viam os imóveis rurais como bem de produção e sim como reserva de valor.

A Reforma Agrária não é uma invenção marxista, como às vezes algum ignorante apressado pode ser levado a crer. A Reforma Agrária é, no Brasil, uma condição indispensável para o pleno desenvolvimento de nosso potencial agropecuário e única forma de darmos segurança e garantirmos a sobrevivência da economia de livre empresa em nosso país. A Reforma Agrária no Brasil é um imperativo, se é que desejamos continuar no sistema ocidental de produção a longo prazo.

Em vista dos fatos acima expostos estou encaminhando, Sr. Presidente e Srs. Senadores, projetos de lei que têm por objetivos:

I — congelamento das terras devolutas da União para que em tais terras sejam assentados colonos aptos à produção agropecuária;

II — disciplinar os mecanismos oficiais de crédito para beneficiar os empresários rurais dispostos a produzirem a percentagem julgada necessária aos produtos de consumo popular;

III — estimular os empresários rurais com propriedades parcialmente ociosas, ociosas ou com área superior a 200 ha, através de estímulos fiscais e creditícios a arrendarem glebas de terras a pequenos agricultores por prazo nunca inferior a 5 (cinco) anos;

IV — estimular com mecanismos fiscais e creditícios a organização de cooperativas de consumo, produção e comercialização por parte dos pequenos agricultores, como forma de promover o exercício da mais evoluída agricultura capitalista;

V — estimular através de estímulos creditícios e fiscais o zoneamento agrícola do País para proteger as culturas necessárias ao abastecimento interno bem como o equilíbrio ecológico de nossos recursos naturais.

É claro que muitas das medidas acima expostas já foram tentadas em outras ocasiões. Os governos que as tentaram falharam por não conseguirem engajar adequadamente o empresariado, as populações a serem beneficiadas e os diversos setores da sociedade brasileira. Também eu sou empresário agropastoril. Tenho certeza de que todos os empresários do setor agrícola responderão de forma afirmativa a um apelo do governo se entenderem que se não colaborarmos para o desenvolvimento do País nossa pátria conhecerá um ciclo de violências e desordens civis como nunca houve em nossa história. E tampouco poderemos preservar nossos tão decantados valores ocidentais e cristãos.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Ontem, desta tribuna, pronuncieme sobre a entrevista concedida pelo Sr. Fúlvio Abramo ao jornalista José Arbex Júnior do jornal Folha de S. Paulo, em sua edição de sete do corrente, na qual afirmava que, juntamente com Sua Senhoria, participara eu, em 1946, da "luta pela construção de um Partido Socialista".

Contestei tal afirmativa, que carecia de veracidade.

Após meu pronunciamento, Sr. Presidente, recebi telegrama do Sr. Fúlvio Abramo sobre o assunto, nos seguintes termos, que aqui transcrevo:

"Lamentavelmente entrevistador trocou nome Cid Franco jornalista radialista Deputado PSB já falecido pelo tão ilustre Senador, Providenciarei retificação. Fúlvio Abramo".

Com esta correção, que restabelece a verdade, creio encerrado o episódio.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Por ocasião da memorável 37ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, em setembro de 1982, o Presidente João Baptista Figueiredo delineou com realismo e energia, o sombrio panorama mundial, e expôs as diretrizes da política exterior brasileira no concernente ao intercâmbio

político, econômico e social, às relações multilaterais, e ao relacionamento em geral, com todas as Nações.

Desde então o Governo Federal, por intermédio do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, coerente com a orientação trazida pelo Chefe da Nação, tem reafirmado, tanto nos fóruns e conclave internacionais, como nas entrevistas decorrentes dos encontros pessoais mantidos pelo Presidente João Baptista Figueiredo com outros Chefes de Estado, em suas viagens aos mais diversos países, os mesmos conceitos, a fidelidade, e a invariável posição do Brasil quanto aos princípios norteadores de sua política Externa.

Recentemente, no dia 1º de outubro do corrente, em New York, o Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, — precisamente dois anos depois de sua primeira palestra perante a Câmara de Comércio Brasil — Estados Unidos, voltou a se manifestar sobre os condicionamentos que caracterizam a economia mundial, e seus impactos sobre o nosso País, — ou seja, crescente interdependência, alto nível de instabilidade nas taxas de juros e de câmbio, importância expandida do comércio internacional para o crescimento global, e o surgimento de vinculações muito diretas entre a diplomacia e o mundo dos negócios.

Vivendo em paz com todos os seus vizinhos da América Latina, e com todas as Nações que respeitam as bases da convivência internacional, o Brasil sempre optou, ao longo de toda a sua evolução histórica, pelos caminhos do respeito mútuo, da não-interferência, da busca da convivência harmônica e profícua, acima de controvérsias ou divergências tópicas.

O desempenho do Brasil no cenário internacional se tem caracterizado pelo absoluto respeito à autodeterminação dos povos, à paz, à boa convivência e ao desenvolvimento solidário; isto, todavia, não significa que o Brasil deva permanecer omisso e imobilizado, principalmente nas graves situações de crise, impasse e dilemas que têm assligido as Nações; como comunidades políticas, num contexto em que se entrecocam conflitos ideológicos, e interesses econômicos divergentes, de tal forma que os esforços dos países do Terceiro Mundo se têm revelado infrutíferos no sentido de modificar — em instituições como o FMI, o Banco Mundial e o Gatt, entre outras, — quadros normativos, estruturas de decisão e regras operacionais discriminatórias.

O histórico discurso do Presidente João Baptista Figueiredo em New York a 27 de setembro de 1982, durante a 37ª Assembleia Geral da ONU foi, efetivamente, um impacto pela energia e realismo dos seus postulados, quando acentuou ser indispensável que os países desenvolvidos se disponham a tomar iniciativas concretas com os seguintes objetivos:

"liberalizar o comércio;
expandir os fluxos financeiros internacionais;
adotar uma nova política de juros e iniciar com urgência o trabalho de revisão do sistema monetário internacional."

Acentuou, ainda, o Presidente João Baptista Figueiredo, a importância dos seguintes desafios antepostos à capacidade de atuação da comunidade internacional:

"solução, por via de negociação, das tensões e disputas que envenenam o panorama internacional, tanto no plano Leste-Oeste quanto em áreas do Terceiro Mundo;

valorização do diálogo e da conciliação, e fortalecimento das instituições internacionais, a começar pela própria Organização das Nações Unidas;

efetiva retomada do Diálogo Norte-Sul, compreendendo o lançamento das negociações globais, como demonstração da disposição de todos de responder aos anseios da imensa maioria das Nações;

ação concreta e imediata, sem prejuízo para a retomada desse diálogo, sobre as mais prementes

questões econômicas que ameaçam a comunidade internacional a curto prazo."

Ao se dirigir à Câmara de Comércio Brasil—Estados Unidos no dia 1º de outubro passado, o Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro deu, por assim dizer, prosseguimento aos conceitos emitidos pelo Presidente João Baptista Figueiredo, complementando-os com uma avaliação criteriosa dos assuntos que desde então se agravaram, como, entre outros, os problemas relativos à dívida externa e ao protecionismo.

A coerência e a seriedade das posições assumidas pelo Brasil no cenário mundial foram, mais uma vez, exuberantemente demonstradas.

Raras vezes teriam acoado, no âmbito dos periódicos clavados da Câmara de Comércio Brasil—Estados Unidos, pronunciamentos mais sensatos, equilibrados e despojados da retórica convencional da diplomacia engajada, do que o proferido pelo Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro.

São estes os motivos pelos quais solicito a incorporação desse discurso ao texto destas considerações, felicitando ao mesmo tempo, o nosso eminente Ministro de Estado das Relações Exteriores pelo senso de oportunidade e excepcional competência do seu desempenho perante a Câmara de Comércio Brasil—Estados Unidos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

PALESTRA PRONUNCIADA PELO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIAXADOR RAMIRO SARAIVA GUERREIRO, NA CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL—EUA.

Nova Iorque, 1 de outubro de 1984.

Senhoras e Senhores:

Há dois anos tive, pela primeira vez, o prazer de me dirigir à Câmara de Comércio Brasil—Estados Unidos. Encontrávamo-nos, em 1 de outubro de 1982, em meio a grave recessão e enfrentávamos o risco de uma crise financeira que poderia ter tido consequências devastadoras tanto para o Brasil quanto para os Estados Unidos.

Hoje nos podemos felicitar por alguns fatos positivos, como a recuperação da economia norte-americana, a tendência declinante da inflação no mundo desenvolvido e o reaquecimento do comércio internacional. No que diz respeito ao Brasil, muito nos orgulhamos dos resultados obtidos com um processo de ajustamento que não hesita em qualificar de verdadeiramente dramático. Graças a esforços a um tempo penosos e persistentes, conseguimos reduzir drasticamente nosso déficit organizatório, limitar as importações e expandir as exportações, o que levou nossa balança comercial a apresentar, em 1983, um superávit de 6 bilhões de dólares e que deverá seguramente gerar, ao final de 1984, superávit muito superior ao objetivo inicial, que era da ordem de 9,1 bilhões de dólares.

Os esforços empreendidos pelo Brasil foram importantes — talvez mesmo decisivos — para evitarem ter sido superados. Se, entretanto, foi contornada uma crise financeira — com todas as sérias consequências que teria para os Estados Unidos — persiste a crise do endividamento, que tem provocado efeitos tão danosos para o Brasil. O que pode parecer mera questão de pagamentos para os credores é, na verdade, para meu País, uma questão de desenvolvimento.

Quando me dirigi à Câmara de Comércio em 1982, assinei que os novos condicionamentos que caracterizam a economia mundial — crescente interdependência, alto nível de instabilidade nas taxas de juros e de câmbio, importância expandida do comércio internacional para o crescimento económico global — haviam enfatizado, em toda sua força, o surgimento de vinculações muito diretas entre a diplomacia e o mundo dos negócios.

tas entre os universos em que atuam os diplomatas e os homens de negócios.

Esses condicionamentos continuam a prevalecer, e me sinto por isso muito à vontade para sublinhar mais uma vez a essência da mensagem que lhes dirigi há dois anos:

— que não há contradição entre livre comércio, mercado livre, e a cooperação entre Governos para melhorar o sistema econômico internacional;

— que os países em desenvolvimento que se integraram tão rapidamente à economia mundial não podem ser repelidos mediante medidas restritivas a seu acesso aos mercados financeiro e comercial; e

— que é fundamental que nos países desenvolvidos mais poderosos, especialmente nos Estados Unidos, o setor privado desempenhe papel cada vez mais ativo não apenas para resistir a atitudes negativas, como as que se concretizaram no recurso a medidas protecionistas, mas também para encorajar maior compreensão da necessidade de adoção de políticas mais flexíveis em favor dos países em desenvolvimento, especialmente aqueles mais atingidos, hoje em dia, pelo problema do endividamento.

O problema da dívida e, em menor grau, o do protecionismo constituem os temas que desejaria aflorar na oportunidade que hoje me é proporcionada pela Câmara de Comércio. Deles irei tratar com aquela dose especial de franqueza amigável que é característica constante do diálogo entre brasileiros e americanos.

A crise que até recentemente dominou a economia mundial provocou enormes dificuldades para o Brasil. Depois de haver, por longo período, enfrentado com êxito o desafio do desenvolvimento e de haver alcançado taxas médias de crescimento que, durante décadas, se mantiveram em torno de 7% ao ano e que, em algumas ocasiões, superaram 10% ao ano, o Brasil se viu, de repente, diante da paralização de seu processo de crescimento: e sem que isto se desse a limitações inerentes à economia brasileira, mas sobretudo como resultado de uma inusitada e perversa combinação de fatores externos adversos, que iam desde os altos preços do petróleo à recessão e à inflação no mundo desenvolvido, às elevadas taxas de juros e ao protecionismo desenfreado.

Releva, nesse contexto, chamar a atenção para a questão das altas taxas de juros, por tratar-se de aspecto que dramatiza singularmente o problema do endividamento. A política econômica dos Estados Unidos da América provoca repercussões internacionais que não podem ser ignoradas. A persistência do quadro que hoje se apresenta, com enormes e crescentes déficits orçamentários neste país, combinada com uma benéfica complacência em relação aos problemas dos países devedores, reflete atitude perigosa, que pode provocar situações indesejáveis tanto para credores, quanto para devedores.

No que toca ao Brasil, constituiria dolorosa simplificação qualificar como meramente indesejável a situação em que nos encontramos durante os últimos anos. País em desenvolvimento de dimensões continentais, com população numerosa, jovem e crescente, o Brasil não pode simplesmente conviver, durante anos seguidos, com um crescimento *per capita* negativo.

No contexto de uma severa frustração de expectativas, a sociedade brasileira tem empreendido esforço extraordinário de reajustamento, que tem sido particularmente doloroso porque — em um país em desenvolvimento como o Brasil — medidas de austeridade não se traduzem apenas na redução do dispêndio e do consumo a níveis ainda aceitáveis, mas, às vezes, afetam as próprias condições de sobrevivência dos segmentos menos favorecidos da população. Conseguimos alguns resultados muito positivos que são de todos conhecidos — não só quanto ao superávit comercial, mas também em termos de acumulação de reservas, de sinais de redução dos níveis de desemprego e de uma retomada ainda incipiente do crescimento industrial, largamente induzida pela demanda externa (algo em que a recuperação nos Estados Unidos foi importante). Encontramo-nos, porém,

ainda muito abaixo dos níveis de produção e emprego que havíamos atingido em um passado não muito distante. E é altamente improvável que chegemos a alcançar uma recuperação significativa, enquanto estivermos obrigados a enfrentar um peso excessivo no serviço de nossa dívida, na magnitude dos 12 bilhões de dólares de juros que estamos pagando em 1984 (e que representam quase 50% de nossas receitas de exportação), enquanto as taxas de juros nos mercados internacionais permanecem em patamares tão elevados, e enquanto um grau tão perturbador de incertezas e instabilidade continuar a dominar a economia mundial, já confrontada com a perspectiva de uma desaceleração no ritmo da atividade econômica nos Estados Unidos por volta do final do ano em curso e em 1985.

Não vejam em minhas palavras qualquer negação de nossos compromissos e obrigações, nem tampouco uma visão simplista e maniqueista do problema da dívida, como se fosse resultado de algo como uma conspiração montada pelos bancos e por aquele pobre e vilipendiado personagem, o FMI.

Desejo, contudo, dizer-lhes sem rodeios que a dívida — ou melhor o fardo que dela resulta como consequência dos atuais condicionantes da economia internacional — representa um obstáculo significativo no caminho de uma forte e prolongada recuperação econômica no Brasil. É de certo modo paradoxal que um país extraordinariamente rico e poderoso como os Estados Unidos se esteja recuperando sem ajustar sua economia, enquanto um país em desenvolvimento como o Brasil está sendo obrigado pelas circunstâncias a empreender esforço de ajustamento particularmente drástico, ao mesmo tempo em que enfrenta dificuldades e incertezas crescentes, decorrentes, em grande parte, da evidente falta de medidas de ajustamento por parte de seus principais credores.

O que lhes desejo dizer, em outras palavras, é que, como é de esperar, a sociedade brasileira, se aceita a necessidade de medidas de austeridade, rejeita firmemente a perspectiva de uma recessão continuada; que se felicita da recuperação em alguns dos principais parceiros do Brasil, mas não pode concordar com uma situação de assimetria e desequilíbrio na repartição das responsabilidades do processo de ajustamento da economia mundial; que está comprometida com o cumprimento das obrigações contraídas pelo País, mas não pode deixar de considerar o fardo da dívida como excessivo e injusto; e que reconhece a validade de um processo de renegociação caso-a-caso os bancos, mas anseia por ver encetado um diálogo político direto entre os Governos de países devedores e de países credores quanto aos aspectos mais genéricos e mais abrangentes da problemática da dívida.

Tudo o que disse destina-se a assinalar um ponto básico: o de que, por mais que tenhamos tido êxito em superar os riscos imediatos de uma crise financeira, a crise do endividamento subsiste. Esta crise não pode ser considerada fenômeno de curta duração, nem caracterizada de maneira simplista como o resultado de uma suposta má administração de suas economias pelos países devedores. É do interesse de todas as partes envolvidas, inclusive a comunidade financeira privada, que os Governos começem a examinar em conjunto os aspectos globais da questão e os melhores rumos para resolvê-la.

O Brasil, junto com dez outras nações latino-americanas, declarou, em reuniões realizadas em Cartagena, Colômbia, em junho último, e Mar del Plata, Argentina, poucas semanas atrás, ser indispensável um diálogo direto entre os Governos de países devedores e credores. O Presidente Figueiredo tem realizado esforço com vistas a tal diálogo desde sua vinda a Nova York para a Sessão da Assembleia Geral da ONU em 1982, e recentemente reiterou seu chamamento a semelhante exercício em entrevista que deu à imprensa brasileira dias atrás.

Nas reuniões do Fundo Monetário e do Banco Mundial recém encerradas deu-se um passo na direção certa

quando se concordou em discutir a questão da dívida nas reuniões que o Comitê Interino do FMI e o Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial realizarão em abril de 1985. O Governo brasileiro aprecia o gesto feito pelo Governo norte-americano como espécie de resposta a Cartagena e Mar del Plata, e anseia pelo momento em que os novos progressos possam ser feitos com vistas ao diálogo direto entre Governos sobre problema, como o da dívida, que traz à baila numerosas questões de fundamental importância, e cujo escopo é mais amplo do que aquele com base no qual atuam os organismos financeiros especializados.

Permitam-me um comentário final sobre a questão da dívida. Como creio já ter sido sobejamente demonstrado tanto por nossas palavras como por nossas ações, os países latino-americanos não pretendemos de maneira alguma entrar em confrontação com nossos credores; nunca contemplamos, nem jamais o faremos, atuar como um cartel de devedores, coisa que é indesejável e inconveniente, ademais de inviável; não contemplamos, nem jamais o faremos, renegociações conjuntas de nossas dívidas, por isto também é indesejável e impossível; ademais, temos sempre feito clara distinção entre os por assim dizer processos "concretos" de renegociação (os quais são necessariamente objeto de entendimento caso-a-caso entre cada país e seus respectivos credores) e, de outra parte, a discussão entre Governos sobre os aspectos mais amplos, da questão do endividamento naquilo em que afetam a todas as partes interessadas.

Isto o que tinha a dizer sobre a dívida. Lamento ter-me estendido tão longamente sobre o assunto, mas considero importante este contato para reiterar perante os Senhores a mensagem que a América Latina tem procurado fazer chegar ao Governo dos Estados Unidos da América, à Comunidade de negócios e aos banqueiros norte-americanos e à própria opinião pública deste país.

Permitam-me agora alguns comentários sobre o protecionismo e o relacionamento comercial Brasil-Estados Unidos da América.

Pode parecer paradoxal suscitar a questão do protecionismo no mundo desenvolvido, e nos Estados Unidos em particular, precisamente quando o Brasil vem aumentando significativamente suas vendas em tais mercados. O fato, entretanto, é que não se pode menosprezar a importância do tema, pois se manifestam neste momento fortes pressões protecionistas que não dão sinais de diminuição no futuro previsível. Paradoxo mais significativo, sim, é que se estejam intensificando as pressões protecionistas nos Estados Unidos da América mesmo num quadro de reativação da economia norte-americana. Isto mostra o quanto enraizadas são tais pressões, e como serão numerosos e duradouros os problemas por elas causados. Um número considerável de projetos de natureza protecionista se encontra em tramitação no legislativo norte-americano, e medidas protecionistas afetam produtos brasileiros que apresentam vantagens comparativas e poderiam alcançar penetração maior no mercado norte-americano, com óbvias vantagens para o consumidor local. A irracionalidade dos mecanismos protecionistas se torna mais evidente quando países como o Brasil se vêm às voltas com pesados compromissos financeiros. O vínculo entre comércio e finanças não deve ser reconhecido apenas no plano intelectual: trata-se de algo a ser traduzido em ações concretas destinadas a permitir que países como o Brasil possam superar seus problemas de endividamento com base em seus próprios esforços no intercâmbio internacional. Está claro que não faz sentido pensar em termos de resultados imediatos, mas nem por isso deixa de ser necessário um esforço permanente de setores empresariais e de Governo para combater de modo sistemático os obstáculos e limitações à expansão das relações comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos da América.

Gostaria, finalmente, de dizer algumas palavras a respeito de certas postulações que tenho ouvido da parte de

empresários e funcionários do Governo norte-americano com referência a aspectos da política comercial brasileira.

Desejo sublinhar conceito que considero essencial para uma boa compreensão das posições que o Governo brasileiro tem tomado. Trata-se da questão da reciprocidade. Em negociações econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos da América, não é possível raciocinar em termos de uma suposta simetria exata entre o poder de barganha de um e outro país. Nossas economias encontram-se em estágios diferentes de desenvolvimento, têm potencialidades distintas e diferem amplamente em poderio e competitividade. Algumas das medidas a que recorremos no Brasil podem não ser do agrado de uma ou outra empresa desejosa de entrar no mercado brasileiro em setores aos quais pretende meu País dar proteção temporária para o desenvolvimento de uma capacidade produtiva própria. Este é o tipo de situação que requer compreensão para a legitimidade dos esforços de atingir um nível básico de desenvolvimento autônomo em áreas de maior sofisticação tecnológica. O Brasil é País em desenvolvimento, o que significa que, no plano econômico, ainda se encontra, por assim dizer, em fase de construção. Muitas das decisões e políticas que agora implementamos terão influência sobre o que seremos no futuro, e isto quer dizer que em alguns casos não podemos deixar de ser movidos por considerações políticas.

De outro lado, nosso esforço de exportação às vezes nos fez recorrer a incentivos que não deveriam ser necessários no caso de países desenvolvidos. Múltiplas formas de subsídios, por vezes disfarçados, são aplicadas em numerosos países, e é necessário julgá-las sempre com referência às diferentes circunstâncias de cada um. Há que ver, ademais, que os recursos para incentivo à exportação de que dispomos são irrisórios em comparação com aqueles de que dispõe o exportador desenvolvido. No Brasil estamos realizando intenso trabalho de redução de incentivos à exportação, já havendo eliminado os que existiam na área agrícola e tendo agora reduzido ao mínimo, de acordo com recentes decisões governamentais, aqueles aplicados a produtos manufaturados. Desejamos dar seguimento a essa redução, e nesse sentido esperamos ver realizar-se esforço paralelo de nossos principais parceiros comerciais, tanto pela adoção de medidas semelhantes quanto pela abstenção da aplicação de direitos compensatórios e outras medidas protecionistas contra produtos brasileiros.

Devo assinalar que o Brasil adota atitude liberal no campo do comércio internacional, e que é disposição do Governo e da sociedade dar expressão concreta a nossa vocação para o contacto e o intercâmbio com outras nações. Chamo a atenção dos Senhores, nesse sentido, para as medidas de liberalização das exportações recentemente aplicadas a milhares de produtos através da redução de tarifas e simplificação de procedimentos administrativos.

Senhores,

Os dois assuntos de que lhes falei, a dívida e o protecionismo, dizem respeito em muitos de seus aspectos, ao relacionamento entre os Governos de nossos dois países. Mas as comunidades empresariais do Brasil e dos Estados Unidos da América desempenham papel importante na definição do relacionamento bilateral. Na atual situação as questões da dívida e do protecionismo são de importância decisiva para o Brasil: não apenas para o seu Governo e seus homens de negócios, mas para o seu povo em geral, na medida em que o encontro de soluções para aqueles problemas constitui pré-condição para a criação de contexto externo mais favorável à retomada de um ritmo adequado de crescimento pelo Brasil. Esta é uma questão também de interesse para os Senhores, e também por isso estou convicto de que a intensificação de nosso diálogo trará resultados positivos para nossos dois países.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária da próxima segunda-feira, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

(Em regime de urgência — art. 371, c, do Regimento Interno)

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 139, de 1984, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que revoga o Decreto-lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977 (Lei das Sublegendas), tendo

PARECER ORAL, favorável, proferido em Plenário, da Comissão:

— de Constituição e Justiça.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1981 (nº 1.529/79, na Casa de origem), que dispõe sobre a aposentadoria, com proventos integrais, dos ex-combatentes segurados da Previdência Social, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 354 e 355, de 1981, das Comissões:

— de Legislação Social; e
— de Finanças.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1981 (nº 587/79, na Casa de origem), que vedava aos veículos de comunicação de massa (rádio, televisão, cinema, jornais, revistas, cartazes, anúncios ou qualquer outro tipo de publicação) aceitar a autorização ou a veiculação de anúncios e de comerciais que não sejam negociados, produzidos, criados, filmados, gravados, copiados — imagem e som — por profissionais e empresas brasileiras, tendo

PARECERES, sob nºs 186 e 187, de 1983, das Comissões:

— de Economia, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana, José Lins e Lenoir Vargas; e
— de Finanças, favorável.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1977 (nº 227/75, na Casa de origem), que dispõe sobre condições a observar na renovação de contratos de atletas profissionais, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.360 e 1.361, de 1981, das Comissões:

— de Legislação Social; e
— de Educação e Cultura.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1979 (nº 4.257/77, na Casa de origem), que autoriza a alienação de imóveis residenciais da Rede Ferroviária Federal a seus ocupantes, tendo

PARECERES, sob nºs 335 e 336, de 1980 e 637, de 1981, das Comissões:

— de Transportes, Comunicação e Obras Públicas, 1º pronunciamento: contrário; 2º pronunciamento: favorável ao Projeto e à Emenda de Plenário;

— de Finanças, 1º pronunciamento: favorável; 2º pronunciamento: favorável à Emenda de Plenário; e

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto e da Emenda de Plenário.

6

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1984 (nº 2.867/76, na Casa de origem), que introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para o fim de assegurar estabilidade provisória à mulher trabalhadora que contrairá núpcias, tendo

PARECERES, sob nºs 299 e 300, de 1984, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de Legislação Social, contrário.

7

Votação, em turno único, do Requerimento nº 242, de 1984, dos Senadores Nelson Carneiro e Humberto Luceira, solicitando, nos termos do art. 371, c, do Regimento Interno, urgência para o Requerimento nº 160, de 1984, de autoria do Senador Nelson Carneiro, sobre a criação de uma comissão especial mista, composta de 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, realizar estudos sobre a fabricação, comercialização e utilização de agrotóxicos no País.

8

Votação, em turno único (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1979 (nº 1.511/75, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, alterada pela Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, tendo

PARECERES, sob nºs 692 e 693, de 1982, das Comissões:

— de Legislação Social, favorável, nos termos de Substitutivo que apresenta; e

— de Constituição e Justiça, pela injuridicidade do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Legislação Social, com voto vencido, em separado, do Senador Franco Montoro.

9

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1980, de autoria do Senador Itamar Franco, que estabelece abatimento nos preços de derivados do petróleo e do álcool, quando destinados ao consumo próprio de motoristas profissionais autônomos, tendo

PARECER, sob nº 533, de 1984, da Comissão

— de Redação, oferecendo a redação do vencido.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 240/84, do Senador Virgílio Távora, solicitando seja o projeto submetido a votos, nos termos do art. 315 do Regimento Interno.)

10

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 41, de 1982, de autoria da Senadora Laélia de Alcântara, que acrescenta artigo ao Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, que institui a Loteria Esportiva Federal, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 23 e 25, de 1984, das Comissões:

— de Constituição e Justiça — 1º pronunciamento: contrário; 2º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade do Substitutivo da Comissão de Finanças; e

— de Finanças, favorável, nos termos de substitutivo que oferece.

11

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 588, de 1984), do Projeto de Lei do Senado nº 213, de 1983, de

autoria do Senador Lourival Baptista, que institui o "Dia Nacional do Voluntariado".

12

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 590, de 1984, de 1984), do Projeto de Resolução nº 39, de 1984, que autoriza a Prefeitura Municipal de Aragarças, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 22.299.000,00 (vinte e dois milhões, duzentos e noventa e nove mil cruzeiros).

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 25 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. HUMBERTO LUCENA NA SESSÃO DE 10-10-84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Os jornais de ontem publicaram a nomeação do Sr. Aloísio Teixeira Garcia, em substituição ao Embaixador Otávio Rajinho, na Presidência do Instituto Brasileiro do Café.

O ato de substituição do Presidente de um órgão do Governo deveria ser de rotina, quando atendesse aos interesses da coletividade. No caso presente, trata-se de um ato político que visa a atender aos interesses do candidato oficial do partido do Governo.

Seria tolerável, se fosse apenas isso. Acontece, porém, que o Presidente da República nomeou o Sr. Aloísio Garcia, ex-Presidente da COBAL, que até ontem exercia o cargo de chefe de Gabinete do Ministro Murilo Badaró.

Sr. Presidente, Srs. Senadores,

O Sr. Aloísio Garcia, no presente momento, figura como indicado em Inquérito Administrativo instaurado pela Fundação de Assistência ao Estudante, por determinação da Srª Ministra da Educação, acusado da prática do crime de corrupção passiva, capitulado no art. 317 do Código Penal.

A acusação ao Sr. Aloísio Garcia foi formalizada, perante a Comissão de Inquérito do MEC, pelo depoimento do Cel. João Manoel Simch Brochado (Superintendente Administrativo da Fundação de Assistência ao Estudante), que denunciou a intermediação fraudulenta da COBAL, no processo de aquisição de alimentos para a merenda escolar.

Disse, textualmente, o Cel. Brochado, em seu depoimento:

"Em dezembro de 1983 fui convidado para jantar com o casal Pozzi e ouvi a acusação a Aloísio Garcia de exigir da PROVISA, dez por cento de comissão para fazer pagamentos decorrentes de compromissos do processo FAE/COBAL. Todo o processo de corrupção que, paulatinamente, fui sentindo dentro da FAE me levaram a imaginar a existência de um grande Triângulo de ação, com dois vértices identificados: FAE/COBAL."

Sr. Presidente, Srs. Senadores,

Terminada a fase de inquisição de testemunhas, a Comissão de Inquérito indiciou o Sr. Aloísio Garcia, nos seguintes termos:

"Quanto ao ex-Presidente da COBAL — Aloísio Teixeira Garcia, que houve acusação de exigir comissão para resgatar dívida para com empresas fornecedoras de gêneros para a programação do PNAE — vou repetir, Senhor Presidente, Senhores Senadores: "Quanto ao ex-Presidente da COBAL - Aloísio Teixeira Garcia, que houve acusação de exigir comissão para resgatar dívida para com empresas fornecedoras de gêneros para a pro-

gramação do PNAE, conforme documento de fls. 102, com alusões às fls. 27, bem como confirmação sem maiores comprometimentos, às fls. 133/137 e 153, por parte de alguns funcionários da COBAL".

O inquérito não foi ainda concluído e, por isso mesmo, continua pendente a acusação de corrupção passiva do Sr. Aloísio Garcia.

Como advogado que sou, sei que não há condenação formal contra o Sr. Aloísio Garcia. Mas sei, também, que enquanto não for provada a sua inocência pesa sobre ele a acusação da prática de corrupção.

Por isso mesmo, Senhor Presidente, considero de extrema irresponsabilidade do Governo nomear o Sr. Aloísio Garcia para a Presidência do IBC que movimenta somas astronômicas, anualmente.

Exijo, pois, em nome do PMDB, que o Governo, através de seus Líderes, nesta Casa, explique à Nação, já estarricida com tantos escândalos, impunes mais este ato, de profunda temeridade.

O Sr. José Lins — Permite V. Exº um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Com prazer.

O Sr. José Lins — Acho, nobre Senador e Líder Humberto Lucena, que V. Exº comete uma injustiça. V. Exº acha que uma vez feita a acusação...

O SR. HUMBERTO LUCENA — Indiciamento!

O Sr. José Lins — ...ou indiciamento, quem tem que provar que é inocente é o acusado. Portanto, V. Exº deixa qualquer um à mercê dos acusadores. Tenho absoluta certeza, conhecendo pessoalmente, como conheço, o Dr. Aloísio Garcia e, sobretudo, conhecendo o Ministro Murilo Badaró, de que S. Exº terá examinado exaustivamente essas questões e pautado a indicação do Dr. Aloísio Garcia dentro da mais legítima condição de consciência, de reconhecimento da capacidade daquele técnico e, sobretudo, com o cuidado de analisar a probidade de um homem que, se acusado, contra ele nada se provou.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Tenho por V. Exº o maior apreço. V. Exº me conhece e sabe que nunca ocupei a tribuna do Senado, ou antes, da Câmara dos Deputados, para fazer acusações gratuitas a quem quer que seja.

O Sr. José Lins — Sou testemunha disso!

O SR. HUMBERTO LUCENA — ... quanto mais quando elas desonram, como no caso presente, uma personalidade da vida pública brasileira. Mas tenho para mim que se alguém, como no caso o Sr. Aloísio Garcia, está sob suspeita, indiciado em inquérito administrativo, aberto por ordem da Srª Ministra da Educação, enquanto não for totalmente absolvido, do ponto de vista ético, não teria condições de ser nomeado para um cargo da importância da Presidência do Instituto Brasileiro do Café. Esta é a tese que defendo, neste momento, salvo melhor juízo.

O Sr. José Lins — O que digo a V. Exº é que a confiança que deposito no Senador, hoje Ministro Murilo Badaró, vai a ponto de ter certeza que S. Exº analisou esse problema, e que, como diz V. Exº, se o inquérito está terminado, dispõe S. Exº o Ministro Murilo Badaró, de meios de verificar a probidade do indicado e do novo Presidente do IBC.

O Sr. Fábio Lucena — Permite V. Exº um aparte, nobre Líder?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Pois não.

O Sr. Fábio Lucena — Nobre Senador Humberto Lucena, é bem verdade que o princípio geral de Direito, decorrente da Carta das Nações Unidas é de que toda pessoa é presumivelmente inocente, desde que seja julgada

culpada por um tribunal imparcial. Isso, todavia, não exclui o ponto de vista da V. Exº que coincide com o preceito universal dos Direitos Humanos, porque V. Exº está argüindo um fato concreto que envolve a administração pública do Governo. Na realidade, um cidadão indicado, nos termos em que V. Exº pateticamente revela, ao Senado e à Nação, ele padece, in limine, da ausência da chamada reputação ilibada para o exercício de tão relevante função. Eu disse padece, in limine, porque essa ilibação na reputação pode sobrevir quando a questão transitar em julgado, mas não é o que se discute. O que se discute é que o Senador José Lins já se antecipa aos indiscutíveis atributos morais do eminente Ministro Murilo Badaró, para dar o aval do Ministro Murilo Badaró, que tanto significa este Parlamento, a uma nomeação tão escabrosa, como essa que V. Exº denuncia à Nação. O mundo inteiro assistiu, recentemente, a um dos mais importantes assessores do Presidente Ronald Reagan renunciar ao seu cargo em face de uma simples acusação de um jornal, ao exemplo de um ministro alemão, pouco mais retardado no tempo, mas da mesma natureza. Agora, o que causa espanto, nobre Senador, é que essas nomeações feitas assim tão atabalhoadamente, elas podem recair sobre o honesto ou o desonesto, desde que atendam aos interesses do Ministério da Indústria e do Comércio, que é exatamente dar suporte à candidatura oficial do PDS à Presidência da República. Essa é a gravidade da situação, nobre Líder Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Agradeço o aparte de V. Exº. Tenho para mim que o próprio Ministro Murilo Badaró poderá desconhecer o teor desse inquérito instaurado no âmbito do Ministério da Educação e Cultura. S. Exº talvez não esteja informado. Acredito que se o estivesse não teria talvez tomado a iniciativa de convidar o Sr. Aloísio Garcia nem para seu Chefe de Gabinete, nem tampouco de indicá-lo para o alto cargo de Presidente do Instituto Brasileiro do Café. Ninguém ignora, por exemplo, que o Sr. Tomás Boardman, ex-Assessor do Senador Murilo Badaró, deu um tremendo rombo na praça de Brasília, como Diretor do Banco Lar Brasileiro. S. Exº depositava, no seu assessor, a maior confiança. Mas isso aconteceu, infelizmente, e foi amplamente noticiado pelos jornais.

O Sr. José Lins — Se V. Exº me permite... (Assentimento do orador). Nem por isso poderia culpar o nobre Senador Murilo Badaró. Vê V. Exº que uma coisa é prejuízar, a outra é deixar de considerar um fato real e julgamento acabado.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Não estou culpan-do nem o Senador Murilo Badaró, nem o Ministro Murilo Badaró. O que quero dizer é que muitas vezes a pessoa é traída na sua confiança. E o que levanto neste instante, sobretudo, são razões de ordem ética. Não vejo como o Governo Federal, repito, com a sua alta responsabilidade, sobretudo o Presidente da República, possa nomear para um alto posto da administração indireta da União um cidadão que está sub judice num inquérito administrativo, acusado por quem, Sr. Presidente e Srs. Senadores? Por quem? Pelo atual Superintendente da Fundação de Assistência ao Estudante, o Coronel João Manuel Simch Brochado, do Ministério da Educação e Cultura, a cujo pedido foi instaurado o inquérito por autorização da Sra. Ministra da Educação e Cultura. E, o Coronel João Brochado está tão consciente de sua acusação que fez questão de comparecer duas vezes ao inquérito.

Estão, aqui, as cópias das peças fundamentais do processo administrativo, que encaminharei à Liderança do PDS e do Governo nesta Casa. São elas: a portaria que criou a comissão, a instrução do inquérito com a acusação final ao Sr. Aloísio Garcia, e os dois depoimentos prestados pelo Coronel João Brochado, insisto em dizer, atual Superintendente da Fundação de Assistência ao Estudante, do Ministério da Educação e Cultura. Quer

dizer, é uma alta personalidade do próprio mundo oficial, que acusa uma outra pessoa que veio da Presidência da COBAL, seriamente acusada, conforme consta, inclusive, do noticiário da imprensa brasileira — leiam-se as últimas edições da Folha de S. Paulo — após a nomeação e, agora, pelo que acabo de dizer, com provas cabais, indicado num inquérito administrativo no Ministério da Educação e Cultura.

O Sr. Fábio Lucena — Nobre Senador Humberto Lucena, daqui a pouco vamos chegar a uma situação em que uma acusação por um membro do Governo não será feita a outro membro, porque o acusador inicial passará a temer a represália mediante uma acusação em volta, em retorno a ele próprio.. Me parece que é o clímax que está se criando neste País.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Muito obrigado a V. Ex^e.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, é evidente que nesse instante em que se desenrola o processo sucessório, sente-se tranquilamente o grande anseio da sociedade brasileira por mudanças, e não é senão por isso que cresce dia-a-dia a candidatura oposicionista do ex-Governador Tancredo Neves à Presidência da República, apoiado pela Aliança Liberal e pelos independentes do PDS. Mas há, sobretudo, uma mudança que a sociedade brasileira mais reclama; é no que tange à austeridade administrativa. O Brasil está cansado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, dos escândalos que têm se sucedido neste País nos últimos anos, sobretudo, no atual Governo, e da impunidade crescente dos culpados. E por isso é que me apressei, devidamente documentado, a vir a esta tribuna, para fazer esta denúncia — que reputo, grave — e apelar ao Senhor Presidente da República para que afaste da Presidência do IBC, com o apoio do Ministro Muriel Badaré, em cuja honradez confio inteiramente, o Sr. Aloísio Garcia, até que esteja definitivamente comprovada a sua inocência no inquérito administrativo aberto pelo Ministério da Educação e Cultura.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, caso não venham as explicações devidas, ou não sejam convincentes sinto-me, como Líder do PMDB e da Oposição nesta Casa, no dever de propor ao Senado a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar não só estas, mas outras acusações que existem sobre a passagem do Sr. Aloísio Garcia na Presidência da COBAL.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. HUMBERTO LUCENA EM SEU DISCURSO:

Processo Administrativo

Fundação de Assistência ao Estudante — FAE

Relativo ao Processo nº 23000.009061/84-CISETE/MEC

DESPACHO

O Processo Administrativo mandado abrir pelo Sr. Presidente da Fundação de Assistência ao Estudante — FAE não está concluído, achando-se encerrada apenas a fase da instrução.

Torna-se necessária, pois, na forma da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, a citação dos indiciados para, no prazo de 20 (vinte) dias, apresentarem defesa, sendo-lhes facultada vista do processo na própria repartição.

Para esse efeito, considerando já estar esgotado o prazo de atuação da Comissão de Inquérito, deverá o Sr. Presidente da FAE declará-la dissolvida e constituir nova Comissão, podendo integrá-la os mesmos elementos da anterior.

Em 27 de agosto de 1984. — Esther de Figueiredo Ferraz, Ministra de Estado da Educação e Cultura.

Portaria que criou a Comissão

Portaria nº 298

de 29 de agosto de 1984.

O Presidente da Fundação de Assistência ao Estudante — FAE, no uso de suas atribuições regimentais,

Considerando o despacho datado de 27 de agosto de 1984, da Exm^e Sr^a Ministra de Estado da Educação e Cultura — Esther de Figueiredo Ferraz, proferido no Processo FAE nº 23096.000990/84-5.

Resolve:

Art. 1º Considerar dissolvida a comissão designada pela Portaria nº 133, de 25 de abril de 1984, na forma do artigo 218 e parágrafo único do art. 220 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 e designar, para prosseguir os trabalhos referentes ao processo acima referido, devendo concluir-los no prazo de 60 (sessenta) dias, a comissão composta dos servidores abaixo:

- a) Osmar de Mello e Silva — Assessor 1-C;
- b) Salvador Pelhus Filho — Assessor DAS-102-1;
- c) Lucy Narciso Fregonasse — Técnica em Assuntos Educacionais.

Art. 2º A Presidência da Comissão referida no artigo anterior será exercida pelo servidor Osmar de Mello e Silva. (Coronel da RR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

João Felício Scardua, Presidente.

I^o DEPOIMENTO DO CEL. BROCHADO

TERMO DE INQUIRÍÇÃO

Acusação a Aloísio Garcia

Aos 9 (nove) dias do mês de maio de 1984, às 14:30 horas na sede da Fundação de Assistência ao Estudante — FAE — SCN — Quadra 2 — Projeção "C", em Brasília, no Gabinete do Diretor-Superintendente, perante os membros da Comissão de Inquérito constituída pela Portaria nº 133, de 25 de abril de 1984, baixada pelo Presidente da Fundação de Assistência ao Estudante e constituída pelos servidores Osmar de Mello e Silva, Salvador Pelhus Filho e Lucy Narciso Fregonasse, a testemunha João Manoel Simch Brochado, brasileiro, casado, servidor público, residente ao SHIS QL 22 — Conjunto 10 — casa 12, fone: 248-3340, portador da Carteira de Identidade nº 030886110/3 — Ministério do Exército, Porto Alegre — RS, passou a fazer o relato abaixo sobre os indícios de corrupção apontados no Relatório da Comissão que realizou uma inspeção administrativa na Fundação de Assistência ao Estudante — FAE: — para maior compreensão, iniciarei este relato com a situação que antecedeu a minha vinda para o ex-Instituto Nacional de Assistência ao Educando — INAE, em 1982. Em 25 de março de 1982 dei entrada no Estado Maior do Exército do requerimento, solicitando a minha transferência para a reserva remunerada do Exército. No dia seguinte, em encontro promovido pelo Ministro da Educação e Cultura Rubem Ludwig, companheiro de turma da Academia Militar e amigo de quarenta anos, recebi dessa autoridade o convite para trabalhar no Instituto Nacional de Assistência ao Educando — INAE. Segundo suas informações, desejava que eu assumisse a direção da área finalística da instituição, relacionada com a alimentação escolar. Explicou-me que na Presidência desse recém-criado Instituto havia colocado o Dr. Rubens José de Castro Albuquerque. O Dr. Rubens chegou ao Ministério da Educação e Cultura por intermédio do Ministro Rubem Ludwig, que o havia convidado para chefiar o Departamento de Administração naquele alto Órgão do Governo Federal. O Ministro Rubem Ludwig e eu conhecemos o Dr. Rubens na mesma época, como Presidente da COBAL do Governo Médici. Ludwig integrava o Gabinete Militar e eu era assessor da Agência Central do SNI. Quando o Ministro Ludwig, por esse conhecimento antigo, desejou trazer o Dr. Rubens para o Departamento de Administração do MEC, encontrou certa resistência por parte de seu Secretário-Geral Sérgio

Mário Pasquali. Era considerado homem ambíguo, de conceito controverso. Justamente por esse motivo, explicaram-me o Ministro e o Secretário-Geral, desejavam na Diretoria de Alimentação do Órgão, uma pessoa de absoluta confiança. O meu relacionamento com o Secretário Geral tem a mesma origem — somos companheiros de turma — e remonta a 1943, quando ambos entramos para o Exército. Dessa forma expliquei a minha vinda para a FAE: convite de amigos para ajudá-los na tarefa que empreendiam no MEC. Ao ser transferido para a Reserva Remunerada do Exército, o que ocorreu a 30 de abril de 1982, pelas qualificações de minha carreira (cursos e tempo de serviço), incorporei o direito de receber proventos de General-de-Divisão, o que me garantia, na ocasião do convite, tranquilidade financeira. Ao chegar ao INAE, em 04 de maio de 1982 percebi que não assumia os encargos que me haviam sido destinados pelo Ministro. O comportamento do Dr. Rubens em relação a mim foi muito característico: entregou-me uma Diretoria que considerava absolutamente secundária, acenou-me com responsabilidades futuras, e, de forma bastante clara, considerou que cumpriu ao apelo do Ministro para "empregar" o amigo. Sua atenção e preocupação estavam voltadas unicamente para a área de alimentação, na qual não permitira o meu ingresso. Administrava-a diretamente — as demais não mereciam sequer seu interesse de acompanhamento. Conformava um triângulo fechado de decisões e ações, com o Dr. João Bosco Rennó Salomon que lhe dava o respaldo técnico-científico e com o Dr. Avari de Campos que executava as operações através da COBAL. Ninguém participava desse processo de decisões que se caracterizava como uma "caixa preta", inviolável em seus segredos. A equipe de confiança do Dr. Rubens era completada pelo Diretor de Administração e Finanças — Dr. Paulo de Oliveira Chaves — que promovia a administração, execução financeira e a contabilidade do INAE, e pela Dra. Vanda Marques, uma espécie de coringa no esquema triangular de ação para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, mulher inteligente e técnica competente, estava a serviço do esquema sem preocupações de idéias éticas. Consolidei aos poucos, a impressão de que, quando o Dr. Rubens desejava algo, o Dr. Bosco criava-lhe o respaldo científico adequado, a Dra. Vanda colocava tudo na forma devida e o Dr. Avari executava. Uma dinâmica funcional sem questionamentos que sempre tornava exequível a vontade do Presidente, em processo autoritário de administração que se coadunava com a personalidade megalomana do Presidente. Com a substituição do Ministro Rubem Ludwig pela Ministra Esther, foi preciso a intervenção direta e permanente do Secretário-Geral para mantê-lo à testa do INAE. Mesmo sem confiar no Dr. Rubens, o Cel. Pasquali cedia a minhas ponderações de defesa porque eu, pessoalmente, embora afastado desse processo do PNAE, admitindo-o autocrático e desfeitoso por depender da eficácia de uma organização sobre a qual não tínhamos controle, não considerava que o Dr. Rubens comandava ou integrasse algum esquema de corrupção. A permanência de Dr. Rubens no INAE, portanto, foi fruto de minha interferência junto ao Secretário-Geral e deste sobre a Ministra. Várias vezes ocorreram crises agudas. A primeira, no início da administração da Ministra Esther, em agosto ou setembro de 1982. Denúncias e pressões sobre essa autoridade fizeram-nos questionar a manutenção do Dr. Rubens na Presidência do INAE. Outra, em novembro e dezembro de 1982, com uma sequência de acusações na imprensa, diretamente sobre Rubens Albuquerque que e com o envolvimento do Dr. Aloísio Garcia, então novo Presidente da COBAL. Pessoalmente interferi junto ao Cel. Pasquali e mantive contato direto com o Presidente da COBAL para — pensava eu — desfazer equívocos e mal-entendidos. A última, quase fatal para o Presidente do INAE, ocorreu em 07 de agosto de 1983, um domingo. Cerca das 16:00 horas recebi um telefonema do Pasquali que, chegando da residência da Ministra, havia tese-

temunhado a sua indignação com o comportamento autoritário do Dr. Rubens em encontro com os Secretários de Educação no Nordeste, além das queixas veementes com a ineficácia do Programa de Alimentação. Sabendo-o obsecado por cargos importantes, telefonei para sua residência em São Paulo, onde se encontrava. Em termos enérgicos apresentei-lhe o quadro do desagrado da Ministra e da sua intenção de substituí-lo. Aconselhei-o a, diretamente, explicar os fatos e suas razões àquela autoridade. Em novembro - dezembro de 1982, durante a sequência de notas acusativas ao Dr. Rubens na imprensa, como já fiz referência, o processo de criação da FAE, em tramitação pela Câmara, chegava a um ponto crucial: encerrava-se uma legislatura e, com ela, uma grande esperança e oportunidade de vermos, afinal, criada a nova Fundação. Inexplicavelmente, no momento exato da criação, em sessão plenária em que tudo estava assegurado pelo envolvimento direto da Ministra, do Secretário-Geral, do Ministro Rubem Ludwig e de outras autoridades, o Deputado Siqueira Campos (PDS - GO), por esquemas e sutilezas regimentais, anula tudo, transferindo a aprovação para a outra legislatura. À noite desse dia, uma sexta-feira de dezembro, provavelmente dia nove, estive em casa do Ministro Rubem Ludwig com o Cel. Pasquali. Afirmei-lhes, na oportunidade: "pela surpresa do fato e da obstrução dirigida, penso que, enquanto no MEC todos procuram a aprovação da Lei, algo, dentro do INAE, promoveu justamente o contrário, com interesses que não consigo identificar". Nesse mês de dezembro, o desprestígio do Dr. Rubens chegara a níveis intoleráveis para a organização. Antes do fim do ano, procurei o Cel. Pasquali e, com dificuldade, convenci-o de organizarmos um esquema de prestígio ao Presidente do INAE. A situação era muito séria: ou era afastado ou devia ser prestigiado. O afastamento, no meu entender, provocaria solução de continuidade em todo o processo de criação da Fundação. Mesmo sem a Lei aprovada — esse seria o esquema — para criar uma situação de fato, ele interferia junto a Ministra com o propósito de colocar a FENAME (RJ) e o INAE sob uma só direção, a do Dr. Rubens Albuquerque. Além disso viria ao INAE, nos primeiros dias do ano, e restabeleceria o prestígio do Presidente, em nome da Ministra. Isso ocorreu. Em 1983, todavia, na situação anterior à Lei que criou a FAE em 18 de abril de 1983 e após esse evento, modificou-se o comportamento do Dr. Rubens em relação a mim. Fui bloqueado, na medida em que, de fevereiro a abril de 1983, a FENAME e o INAE passaram a ter a mesma direção e, como Diretor-Superintendente da FAE, pela expectativa de interferir no processo do PNAE, fui rigorosamente sabotado pelo Dr. Rubens, Dr. Bosco e Dr. Avari. Não permitiam que o Diretor-Superintendente chegassem à "caixa-preta". O artifício utilizado foi a intriga sistemática, envolvendo o Prof. Pasquali, Diretor recém nomeado para o INAE e amigo da Sra. Ministra. Com isso criou-se um impasse institucional que não aprovou o Regimento Interno da Fundação e, assim, inviabilizou a definição de responsabilidade para a nova dinâmica funcional. Por essa época, para tratarmos de alguns problemas relacionados com o texto do Estatuto da FAE, com a presença do Dr. Juarez Machado e toda a Diretoria da Fundação, participei da única reunião desse tipo promovida pelo Dr. Rubens. Na oportunidade, em decorrência das discussões sobre a estrutura organizacional e a necessidade de mudança no sistema de compra de gêneros afirmei, dirigindo-me ao Dr. Rubens, Dr. Bosco, Dr. Avari e Dr. Paulo Chaves: "O sistema de compras de gêneros através da COBAL utilizado pela FAE é, pelos procedimentos herméticos implantados, pelo menos, suspeito. Lembro aos Senhores Diretores que, a prevalecer isso, amanhã, com nova administração e novo governo, todos poderão ser chamados à responsabilidade pela participação". Somente o Dr. Rubens respondeu à minha asserção: "o Cel. é contra o sistema com a COBAL; eu sou a favor. Aguardemos para ver qual idéia prevalecerá". Os demais ouvi-

ram com atitude neutra, sem qualquer tipo de manifestação. Comecei a conformar a suspeita de que, em tudo aquilo poderia haver um respaldo extra-FAE. Nessa situação comecei a receber denúncias de corrupção. Por duas vezes, a pedido do Secretário-Geral, procurei a Sra. Léa Leal e, dela, de seus assessores e de empresários ligados à LBA, recebi denúncias diretas do Dr. Rubens e de seus esquemas de ação com o Dr. Bosco. Não me entregaram provas, mas indicaram seus instrumentos de achaque, Luiz Carlos Coelho, da POOL de Transportes e, dentro da FAE, o Dr. Adelino Fernandes Gaspar Júnior. Por volta de outubro de 1983, encontrava-me na FAE (RJ), quando recebi um telefonema do Dr. Getúlio Carvalho — Secretário-Adjunto do MEC, chamando-me urgente, em nome do Secretário-Geral, pois estavam em Brasília alguns empresários que desejavam prestar informações sobre fatos que consideravam de muita importância para a FAE e para o próprio MEC. Regressei imediatamente a Brasília e me dirigi ao Ministério. Por coincidência, no avião, encontrei-me com o empresário Renato Vilella, que exerce liderança sobre um grupo de empresários e atualmente é o Presidente da Associação Brasileira de Indústrias Nacionais de Nutrição (ABIN). Ao desembarcarmos, pediu-me que nos separássemos, pois o Dr. Rubens mantinha uma verdadeira "máfia" que observava tudo e depois lhe prestava informações. Afirmei-me que, vendo-nos juntos, poderia ter conhecimento e, com isso, neutralizar os efeitos daquilo que seria tratado na reunião. Ao chegar ao MEC, encontrei o Renato Vilella e o Durval Emerich, este último, representante de várias empresas. Em longo relato, com a presença inicial do Cel. Pasquali e do Dr. Getúlio Carvalho, falaram sobre o Dr. Rubens Albuquerque, abordando aspectos relacionados com a sua conduta à frente da FAE e sobre as irregularidades por ele praticadas na administração do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Referiram-se a uma mobilização feita junto aos empresários para presentearem o Dr. Rubens com um guarda-roupa de primeira ordem, quando assumiu a Presidência do então INAE. Disseram que o homem de ligação do Dr. Rubens para a abordagem dos empresários era o Luiz Carlos Coelho, da POOL Transportes, sobre o qual incidiam sérias acusações. Afirmando, também que o Deputado Siqueira Campos recebeu cerca de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) dos empresários para que a lei de criação da FAE não fosse aprovada em dezembro de 1982, pois a sua aprovação iria provocar a saída do Dr. Rubens do novo órgão, em decorrência de desprestígio. A nomeação do Dr. Rubens para Presidente do INAE havia sido bem aceita pelos empresários, que inicialmente o prestigiam muito. Com o passar do tempo, entretanto, notaram que, no processo de aquisição de gêneros para a merenda escolar e seleção de produtos, alguns empresários passaram a ser protegidos e outros marginalizados. Falaram em favorecimento e acusaram a empresa Liotécnica de conluio com a FAE. O relato que fizeram contra o Dr. Rubens foi longo e detalhado. Apresentaram um verdadeiro libelo contra a corrupção no órgão. Embora eu tivesse acompanhado as declarações dos empresários de forma ininterrupta, o próprio Secretário-Geral esteve algumas vezes, presente, além do Dr. Getúlio Carvalho. Após esses fatos, o Secretário-Geral julgou necessário dar conhecimento de tudo à Ministra da Educação. Nesse sentido, foi marcada uma audiência dos mesmos empresários com a Ministra, em sua residência, em São Paulo. De regresso à Brasília, em conversa com o Secretário-Geral do MEC, a Ministra se mostrou muito preocupada com o que lhe havia sido relatado sobre as atividades do Dr. Rubens. Face à tal situação, resolveu discutir o assunto com o General Rubem Ludwig, que o havia colocado na Presidência do INAE. A Ministra considerava não ser mais possível a permanência do Dr. Rubens à frente do Órgão. Certo dia, conversava em meu Gabinete com a Chefe da Assessoria de Comunicação Social da FAE, Genny Irata, quando chegaram os Diretores da PROVISA, empresa

dirigida por Dante Pozzi e sua esposa, Da. Vânia Pozzi. A PROVISA fabrica o Concentrado Proteico de Pescado (CPP), farinha com propriedades proteicas muito acentuadas, resultado de anos de pesquisa do Almirante Moreira da Silva. O casal de empresários, mais propriamente Da. Vânia, dizia que a PROVISA estava sendo vítima de achaque por parte da FAE e que se isso se consumasse, a empresa entraria em colapso financeiro. Não chegaram a completar a denúncia porque no instante em que estavam falando, o Dante Pozzi foi chamado à Diretoria Técnica e ao voltar, não prosseguiu a narrativa iniciada e, ainda, fez um sinal para a sua esposa. O sistema adotado pela PROVISA não é, realmente, simples e, pelo que sei, é realizado da seguinte maneira: a PROVISA fabrica o CPP e vende-o à Nacional, que por sua vez o repassa à fábrica de macarrão indicada no programa da FAE; como se vê, tudo é feito indiretamente. Diante desse fato e na presença da Genny Irata, telefonei para o General Rubem Ludwig e disse o que acabara de saber que a situação na FAE era séria, aumentando minhas suspeitas de que havia uma "máfia" organizada. A partir daí iniciou-se o processo de afastamento do Dr. Rubens da FAE. Em novembro de 1983 o Dr. Adelino Fernandes Gaspar Júnior, Assessor da Presidência da Fundação, durante a viagem de avião, de Goiânia para Mato Grosso do Sul (o Dr. Avelino viajava desde Brasília) formulou a seguinte proposta da participação com lucros pessoais extraordinários, ao Dr. Roberto Kafuri, Representante da FAE em Goiás. Tratava-se de uma reunião em Campo Grande dos Representantes da FAE da Área Regional I (Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul). Em Goiânia, por coincidência, o Dr. Kafuri embarcou no mesmo avião, daí surgindo a oportunidade, pois o Dr. Adelino, oficialmente, ainda era o Representante da FAE no Distrito Federal. Caberia a ele conseguir o CPP e encoriar a fabricação do macarrão enriquecido; ao Dr. Kafuri caberia, simplesmente, a obtenção do expediente do Governo do Estado de Goiás, solicitando ao Presidente da FAE a obtenção de autorização para a aquisição do produto em uma fábrica de macarrão do próprio Estado. Os lucros calculados em torno de Cr\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de cruzeiros), seriam repartidos entre o Dr. Roberto Kafuri, o próprio Dr. Adelino e mais "uma ou duas pessoas muito bem situadas dentro das instituições responsáveis ou intervenientes no PNAE". Fiz imediatamente um expediente ao Presidente da Fundação relatando o fato e solicitando providências e o entreguei pessoalmente, sem que ele me solicitasse qualquer tipo de esclarecimento complementar ao texto. Em 16 de dezembro de 1983, viajei com o Cel. Sérgio Mário Pasquali e com o General Rubem Ludwig para o Rio de Janeiro e de lá para Resende, para participarmos das comemorações dos trinta e cinco anos de diplomação pela Academia Militar. Durante a viagem conversamos sobre a situação em que se encontrava a FAE e mostrei-lhes uma cópia do expediente entregue ao Dr. Rubens Albuquerque relatando o ocorrido. Trocamos idéias sobre a substituição do Presidente da FAE e levantamos nomes de determinadas pessoas para substituí-lo, quando chegamos a um denominador comum em torno do nome do Dr. João Felício Scárdua para ser submetido à Sra. Ministra. Alguns fatos, do meu conhecimento, poderão orientar a busca e as investigações sobre as atividades do Dr. Rubens à testa da FAE. Em meados de 1983, ele próprio relatou a mim e ao Dr. Paulo Chaves que havia recebido, ou estava para receber, cerca de sessenta milhões de cruzeiros, por uma assessoria que prestava ao Governo paraguaio. O Dr. Juarez Machado, em várias oportunidades me fez relato e estabeleceu vínculações das atividades do Dr. Rubens Albuquerque com esquemas de corrupção ligados ao Ministério da Agricultura; o Prof. Guy de Fontgalland Corrêa da Silva Loureiro, igualmente, relatou e detalhou ocorrências relacionadas com a atividade irregular do Dr. Rubens. A representante da FAE no Amazonas — Helena Maria de Brito Fagundes, disse-me que

os empresários da fábrica do Xarope Concentrado do Guaraná se queixaram de pressão corruptora direta do Dr. Adelino. O Dr. Carlos Gröss, ex-funcionário da FAE é uma pessoa que deve ser ouvida, pois sabe de muita coisa acerca da administração do Dr. Rubens e também do que se passava na Diretoria Técnica, e poderá trazer esclarecimento a muitos fatos. Em dezembro de 1983 fui convidado para jantar com o casal Pozzi e ouvi a acusação a Aloísio Garcia de exigir da PROVISA, dez por cento de comissão para fazer pagamentos decorrentes de compromissos do processo FAE/COBAL. Todo o processo de corrupção que, paulatinamente, fui sentindo dentro da FAE me levaram a imaginar a existência de um grande triângulo de ação, com dois vértices identificados: FAE e COBAL. O outro vértice, não pude definir mas, de qualquer forma, pelo desassombro dos esquemas de pressão e o relativo descuido das ações periféricas de corrupção, imaginei-o muito poderoso e sustentador de tudo. Nada mais disse nem lhe foi perguntado, pelo que eu, Glória Silva do Nascimento, Secretária da Comissão, datilografei o presente termo, que vai por todos assinado. — Osmar de Melo e Silva, Presidente — João Manoel Simch Brochado, Testemunha — Lucy Narciso Fregonasse, Vogal — Salvador Pelhus Filho, Vogal — Glória Silva do Nascimento, Secretária.

2º DEPOIMENTO DO CEL. BROCHADO
TERMO DE INQUIRIÇÃO
Acusação a Delfim

Aos 18 (dezoito) dias do mês de julho de mil novecentos e oitenta e quatro, às 16:30 horas na sede da Fundação de Assistência ao Estudante — FAE — SCN — Quadra 02 — Projeção "C", em Brasília, no Gabinete do Diretor-Superintendente, perante os membros da Comissão de Inquérito instituída pela Portaria nº 133, de 25 de abril de 1984, baixada pelo Presidente da Fundação de Assistência ao Estudante e constituída pelos servidores Osmar de Melo e Silva, Salvador Pelhus Filho e Lucy Narciso Fregonasse, respectivamente Presidente e Vogais da Comissão, a testemunha João Manoel Simch Brochado, brasileiro, casado, servidor público, residente ao SHIS QL 22 — Conjunto 10 — Casa 12, fone: 248-3340, portador da Carteira de Identidade nº 030886110/3 — Ministério do Exército, Porto Alegre-RS. Entendi que deveria voltar a esta Comissão para relatar alguns fatos ocorridos nos últimos dias, envolvendo atividades administrativas da FAE relacionadas com o objeto principal das investigações que vêm sendo conduzidas por V. Sr. A fonte de todos os problemas que envolveram esta Instituição durante cerca de dois anos e meio, como bem o sabem os senhores, é o sistema tradicional de aquisição de gêneros através da COBAL. A nova administração, por esse motivo, em concomitância com o início de inspeção administrativa em fevereiro de 1984, e, posteriormente, com as investigações conduzidas por esta Comissão de Inquérito, procurou modificar os procedimentos tradicionais. A base principal dessas modificações foi a preocupação de reativar a capacidade e a competência da FAE para fazer compras diretas de gêneros, como o faz na área de material escolar e didático. Foi dessa forma, iniciada intensa atividade no sentido da criação de novas alternativas para a aquisição de gêneros, além da COBAL, com licitações diretas em Brasília ou, mesmo, com compras descentralizadas pelas unidades Federadas. Ficou decidido que o processo de mudança seria iniciado com a compra dos produtos nutricionais (formulados), já no segundo semestre de 1984. Essa compra representaria, no máximo, cerca de 25% do total de aquisições, o restante — produtos básicos — continuaria a ser adquirido através da COBAL. São gêneros com balanceamento calórico-protéico e vitamínico definido, cujo processo licitatório até à adjudicação das empresas participantes, exige acompanhamento técnico que a COBAL não tem condições de prover. As tentativas de participação conjunta geraram todos os proble-

mas já conhecidos. A concorrência nº 02 (anexa) foi, então cuidadosamente preparada. A publicação do Edital ocorreu em 01 de julho de 1984. No dia 03 de julho, pela manhã, o Presidente da FAE recebeu um telefonema da Srª Ministra da Educação e Cultura, solicitando-lhe informações sobre o referido Edital, tendo em vista ter recebido o pedido do Sr. Ministro do Planejamento para que tal concorrência não fosse executada. O Presidente/FAE, munido de toda a documentação relacionada com o fato procurou, nesse mesmo dia, a Srª Ministra e, com a participação do Secretário-Geral do MEC, discutiu exaustivamente todos os ângulos da questão; razões técnicas, razões operacionais, razões financeiras e, particularmente, a coerência ética com o processo de investigações iniciado com a sua administração e que, justamente, havia motivado sua nomeação para a FAE. Houve concenso na aprovação de tudo. Ficou estabelecido que deveria procurar, diretamente, o Ministro do Planejamento, o que fez no mesmo dia. Recebido pelo Sr. Chefe do Gabinete Sérgio Faria Lemos, após explicações e informações, ficou combinado que a FAE apresentaria um documento com as justificativas de seu procedimento. O documento foi elaborado e entregue em 04 de julho a Srª Ministra/MEC e, por seu intermédio, ao Sr. Ministro do Planejamento (anexo).

No dia 17 de julho, por volta das 18:00 horas, no exercício da Presidência FAE, recebeu um telefonema do Secretário-Geral do MEC que, transmitindo uma determinação da Srª Ministra, comunicava-me a necessidade de impedir a abertura dos envelopes de concorrência, para a sua anulação. Apresentei-lhe todos os argumentos técnicos, operacionais, financeiros e, particularmente, o aspecto moral da questão que envolvia a Instituição em si, desmoralizada por uma intervenção desse tipo e, também, as suas relações funcionais com os fornecedores já, naquela altura, reunidos em Brasília para o evento do dia seguinte. O Secretário-Geral acolheu meus argumentos, mas informou-me da pressão direta que a Srª Ministra sofria da SEPLAN, justamente, em momento crítico para o MEC, às voltas com uma greve de professores que já durava dois meses, cujas reivindicações estavam na dependência direta do Sr. Ministro SEPLAN. Ficou combinado que, às 08:00 horas do dia seguinte, 18 de julho, estaríamos, Presidente/FAE e eu, na Secretaria-Geral para, em seguida, obtermos nova decisão da Srª ministra. Após a comunicação que recebi do Secretário-Geral, procurei o Ministro-Chefe do Gabinete Militar, em ligação telefônica apelando para que, imediatamente, procurasse o Ministro do Planejamento e o demovesse do intuito que agredia a nossa Instituição, desmoralizava toda a administração e, sobretudo, colocava a FAE e seu programa assistencial de Alimentação Escolar, a reboque da COBAL e de seus interesses. Hoje, na hora marcada, o Presidente/FAE e eu, comparecemos ao encontro, mas somente ele e o Secretário-Geral tiveram contato com a Ministra; sua posição no sentido de atender à solicitação do Ministro/SEPLAN permaneceu inabalável, mas concordava que o Presidente/FAE procurasse diretamente o Ministro/SEPLAN. Além disso, a Srª Ministro manifestou a sua convicção de que estávamos certos em nossa linha administrativa mas que, de forma alguma, poderia negar-se a atender a solicitação que havia recebido. Era diretamente da SEPLAN, que teríamos de obter a solução. Face à essa situação, em nítida desvantagem, deslocamo-nos para o Palácio do Planalto e procuramos, inicialmente, o Chefe do Gabinete Militar. Essa autoridade afirmou-nos que havia conversado com o Ministro-Chefe do Gabinete Civil na véspera, após meu apelo telefônico, obtendo dele, em princípio, opinião favorável à FAE. Pediu-nos que procurássemos o Ministro/SEPLAN, com que conversara, hávia, apenas, alguns minutos. No Gabinete do Ministro/SEPLAN fomos recebidos pelo Sr. Sérgio Faria Lemos quem nos informou: "O Sr. ministro não poderá receber-lós, mas, sobre o assunto da concorrência pública, vocês devem anular tudo". Voltamos ao MEC, onde

não conseguimos falar com o Secretário-Geral e, de lá, para a FAE. A Comissão de Licitação, durante esse período, havia iniciado seus trabalhos e, segundo orientação do Presidente/FAE manifestada pela manhã, antes do deslocamento para o MEC, abriu o envelope nº 01 dos participantes (documentos de qualificação). Aguardava para, a partir das 14:00 horas abrir o envelope nº 02 (propostas de venda). À tarde, ausente o Presidente/FAE que se deslocara para a AC/SNI, a fim de relatar os fatos ao Sr. General Chefe, por volta das 14:30 horas, recebi um telefonema do Secretário-Geral que, em termos incisivos determinava que os envelopes nº 02 não fossem abertos, repetindo recomendação expressa da Srª Ministra. Após o nosso retorno do Gabinete do Ministro/SEPLAN, essa autoridade havia telefonado para o MEC, falando com O Secretário-Geral e com a Ministra. Determinei que o Presidente da Comissão de Licitação comparecesse à minha presença e constatei que já havia executado a operação. Coloquei esse relato fazendo algumas indagações que me parecem consentâneas com o objeto das investigações desta Comissão: Que motivos e que interesses determinam a proteção de uma instituição em detrimento de outra, com responsabilidade de conduzir um programa de alimentação escolar para uma imensa população estudantil carente? Que argumentos justificam a aquisição de alimentos por preços mais elevados, distribuídos por estruturas pesada e insuficiente, corrupta e inadimplente? (Veja no documento anexo a economia obtida com a aquisição direta pela Concorrência que a FAE teria que anular). Acredito que esta Comissão tenha identificado alguns fatos periféricos, sem contudo, chegar ao âmago de tudo. Nas respostas a essas indagações, penso eu, pode estar a solução do enigma que os Senhores procuram. Do que para constar, eu, Maria Geralda Ferreira de Oliveira, datilografei o presente termo, que vai por todos assinado. — Osmar de Melo e Silva, Presidente — João Manoel Simch Brochado, Testemunha — Lucy Narciso Fregonasse, Vogal — Salvador Pelhus Filho — Vogal — Maria Geralda Ferreira de Oliveira, Secretária.

INSTRUÇÃO DO INQUÉRITO

Acusação a Aloísio

INSTRUÇÃO

A Comissão de Inquérito designada pela Portaria nº 298, de 29 de agosto de 1984, do Senhor Presidente da Fundação de Assistência ao Estudante — FAE, tendo ultimado a colheita de provas com a audiência de trinta testemunhas, a realização de diligências junto aos seguintes órgãos: a própria Fundação para a coleta de dados em documentos já arquivados; Companhia Brasileira de Alimentos — COBAL; que forneceu uma gama enorme de documentos; Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais — CETEC, que também forneceu documentos importantes e Águas Santa Cláudia S.A., de Manaus, que contribuiu com documentos referentes à introdução do Xarope de Guaraná Concentrado na renda escolar e a juntada dos documentos que acompanham os presentes autos, vem com o objetivo previsto no art. 222 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, apresentar a peça instrutória deste processo.

A presente Comissão de Inquérito, inicialmente designada pela Portaria nº 133, de 25 de abril de 1984, do Senhor Presidente da Fundação de Assistência ao Estudante, iniciou seus trabalhos escudada nos fatos irregulares apontados no Relatório da Comissão que realizou inspeção administrativa na FAE, com evidências de irregularidades até mesmo dolosas, que deram nítica compreensão de haver indícios de corrupção na administração anterior da Fundação. Foram apontados os seguintes atos e fatos como irregulares:

1 — Suplementação da Receita na importância de Cr\$ 40.000.000.000,00, através da Portaria nº 248, de 13-12-83, do Presidente da FAE, com base apenas na EM nº

130/83, da Sra Ministra da Educação e Cultura e Aviso nº 605, de 13-12-83, do Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil, tornando ilegal a despesa orçamentária efetuada à conta do crédito, aberto pela referida Portaria (Relatório de Inspeção, Processo MEC nº 23000.009061/84, fls. 14 a 16);

2 — falta de empenho prévio para a realização de despesas de armazenagem e transporte, no montante de Cr\$ 194.323.253,08 (documento acima mencionado, folhas 16);

3 — infringência aos arts. 63 e 64, da Lei nº 4.320/64, quanto à transferência de recursos financeiros à COBAL, na soma de Cr\$ 42.013.774.407,00, em cumprimento ao Convênio FAE/COBAL, cláusula sexta, item 10 (mesmo documento e fls.);

4 — fragilidade da sistemática de controle, na FAE, das prestações de contas pela COBAL na execução do Convênio FAE/COBAL (doc. e fls. já citados);

5 — falta de certificação do recebimento dos materiais, nas 1^{as} vias de várias notas fiscais (doc. já referido, fls. 17);

6 — cobranças de notas fiscais por meio de outras vias que não a primeira, contrariando o RGCP, art. 258, § 4º, conforme relação de fls. 19 a 27 do mencionado Relatório, e comentário de fls. 17 do mesmo;

7 — cobranças em duplicatas de notas fiscais (Relatório já aludido, fls. 17 e 18);

8 — a existência de 1^{as} vias de notas fiscais emitidas pela COBAL, em nome da FAE, porém não faturadas, na soma de Cr\$ 617.706.257,67, cujos pagamentos não foram reclamados (Relatório de Inspeção, fls. 29);

9 — falta de controle, pela FAE, dos fornecimentos feitos pela COBAL (documento e fls. acima indicados);

10 — cobranças indevidas, pela COBAL, de taxas de administração, transportes, armazenamentos (documento já indicado, fls. 29 e 30);

11 — falta de planilhas de custos (fls. 30 e 31 do documento em questão);

12 — dispensa de licitação, erroneamente, com base no art. 126, alínea d, do Decreto-lei nº 200/67, nas aquisições dos produtos formulados (Relatório de Inspeção, fls. 32 e 35);

13 — aquisição de suco de caju e xarope de guaraná de empresas não credenciadas (CAJUBRÁS e Empresa de Águas Santa Cláudia S/A), contrariando as normas técnicas implantadas pela própria FAE (Relatório de Inspeção fls. 36 e 37);

14 — infringência ao Convênio FAE/COBAL, no tocante à cláusula 1^a, item 1 (Relatório de Inspeção, fls. 37);

15 — irregularidades verificadas na aquisição de macarrão (Relatório de Inspeção, fls. 37 e 38);

16 — possibilidade de favorecimento indevido a determinados fornecedores (Relatório de Inspeção, fls. 39);

17 — suspeição de desonestade administrativa imputada ao ex-servidor da FAE — Dr. Adelino Fernandes Gaspar Júnior (Relatório de Inspeção, fls. 39 e Anexo IV ao mesmo); e,

18 — falta de apuração, pelo então Presidente da FAE, Dr. Rubens José de Castro Albuquerque, dos fatos revelados no Anexo IV ao Relatório de Inspeção (vide fls. 39 do Relatório em questão).

Do exame acurado e imparcial das provas existentes nestes autos, conclui-se que os acusados abaixo relacionados foram apontados em depoimentos como tendo se envolvido em fatos irregulares que se especifica, respectivamente:

1 — quanto ao ex-Presidente da FAE — Dr. Rubens José de Castro Albuquerque;

a) que houve omissão no que tange às providências que deveriam ter sido tomadas em virtude;

— do documento firmado pelo Diretor-Superintendente da FAE, dirigido ao Presidente da Fundação de Assistência ao Estudante, relatando grave inférfia de suspeição de desonestade administrativa e confirmada através dos documentos de folhas nºs 18 a 28

deste processo e fls. 39 do Relatório e de nºs 02 a 07 do Anexo IV do Processo de nº 2300.009061/84-0;

— de ter sido alertado pelo Diretor-Superintendente da FAE e pelo Dr. Aloísio Teixeira Garcia, ainda quando Presidente da COBAL, quanto à sistemática de compra de gêneros alimentícios adotada pela FAE junto à COBAL, por possibilitar a prática de irregularidades administrativas, Doc. fls. 18 a 28 e 234 deste Processo;

b) que houve acusação:

— por receber comissão por parte de empresários, pela inclusão de gêneros alimentícios na programação do PNAE (Doc. fls. 84 e 85 deste Processo);

— por receber presentes de grande valor de empresários, no desempenho de cargos ou função de confiança e importância de vulto de governo estrangeiro (Doc. fls. 27 deste Processo);

c) que deixou de apresentar declaração de bens por ocasião de assumir o cargo de Presidente da FAE, conforme prevê a Lei nº 6.728, de 22 de novembro de 1979 (Art. 1º);

2 — quanto ao ex-Diretor de Operações da FAE — Dr. Avari de Campos:

a) que houve favorecimento a empresas fornecedoras de gêneros alimentícios para a programação do PNAE;

— Liotécnica Indústria e Comércio Ltda — São Paulo (doc. fls. 151, 152, 235, 261, 263 e 264 deste Processo);

— Cajú do Brasil S.A - CAJUBRÁS — Pacajús — Ceará (Relatório da Inspeção — fls. 33 e 36 e Anexo II ao mesmo);

b) que deixou de apresentar declaração de bens ao assumir o cargo de Diretor de Operações da FAE, conforme prevê a Lei nº 6.728, de 22 de novembro de 1979 (Art. 1º);

3 — quanto ao ex-Diretor Técnico da FAE — Dr. João Bosco Rennó Salomon:

a) que houve favorecimento à empresa Cajú do Brasil S.A. — CAJUBRÁS — Pacajús — Ceará — por ter deixado de exigir que fossem obedecidas as normas vigentes para a pré-qualificação dos fornecedores do produto para a programação do PNAE (Relatório de Inspeção — fls. 33 e 36 e Anexo II ao mesmo e Anexo II deste Processo);

b) que deixou de apresentar declaração de bens ao assumir o cargo de Diretor Técnico da FAE, conforme prevê a Lei nº 6.728 de 22 de novembro de 1979 (Art. 1º);

c) que houve acusação, por receber comissão por parte dos empresários, para inclusão de gêneros alimentícios na programação do PNAE (doc. fls. 85 deste Processo);

4 — quanto ao ex-funcionário da FAE — Adelino Fernandes Gaspar Júnior, que houve acusação de prática de tentativa de corrupção ativa e passiva e de ser usado como instrumento de achaque do ex-Presidente da FAE conforme documentos de folhas nºs 23, 26, 29 a 31, 54, 174, 154, e 258, deste Processo; fls. 39 do Relatório de Inspeção Administrativa e fls. 01/07 do Anexo VI ao Relatório;

Aloísio Teixeira Garcia

5 — quanto ao ex-Presidente da COBAL — Aloísio Teixeira Garcia, que houve acusação, de exigir comissão para resgatar dívida para com empresas fornecedoras de gêneros para a programação do PNAE, conforme documento de folhas nºs 102/106, com alusões às fls. 27, bem como confirmações sem maiores comprometimentos, às fls. 133-137 e 153, por parte de alguns funcionários da COBAL;

6 — quanto ao Presidente da Nacional Comércio e Empreendimentos Ltda — CEREAL — Salomão Teixeira de Souza, que houve acusação, de tentativa de corrupção ativa contra a ex-Representante da FAE em Minas Gerais — Dr. Rosa Maciel Mendonça Anselmo, conforme depoimento de fls. 121 e 122 deste Processo;

7 — quanto ao Diretor Técnico da Liotécnica Indústria e Comércio Ltda — Salomão Schwartzman que houve acusação de conluio da Liotécnica com a FAE e de favorecimento, quanto à programação de seus produtos no PNAE (fls. 24 deste processo) e de atividades irregulares implícitas para receber favorecimento quanto ao fornecimento de produtos para a merenda escolar como consta fls. 152, 235, 261, 263 e 264 deste processo e 35 e 36 do Relatório da Comissão de Inspeção Administrativa e 75 do Anexo I ao mesmo;

8 — quanto ao Gerente da Empresa POOL de Transportes e sócio de uma Empresa de Assessoria — Luiz Carlos Garcia Coelho, que houve acusação:

— de ser usado como intermediário entre os empresários e o ex-Presidente da FAE — Dr. Rubens José de Castro Albuquerque (fls. 23 e 24 deste processo e Anexo VIII ao mesmo);

— de atividades irregulares implícitas para conseguir favorecimento quanto ao transporte de gêneros alimentícios para o PNAE (fls. 154 deste processo e Anexo VIII ao mesmo);

— referente à Empresa de Assessoria da qual é sócio, pelas atividades desenvolvidas, catalogadas como não muito claras (Anexo VIII a este processo);

9 — quanto à servidora da FAE — Vanda Marques de Almeida, que houve acusação pelo mau atendimento a uma Diretora da PROVISA — Companhia de Produtos Protéticos Indústria e Comércio, com falta de cortezia e urbanidade (fls. 102 deste processo);

Assim, os depoimentos e outros documentos constantes deste processo forneceram subsídios importantes para que se formasse uma idéia bem nítida em torno dos fatos administrativos, e que foram apurados, praticados por elementos da administração anterior da FAE. Durante a fase de apuração dos fatos, ficou constatada a participação de elementos estranhos à FAE na prática de atos irregulares, intimamente ligados às suas atividades.

Para que todos possam apresentar defesa escrita, no prazo legal, estão os presentes autos em condições de receber vista dos elementos acima referidos, os quais devem ser regularmente citados.

Brasília-DF, 6 de setembro de 1984. — Osmar de Mello e Silva, Presidente — Salvador Pelhus Filho, Vogal — Lucy Narciso Fregonasse, Vogal — Maria Geralda Ferreira de Oliveira, Secretária.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ALMIR PINTO NA SESSÃO DE 10.10.84 E QUE ENTREGUE À REVISÃO DO ORÁDOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ALMIR PINTO (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Sempre recebo de minha terra um jornal, o mais antigo em circulação do Estado do Ceará, fundado que foi em 8 de abril de 1917 e que hoje traz uma notícia interessante, porque coincide exatamente com o 10 de outubro de 1984, que hoje transcorre.

Diz o nosso jornal *A Verdade*, órgão fundado pelo Comendador Ananias Arruda, uma das figuras mais prestigiadas da política cearense, um católico autêntico — de saudosa memória, hoje sob a direção de um sobrinho Miguel E. de Távora Arruda, assinala que, nesta data, transcorre os cento e sessenta anos da adesão de Baturité à Confederação do Equador.

Assim se reporta o Jornal *A Verdade*:

“Transcorrerá, no próximo dia 10 o 160º aniversário da adesão de Baturité à Confederação do Equador”.

É exatamente hoje.

Achei interessante fazer o registro pela coincidência de chegar às minhas mãos este jornal, na data em que está completando 160 anos de adesão daquela cidade cearense, que teve também o grande apoio de outras cidades

como Quixeramobim, e as da região dos Inhamuns, na Confederação do Equador, que envolvia os Estados nordestinos tais como Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, que àquele tempo lutavam contra a discriminação e se uniram na Confederação que tinha o cunho separatista, dado o inteiro abandono, desprezo e o desrespeito da região perante o Governo da época.

O Sr. Aderbal Jurema — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. ALMIR PINTO — Pois não, nobre Senador Aderbal Jurema.

O Sr. Aderbal Jurema — Em verdade, V. Ex^e está evocando a participação de Baturité na Confederação do Equador, movimento separatista chefiado pela Província de Pernambuco. Tanto que, ainda hoje, a bandeira de Pernambuco é a bandeira da Confederação do Equador, excluídas as estrelas dos Estados que fizeram o pacto, ficando somente a estrela de Pernambuco e o arco-íris unindo aquelas províncias. O movimento da Confederação do Equador foi, sem dúvida, um desdobramento da Revolução Republicana de 1817, onde houve mártires do porte de Frei do Amor Divino Caneca, que foi fuzilado no Recife. Sentimentalmente, eu me sinto ligado às palavras de V. Ex^e, primeiro porque Baturité, na época em que Ananias Arruda foi o chefe político, — eu o conheci, foi prefeito várias vezes de Baturité — o juiz de Direito daquela cidade era meu tio, José Geminiano Jurema, que depois chegou a Desembargador no Ceará. Veja que eu tenho vários primos nascidos em Baturité. A Irmã Giselda, que hoje é Superiora das Salesianas para o Nordeste, que reside em Fortaleza, é filha de Baturité.

O SR. ALMIR PINTO — Devo dizer a V. Ex^e que, quando a Irmã Giselda foi Superiora do Ginásio Juvenil de Carvalho, em Fortaleza, eu tinha duas filhas estudando, na ocasião, naquele Colégio, sob a orientação da inteligente e competente religiosa, que é a Irmã Giselda.

O Sr. Aderbal Jurema — Veja V. Ex^e que até as pedras se encontram. Acontece que eu sou bisneto de confederado. O meu bisavô, o velho José de Brito Jurema, com 25 anos de idade chefiou a revolução na Paraíba, que aderiu à Confederação do Equador e num combate em Riacho das Pedras, em Itabaiana, uma cidade muito conhecida da Paraíba, ele foi preso e levado algemado — naquele tempo não era propriamente algemado, eles iam com aquelas garras das escravas — para a Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, onde passou dois anos e só voltou quando houve a anistia de D. Pedro I. Depois, em 1865, ele foi nomeado recrutador da Guerra do Paraguai; como era um velho confederado republicano ele aceitou o encargo, mas fez uma carta ao Presidente da Paraíba, dizendo que o soldo de juiz ele dava para a Guerra do Paraguai, porque não recebia dinheiro do Império. Naquele tempo, os homens tinham atitudes que hoje nem sempre se repetem. De maneira que fico muito contente em dar este aparte a V. Ex^e, porque as câmaras municipais deste País foram, sem dúvida nenhuma, as sementes da democracia. Lá no Pilar, foi a câmara municipal da mui nobre Vila do Pilar, terra, aliás, de um grande brasileiro, José Lins do Rêgo, grande romancista, a Câmara Municipal de Pilar onde meu bisavô era o Presidente, aos 25 anos de idade, porque ele nasceu em 1799, e chefiou a Revolução da Confederação do Equador, na Paraíba. Através da leitura que V. Ex^e está fazendo, foi também a Câmara Municipal de Baturité...

O SR. ALMIR PINTO — É verdade, dos vereadores e do vigário. O vigário também foi figura proeminente, aliás o clero nordestino, enfim.

O Sr. Aderbal Jurema — ...os vereadores e o vigário que aderiram à Revolução da Confederação do Equador. Porque a Confederação do Equador, naquela época,

foi um movimento de rebeldia às loucuras de Pedro I, e serviu até para que Pedro I retomasse um pouco aquela prudência de seu pai, Dom João VI. Era o que tinha a dizer, muito obrigado a V. Ex^e.

O SR. ALMIR PINTO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando me dispus a fazer este breve registro, sobre os 160 anos da adesão de Baturité, cidade cearense das mais antigas, à Confederação do Equador, sabia que ia catucar com varas curta um historiador, o Senhor Aderbal Jurema, que é um profundo conhecedor da nossa História Pátria e da História Universal, podemos dizer assim, e que me honra neste instante com os seus apartes a este meu despretencioso pronunciamento.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou-me ater a este registro. Já li o primeiro texto:

“Transcorrerá no próximo dia 10 o 160º aniversário da adesão de Baturité à Confederação do Equador.

No dia 10 de outubro de 1824, em memorável assembleia realizada na Matriz, “por não conter a Câmara tão grande Congresso”, o povo da então Vila Real de Monte-Mor, o Novo d’América, aderiu entusiasmaticamente à recém-proclamada, “Confederação do Equador”. A sessão magna da Câmara foi presidida pelo Juiz Ordinário Alexandre Pereira com o nome agora acrescido de Liberal Pitiguary, ímpeto patriótico que tiveram muitos outros baturiteenses, inclusive o Vigário que passou a chamar-se José Francisco Liberal Capibaribe. O Juiz-Presidente tomou o juramento dos demais Vereadores: Antônio Rodrigues Cavalcante, João da Rocha Moreira, Manuel José da Rocha e do Procurador do Conselho Francisco Alves Marques Favela, prestado sobre os Evangelhos, de “defender até à última gota de sangue a “Confederação do Equador” e fazer crua guerra ao despotismo imperial e a todo despotismo que se opuser à liberdade de nossa Pátria”. A ata da sessão, com o termo do juramento, foi lavrada pelo Escrivão da Câmara, José Félix de Freitas, e assinada por todos os presentes, em número de 159, inclusive o Vigário Pe. José Francisco Liberal Capibaribe que, na ocasião, benzeu solenemente o novo Estandarte do Conselho.

Tristão Gonçalves, Presidente da Província, entusiasmado com a atitude dos baturiteenses, enviou para a Vila 180 barris de pólvora que foram guardados na sacristia da Matriz.”

É como o Sr. Senador Aderbal Jurema se referiu às Câmaras municipais, foram elas o esteio da Confederação, contando para isso com o apoio da Igreja, dos eclesiásticos, digamos assim. A Confederação do Equador está bem relembrada num editorial escrito por Vini- cius Barros Leal, do Instituto do Ceará, no Jornal A Verdade, do qual destaco alguns tópicos:

“Quando o Ouvidor Carvalho iniciou o aliciamento de pessoas poderosas para a organização da luta contra o Governo Central, teve logo a adesão desses patriotas que mais tarde tanto influíram na Confederação do Equador.”

Outros patriotas, ele cita entre eles alguns nomes de famílias importantes do Ceará, como a Castello Branco, a Queiroz e outros nomes que, até hoje, são lembrados no Ceará, como aqueles ligados à família do Presidente Castello Branco, uma das grandes figuras que honrou não só o Ceará, como, também, a própria Nação brasileira, como um excelente Presidente de República. Continuo:

“Já em 1821, antes mesmo da Independência, o espírito nativista do nordestino achava-se inflamado. Em Baturité, houve um movimento nesse sentido, capitaneado pelo auxiliar do Vigário, adepto estritamente do separatismo e que estava empolgado com as idéias de Paes de Andrade.”

Não é esse Deputado federal que está, atualmente, na Câmara, e nem poderia sé-lo, porque o Paes de Andrade, Deputado Atual, pelo Ceará, filho de Mombaça, é um homem relativamente jovem. É apenas um esclarecimento para o que seria o óbvio.

Continuada a leitura:

“Tal foi a diligência do Padre em angariar pró-séritos que conseguiu a adesão de pessoas as mais influentes da Vila. O movimento chamou a atenção da Junta que então governava o Ceará e logo mais, com data de 19 de dezembro de 1821, era despachada do Forte, uma “ordem reprehensível” contra o Padre José Monteiro Palácio, o Capitão-mor José Severino de Vasconcelos, Manuel Felipe Castelo-Branco, Pedro Pereira Castelo-Branco e João Ferreira de Melo. Eram todas, pessoas da mais alta qualificação e ligadas por laços de amizades e de parentesco. Dizia a ordem, haver chegado aos ouvidos dos dirigentes da junta, os rumores de que essas pessoas estavam “inquietando as autoridades constituidas”. A Câmara deveria chamar tais personalidades em ato público e repreendê-las, “fazendo-lhes conhecer, que no caso não esperado de não se abstêm de ser inquietadoras do sossego público seriam, não só mandadas retirar dessa Vila, como se procederá uma rigorosa devassa para serem castigados”. O Padre José Monteiro recebeu, além do mais, por parte do Vigário Capitular de Fortaleza, a intimação de se retirar imediatamente de Monter-Mor; do contrário seria considerado, “desobediente e rebelde aos mandados dos legítimos superiores, acumulando crime sobre crime”. O Vigário José Francisco certificou oficialmente ter intimado o seu coadjutor a se afastar da paróquia. Mas o próprio Vigário era um profundo revolucionário também, o que mais tarde demonstraria, dando todo o seu apoio e prestígio à Confederação. Aliás, as idéias separatistas contavam com a integral adesão do clero nordestino, e isto se comunicou ao povo, criando um espírito revolucionário difícil de ser contido.”

O Sr. Aderbal Jurema — Permite V. Ex^e, um aparte?

O SR. ALMIR PINTO — Pois não.

O Sr. Aderbal Jurema — Estou, aqui, computando um livro sobre A Confederação do Equador, que diz: “O mais esforçado guerreiro da reação era Joaquim Pinto Madeira.”

O SR. ALMIR PINTO — Alíás Senador Aderbal Jurema, temos lá em Fortaleza, ruas com os nomes de Pinto Madeira, Pedro Pereira, todos aqueles que participaram da Confederação do Equador.

O Sr. Aderbal Jurema — ... (de quem José Martiniano de Alencar se vingou oito anos depois). Ganhou Filgueiras o combate perto do Crato (Depois da ação de Picada, em que Pinto Madeira lhe destruiu a vanguarda trucidando os prisioneiros), mas, desenganado, ignorando a ajuda que lher deveria Cazumbá, ou sem esperança de melhores sucessos — com o aniquilamento da Confederação no Recife e em Fortaleza, dispersou a sua tropa na Serra do Araripe e evadiu-se para Pernambuco. Foi preso em Exu...

Exu, V. Ex^e sabe que é um Município de Pernambuco, na divisa com o Ceará.

“Conduzido por terra para o Rio de Janeiro, su- cumbiu, a um acesso de febres, na vila de São Ro- mão, ribeirinha do São Francisco”.

No Ceará rematou-a a intransigência da comis- são militar, presidida pelo Tenente-Coronel Jacob Conrado de Niemeyer, que lavrou cinco conde- nações capitais, entre estas do Padre Gonçalo Mo-

roró, arcabuzado como frei Caneca, como o Padre Roma, como o Padre Miguelinho²⁵.

O SR. ALMIR PINTO — É verdade. Isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que constado aparte do nobre Senador Aderbal Jurema, veio enriquecer esse trabalho que não é meu, que é como, eu disse, de um membro do Instituto Histórico do Ceará, Vinícius Barro Leal. Ele faz menção, já ao final de seu artigo, exatamente a isto:

“Quando rebentou o movimento em Pernambuco, em março de 1824, logo mais houve a comunicação da chamada revolução às duas Vilas mais diretamente ligadas ao pensamento da época. Os arrebatados separatistas entusiasmaram-se, e ainda mais vibraram com as conquistas dos dirigentes do novo governo do Recife.

Fora da Vila, no âmbito provincial, o baturitense Miguel Antonio da Rocha Lima teve o maior destaque. Na Capital tomava ele parte nos encontros de maior realce, foi convidado para secretariar as reuniões mais importantes e teve nomeação do Presidente Tristão para Ouvidor interino, seguindo-se a de Ouvidor da Comarca de Sobral.

Do entusiasmo reinante na Vila e das atitudes tomadas pela população em outubro de 1824 e primeiros dias de novembro, todos os que se interessam por estes assuntos já estão bem informados. Resta apenas oferecer alguma luz sobre as consequências da frustração do movimento separatista, e é o que pretendo fazer em artigo a ser proximamente divulgado nas páginas de “A Verdade.”

Assim encerra o seu artigo o nobre conferencista e membro do Instituto do Ceará, Sr. Vinícius Barros Leal.

Sr. Presidente, apesar de ter lido alguns tópicos deste precioso escrito do membro efetivo do Instituto do Ceará, Sr. Vinícius Barros Leal, eu pediria a V. Ex²⁶, que o fizesse constar todo nesta comunicação que achei por bem fazer nesta tarde no Senado, pela coincidência do jornal *A Verdade* haver chegado hoje, às minhas mãos, justamente à data em que aquela cidade comemora 160 anos sua adesão à Confederação do Equador.

Era o que tinha dizer Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ALMIR PINTO EM SEU DISCURSO?

A REVOLUÇÃO DE 1824 EM BATURITÉ

(Confederação do Equador)

Vinícius Barros Leal
(Do Instituto do Ceará)

As ocorrências de 1817 pouca repercussão tiveram na Vila de Montemor-o-Novo-da América. Apesar de já se encontrar ali o Padre José Francisco dos Santos, principal motor do movimento de 24, o pequeno aglomerado de apenas 84 casas não se impressionou com a emulação do Ouvidor João Antonio Rodrigues de Carvalho, nem com o empenho do Padre Mororó, ambos, à época, resi-

dentes na Vila de Campo-Maior. O interregno de sete anos entre os dois movimentos foi tempo suficiente para uma melhor consolidação dos ideais patrióticos e criação de um espírito nacionalista. Ademais, os laços familiares entre as populações de Quixeramobim e Baturité tomaram mais corpo no começo da década de vinte. Não resta a menor dúvida que da progressista vila sertaneja partiu a flecha incendiária. O Capitão Antônio Francisco de Queiroz, líder incontestado de sua comunidade, dera o braço na Câmara de Quixeramobim, fazendo partir daquela corporação representativa o primeiro ato público de rebeldia. Campo maior de Quixeramobim, com uma pena da do presidente de sua Câmara, destituuiu e desautorou a dinastia reinante!!!

Entre as famílias Queiroz e Castelo Branco havia ligação parenteral, através de casamentos com os Feitosas do Inhamuns; eram contra-parentes. E isso valia muito naqueles tempos de alianças, ajustes e acordos matrimoniais. Não eram sem maiores repercussões os tratos de união de famílias ricas e poderosas. Copiavam um pouco o que se passava nas altas esferas do poder. Queriam mesmo imitar os acordos, tanto procurando uma concordância de sentimentos, como pactuando uma consonância de opiniões com finalidades políticas de governo, de mando e de prepotência. Muitas oligarquias surgiram daí, e se perpetuaram na fase do coronelismo.

Quando o Ouvidor Carvalho iniciou o aliciamento de pessoas poderosas para a organização da luta contra o Governo Central, teve logo a adesão desses patriotas que mais tarde tanto influíram na Confederação do Equador.

Já em 1821, antes mesmo da Independência, o espírito nativista do nordestino achava-se inflamado. Em Baturité, houve um movimento nesse sentido, capitaneado pelo auxiliar do Vigário, adepto estrênio do separatismo e que estava empolgado com as idéias de Paes de Andrade. Tal foi a diligência do Padre em angariar prosélitos que conseguiu a adesão de pessoas as mais influentes da Vila. O movimento chamou a atenção da Junta que então governava o Ceará e logo mais, com data de 19 de dezembro de 1821, era despachada do Forte, uma “ordem repressiva” contra o Padre José Monteiro Palácio, o Capitão-mor José Severino de Vasconcelos, Manuel Felipe Castelo-Brando, Pedro Pereira Castelo-Brando e João Ferreira de Melo. Eram todas, pessoas da mais alta qualificação e ligadas por laços de amizades e de parentesco. Dizia a ordem, haver chegado aos ouvidos dos dirigentes da Junta, os rumores de que essas pessoas estavam “inquietando as autoridades constituídas”. A Câmara deveria chamar tais personalidades em ato público e repreendê-las, “fazendo-lhes conhecer, que no caso não esperado de não se absterem de ser inquietadoras do sossego público seriam, não só mandadas retirar dessa Vila, como se procederá uma rigorosa devassa para serem castigados”. O Padre José Monteiro recebeu, além do mais, por parte do Vigário Capitular de Fortaleza, a intimação de se retirar imediatamente de Monte-Mor; do contrário seria considerado “desobediente e rebelde aos mandados

dos legítimos superiores, acumulando crime sobre crime”. O Vigário José Francisco certificou oficialmente ter intimado o seu coadjutor a se fastiar da paróquia. Mas o próprio Vigário era um profundo revolucionário também, o que mais tarde demonstraria, dando todo o seu apoio e prestígio à Confederação. Aliás, as idéias separatistas contavam com a integral adesão do clero nordestino, e isto se comunicou ao povo, criando um espírito revolucionário difícil de ser contido.

Por essa época chegaram a Quixeramobim alguns elementos muito ligados aos acontecimentos de 17 em Pernambuco: eram familiares do Padre Miguelinho e do “Leão Coroado”, o Cel. José Barros Lima. Os casamentos desses pernambucanos e potiguares nas famílias da terra, mais fizeram crescer a influência que os padres exerciam. Bezerras de Menezes, Castelo-Branco, Queirozes e Albuquerque, em Quixeramobim e Baturité ainda mais se uniram nos mesmos ideais, que agora já eram questões de clã, aspirações comuns da gente. A consciência patriótica, profundamente nativista tomou corpo e eclodiu com as manifestações de 1824. Aí a Vila accordava para as coisas políticas e se manifestava através de suas lideranças, especialmente do vulto exponencial que era o Capitão Pedro Pereira Castelo-Brando, que nos anos antes fora advertido pela Junta do Governo.

Quando rebentou o movimento em Pernambuco, em março de 1824, logo mais houve a comunicação da chamada revolução às duas Vilas mais diretamente ligadas ao pensamento da época. Os arrebatados separatistas entusiasmaram-se, e ainda mais vibraram com as conquistas dos dirigentes do novo governo do Recife.

Fora da Vila, o âmbito provincial, o baturitense Miguel Antonio da Rocha Lima teve o maior destaque. Na Capital tomava ele parte nos encontros de maior realce, foi convidado para secretariar as reuniões mais importantes e teve nomeação do Presidente Tristão para Ouvidor interino, seguindo-se a de Ouvidor da Comarca de Sobral.

Do entusiasmo reinante na Vila e das atitudes tomadas pela população em outubro de 1824 e primeiros dias de novembro, todos os que se interessam por estes assuntos já estão bem informados. Resta apenas oferecer alguma luz sobre as consequências da frustração do movimento separatista, e é o que pretendo fazer em artigo a ser proximamente divulgado nas páginas de “A Verdade”.

ATO DO PRESIDENTE Nº 69, DE 1984

Altera o Ato nº 57, de 1984.

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência, resolve alterar o Ato nº 57, de 1984, a fim de incluir, entre os Assessores ali designados, Edma Romariz, Assessora Legislativa, e Edmar Lucas do Amaral, Chefe de Gabinete do Presidente para, sem prejuízo de suas funções, prestar assistência e assessoramento técnico à Mesa, na execução dos trabalhos pertinentes ao Colégio Eleitoral.

Brasília, 11 de outubro de 1984. — Moacyr Dalla, Presidente.